

A 2ª CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA SÁBADO E DOMINGO EM ÉVORA COM A PRESENÇA DE 3 MIL DELEGADOS

Nos pavilhões do Rossio, em Évora, 3000 delegados das UCPs e Cooperativas Agrícolas dos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, sindicatos, técnicos e convidados nacionais e estrangeiros darão corpo, no próximo fim-de-semana a uma iniciativa que é parte integrante de uma realidade em movimento — a Reforma Agrária nos campos do Sul.

Para o grande plenário de encerramento estão convidados todos os trabalhadores agrícolas, pequenos e médios agricultores, trabalhadores das cidades e das vilas.

A Reforma Agrária, o aumento da produção, precisam do apoio e da solidariedade de todos os trabalhadores.

Pág. 8



O PRESIDENTE TITO EM PORTUGAL

A visita do Presidente Tito da Jugoslávia a Portugal, a convite do General Ramalho Eanes, Presidente da República, contribuirá para o reforço dos laços de amizade entre os povos dos dois países e para o incremento da cooperação entre os dois Estados na defesa dos respectivos interesses nacionais e de um clima de paz na Europa.

Pág. 10

Editorial

NÃO A UM GOVERNO DA DIREITA

O recomeço da actividade legislativa e o discurso do Presidente da República marcaram os acontecimentos da vida nacional na última semana. Na sua sequência, aclararam-se de maneira mais precisa as posições de algumas forças intervenientes no processo político português face à conjuntura nacional actual — nomeadamente do PPD e do CDS — e tornaram-se mais nítidos certos dos seus objectivos imediatos e à distância.

Entretanto, simultaneamente, forças patrióticas muito vastas tomam consciência da necessidade imperiosa e crescente de se encontrar uma saída correcta para a crise, a qual, para ser correcta, terá de levar fundamentalmente em conta os interesses e aspirações das camadas populares mais amplas e de resolver os problemas mais instantes e agudos do país dentro duma perspectiva real de recuperação económica e de independência nacional.

O PCP tem insistentemente afirmado e os factos confirmam-no cada dia de maneira clamorosa: a primeira condição para se vencer a crise actual, para salvar o país do colapso económico e financeiro e para afastar os perigos que pesam sobre o regime democrático, é travar e pôr cobro imediato à política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do Governo do PS.

Sem esta condição os perigos e ameaças contra a democracia portuguesa avolumar-se-lam, poderiam vir a materializar-se.

Apontando as características principais do momento político actual, ao mesmo tempo que sublinhava as dificuldades e perigos da situação presente, Álvaro Cunhal diria com justeza aos quadros camponeses reunidos no Porto que, não sendo fácil a saída duma tal situação, existem contudo, «factores positivos que podem conduzir finalmente à contenção da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e à formação de um governo que constitua uma alternativa democrática ao Governo actual».

Não deixa por isso de ser esclarecedora a reacção violenta dos dirigentes do PPD e do CDS ao discurso do Presidente Ramalho Eanes que insiste numa solução constitucional negociada para a crise, com base no entendimento entre os partidos políticos representados na Assembleia da República.

Sá Carneiro e Freitas do Amaral não podem ouvir
(continua na pág. 2)



O camarada Álvaro Cunhal presidiu, no Porto, aos trabalhos da reunião de quadros do sector camponês

Pág. 12

GANHA CORPO NOS CAMPOS DO NORTE UMA PROFUNDA ASPIRAÇÃO A MUDANÇAS NA SOCIEDADE E NA VIDA

Os pequenos e médios agricultores cada vez compreendem melhor quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos, cada vez vêem melhor que os seus melhores amigos e defensores são os comunistas — afirmou o camarada Álvaro Cunhal no discurso que proferiu no decorrer da reunião de quadros do PCP sobre os problemas dos pequenos e médios agricultores do Norte, realizada domingo no Porto.

Aproxima-se o dia em que os reacçãoários, os ricos proprietários, os caciques, deixarão de ser os senhores absolutos das suas localidades e regiões — acentuou Álvaro Cunhal. Pela sua organização e a sua luta, os pequenos e médios agricultores farão chegar finalmente o 25 de Abril a todas as zonas rurais do Norte e farão respeitar os seus interesses e os seus direitos.

Da reunião saiu uma declaração de grande importância, na qual se apontam os principais problemas dos pequenos e médios agricultores nortenhos. Ganha corpo nos campos do Norte uma profunda aspiração a mudanças na sociedade e na vida — sublinha-se no documento.



PROMOÇÃO DAS CONQUISTAS DE ABRIL

29 adesões ao PCP e 6 à UJC na inauguração do novo Centro de Trabalho em Cucujães • Reuniões com simpatizantes em que todos os participantes aderem ao Partido • Centenas de participantes em iniciativas em S. Domingos de Rana • Em várias organizações as metas continuam a ser ultrapassadas • Em Brissos, um camarada recruta dez novos militantes

Pág. 5

ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO

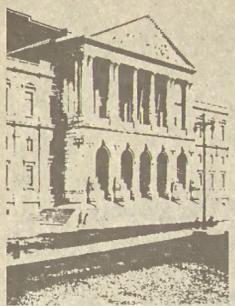


Na Figueira da Foz, S. João da Madeira, Matosinhos-Leça da Palmeira, Vila do Conde, Marinha Grande, Pataias e Grijó realizaram-se nos últimos dias assembleias de organização com a participação de centenas de delegados e convidados. Com base nas lições do passado definem-se as tarefas do futuro. Um amplo movimento que comprova a profunda democraticidade do Partido e a sua grande implantação nas massas trabalhadoras, assim como o empenho dos comunistas em resolver os pequenos e grandes problemas nacionais.

Pág. 4



Pág. 7



Os Comunistas na Assembleia da República

Terminaram os trabalhos da 1.ª Sessão Legislativa da Assembleia da República

Os trabalhos da 1.ª Sessão Legislativa da I Legislatura da Assembleia da República terminaram na passada sexta-feira à noite, com a aprovação final global da Lei Orgânica dos Tribunais e do Estatuto dos Magistrados Judiciais. Bem pode dizer-se que a direita parlamentar foi a grande derrotada deste período final da 1.ª Sessão Legislativa, pois dos três diplomas aprovados nesta "maratona" final, dois mereceram o voto negativo do PPD e do CDS, tendo um deles sido aprovado por uma maioria PS/PCP e o outro pelos deputados socialistas, com a abstenção dos deputados comunistas.

No decorrer da breve sessão da tarde de sexta-feira, a Assembleia da República aprovou por unanimidade o Estatuto do Provedor de Justiça. O deputado comunista Vital Moreira, em declaração de voto do PCP, considerou a votação efectuada como mais um passo importante na institucionalização dos órgãos do regime democrático estabelecido na Constituição.

Ainda no decorrer desta sessão, a Assembleia aprovou alterações ao Regimento, alterações essas que transformam o actual suplemento do "Diário da Assembleia" em 2.ª Série do referido "Diário". Esta alteração visa permitir a publicação antecipada de matérias que habitualmente são publicadas no suplemento, pois a 2.ª Série do "Diário" funcionará independentemente do corpo da publicação, esta agora totalmente dedicada ao relato das sessões.

Conforme referimos, a Lei Orgânica dos Tribunais foi aprovada pelas bancadas do PS e do PCP, com a oposição do PPD/CDS. Lino Lima, em declaração de voto, justificaria a posição dos deputados comunistas. Depois de ter salientado que o Grupo Parlamentar do PCP já tinha dado o seu apoio, na generalidade, ao diploma em causa e recordando as razões desse apoio — base suficientemente razoável — o deputado comunista apontou alguns dos aspectos negativos da lei:

A timidez da instituição dos juizes de paz (que têm uma tradição secular no nosso país) e dos juizes sociais, apesar daquilo que a Constituição aponta para o desenvolvimento de uma justiça popular; a manutenção dos corregedores nos tribunais colectivos, baptizados de juizes de círculo; a possibilidade de concentração dos tribunais do círculo, com o perigo de distanciar a justiça dos povos; a elevação das alçadas, tornando a justiça mais cara e diminuindo as possibilidades de recurso; a manutenção dos tribunais administrativos nos mesmos termos do passado — são alguns dos principais pontos negativos da lei agora votada. Mas acrescentou Lino Lima — a abolição das classes de comarca, a extinção de alguns tribunais sem justificação, a criação de julgados de paz e juizes sociais e a integração dos tribunais de trabalho na ordem judicial comum — são pontos positivos. Como positivo é o ter-se estabelecido o princípio de que os encargos com as casas dos magistrados e outros passem a ser obrigação do Estado, aliviando assim as autarquias de despesas que até agora suportaram.

Foram estes os pontos positivos que influenciaram o voto favorável dos deputados comunistas.

O deputado comunista acentuou: Mas aquilo que o determinou foram as consequências que poderiam resultar de ter de considerar-se — a partir dester termo da primeira sessão legislativa — como inconstitucionais alguns tribunais e nomeadamente os de trabalho, e o que isto poderia significar de perturbação social e de prejuízo irreparável para os trabalhadores.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP absteve-se na votação do Estatuto dos Magistrados Judiciais. Diria Vital Moreira na declaração de voto do PCP:

Na declaração de voto que, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, produzi aquando da votação na generalidade desta proposta de lei, depois de ter justificado o nosso voto favorável e de ter enunciado as nossas principais reservas e objecções, afirmé: "Aguardemos que a razão das nossas objecções (em relação à proposta) seja suficiente para levar à sua alteração na especialidade. A votação final global dirá se, pela nossa parte, assim foi ou não".

A nossa abstenção, agora — prosseguiu Vital Moreira — testemunha que assim não foi. E porque assim não foi, não pudemos manter na votação final a posição favorável que havíamos assumido na primeira votação na generalidade. Esta baseou-se no pressuposto de que certas soluções da proposta não seriam alteradas e na expectativa de que certas soluções por nós preconizadas encontraríamos acolhimento. Os pressupostos não se confirmaram, as expectativas não se realizaram.

Reconhecendo que algumas das propostas do PCP vieram a ser aceites no texto final do diploma — nomeadamente quando se consagrou que os juizes estão obrigados à Constituição, quando se restringiu a amplitude das comissões de serviço, quando se deram aos magistrados algumas garantias de defesa contra as inspecções arbitrárias, quando se temperou o princípio da livre escolha no acesso ao Supremo Tribunal de Justiça com a nomeação por antiguidade e quando se introduziram no

Conselho Superior da Magistratura elementos designados pela Assembleia da República — o deputado do PCP salientaria, de seguida, as objecções do PCP que não encontraram acolhimento, bem como as alterações entretanto introduzidas que não podiam colher o apoio da bancada do PCP:

Assim, e em primeiro lugar, manteve-se, embora com outro nome, a figura do corregedor, com a função de presidir aos tribunais colectivos em todas as comarcas de um círculo judicial; manteve-se o regime de livre escolha dos inspectores. Isto é, manteve-se um sistema assente na limitação da autonomia de uma grande parte dos juizes por um estrato mais ou menos restrito e conservador.

Em segundo lugar — prosseguiu Vital Moreira — no que respeita ao Conselho Superior da Magistratura, a recusa da instituição do método proporcional na eleição dos juizes mantém um sistema que reíra qualquer representação no Conselho às correntes judiciais minoritárias. Com a introdução de elementos estranhos à magistratura o Conselho deixa certamente de ser um órgão de exclusiva representação corporativa dos juizes. Mas continua a representar apenas uma parte deles.

Prossequindo na elaboração dos aspectos que tinham merecido a abstenção final do PCP, o deputado comunista acrescentou: Por outro lado, a solução encontrada para a composição e Presidência do Conselho não pôde colher o nosso apoio. Ela não contribui para a dignificação da função do seu titular; põe em causa o equilíbrio e a relação entre os órgãos de Estado; e encontra dificuldades, a nosso ver inultrapassáveis, de cobertura constitucional. Num regime constitucional, as soluções políticas não podem basear-se com a sua eventual oportunidade ou deseabilidade ou mesmo necessidade; carecem também e sempre de ser conformes à Constituição.

Em terceiro lugar — acentuou ainda Vital Moreira — no que respeita ao estatuto do juiz, manteve-se uma única via de acesso à magistratura através de um Centro de Estudos Judiciários; persistiu-se na impossibilidade de comunicação entre a magistratura judicial e o Ministério Público; não se regulou o estatuto dos juizes de paz e dos juizes sociais, que de resto continuam com um restritíssimo campo de actuação.

E a finalizar aquele deputado do PCP salientou: Enfim, quanto à questão — que juiz? que magistratura? — a lei acabada de votar responde em termos que não podem satisfazer-nos. Por isso não lhe pudemos dar o nosso apoio.

União interparlamentar

Encontram-se desde a passada segunda-feira, no nosso país o secretário-geral e o vice-secretário-geral da União Interparlamentar para, conforme noticiámos no último número, prepararem a reunião em Lisboa do Conselho Interparlamentar, que terá lugar em Março do próximo ano.

Os dois destacados dirigentes da União Interparlamentar, respectivamente P. Terenzio e Vitaly V. Evseyev, foram recebidos no aeroporto de Lisboa por uma delegação da Assembleia da República, composta pelos mesmos deputados que se deslocaram a Sófia.

Durante a sua permanência no nosso país, P. Terenzio e V. Evseyev foram recebidos pelo presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, e tiveram sessões de trabalho com a delegação portuguesa que se deslocou a Sófia, constituída provisoriamente como comissão preparatória da reunião de Março do Conselho Interparlamentar.

O secretário-geral e o vice-secretário-geral da União Interparlamentar devem terminar hoje a sua visita ao nosso país, estando ainda programada para hoje uma audiência com o Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares.

Verificou-se um lapso nos dados relativos à 64.ª Conferência da União Interparlamentar, recentemente realizada em Sófia, na notícia que demos no último número do "Avante!", através de uma entrevista realizada com a camarada Alda Nogueira, que ali se deslocou na sua qualidade de deputada da Assembleia da República.

Assim, o nome do chefe da delegação da URSS, que foi eleito para o Comité Executivo da União Interparlamentar é o camarada Vladimir Petrovich Ruben, presidente do Soviete das Nacionalidades do Soviete Supremo da URSS desde 1974.

O camarada Bonev — Vladimir Bonev — é o presidente da Assembleia Nacional da República Popular da Bulgária, que recebeu numa audiência especial a delegação portuguesa.

Assembleia do Conselho da Europa

A «DOENÇA» DA EUROPA CAPITALISTA DIAGNOSTICADA MAS SEM «CURA»...

Uma delegação da Assembleia da República, integrando deputados de todos os grupos parlamentares, participou, de 5 a 13 de Outubro em Estrasburgo, na 29.ª Sessão Ordinária da Assembleia do Conselho da Europa. O Grupo Parlamentar do PCP encontrava-se representado pelo deputado Carlos Carvalhas. A crise e a perturbação do mundo capitalista foram os traços dominantes dos trabalhos desta sessão.

Não deixa de ser curioso que o Conselho da Europa — criado em pleno período da guerra fria e tendo sido um dos instrumentos da mesma — se veja obrigado a reconhecer e a discutir a crise profunda que atravessa o mundo capitalista.

Esta sessão foi fundamentalmente marcada por três assuntos principais: os relatórios de actividade da OCDE e da EFTA, a situação em Espanha e a «doença da Europa».

No primeiro ponto, os deputados comunista e socialista que intervieram em nome da delegação portuguesa criticaram as medidas do Fundo Monetário Internacional e as ingerências do imperialismo nos assuntos internos de Portugal. Por seu lado, e em contraste, um dos deputados do PPD/PSD teve enciumísticos louvores à acção da

OCDE, chegando a defender um mini-plano «Marshall» para o sul da Europa!

Mas um dos pontos mais salientes foi ainda as contradições surgidas no seio da própria Assembleia acerca das causas da crise económica e social do mundo capitalista e do modo de a ultrapassar.

O deputado trabalhista inglês Lewis escandalizou os seus pares quando afirmou que, se é verdade que há desemprego entre os jovens, a verdade é que para os filhos dos banqueiros e para os banqueiros não há desemprego, acabando por preconizar um apertado controlo sobre estes.

Um outro ponto sugestivo foi o debate sobre a «doença da Europa» — relatório apresentado por um socialista suíço que se viu

Editorial

NÃO A UM GOVERNO DA DIREITA

(Continuação da pág. 1)

falar em Constituição, em plataforma democrática, em negociação sem discriminações, para se encontrar uma solução nacional para a crise. A insolência de Sá Carneiro só tem correspondência na arrogância de Freitas do Amaral quando ataca a «teimosia» do Primeiro-Ministro na rejeição da fórmula governamental PS/PSD/CDS, evidentemente sob o controlo efectivo dos partidos da direita.

Não estará agora claro para toda a gente que — tal como o PCP sempre afirmou — o apoio do PPD e do CDS à candidatura do general Eanes e o sofisma da chamada «maioria presidencial» por eles lançado, não passavam afinal de pura manobra de diversão para obstar à formação da maioria de esquerda e para inverterem a seu favor a estronosa derrota dos partidos da direita nas eleições para a Assembleia da República?

Não está também à vista de toda a gente que o PPD e o CDS, que de democráticos só têm o «D» das iniciais, reduzido o PS a um partido de terceira ordem, julgam asado o momento de Mário Soares lhes passar para as mãos as rédeas do Governo e a direcção do Estado?

As exigências de Sá Carneiro, depois da reunião de Bragança, e de Freitas do Amaral, depois da reunião de S. Bento, são inequívocas. A chantagem sobre o PS destina-se a abater-lhe as guardas, a submetê-lo sem condições ao controlo dos partidos da direita.

As reacções do Primeiro-Ministro às pressões do PPD e do CDS são ambíguas, carecem de firmeza e de definição clara.

É preciso dizer que um governo de coligação, aberta ou disfarçada PPD/CDS, com o PS à arreata, representa um desastre para o país e uma autêntica catástrofe para a democracia portuguesa e para a Revolução, e, para o PS, a sua completa derrocada como partido democrático. Um tal governo teria talvez o acordo da oligarquia financeira e do imperialismo. Mas defrontaria a hostilidade e o repúdio abertos de milhões de portugueses, em primeiro lugar das classes trabalhadoras, que não aceitariam dobrar-se ante um novo passo para a restauração do poder económico e político daqueles que exploraram e oprimiram o povo português durante quase meio século.

Curiosa mas significativamente as exigências do PPD e do CDS, a curto prazo, para a obtenção do poder político vêm acompanhadas dos ataques e das calúnias mais absurdas e violentas contra os comunistas portugueses. O anticomunismo feroz é o corolário indispensável dos ataques da direita à democracia e à liberdade.

20 de Outubro de 1974: VII Congresso do PCP

TRÊS ANOS DEPOIS OS COMUNISTAS CONTINUAM FIRMES NOS PRINCÍPIOS UNIDOS NA ACCÃO E CONFIANTE NO FUTURO

O dia 20 de Outubro de 1974 constituiu um importante marco na vida da classe operária portuguesa e do seu partido de vanguarda. Nesse dia, e após quase meio século de dura luta clandestina, realizava-se no Pavilhão dos

Desportos o VII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Português, o primeiro congresso legal de um partido político português depois do 25 de Abril.

Mais de mil delegados e vários milhares de convidados, representando todas as regiões do País, reunidos nesse memorável dia 20 de Outubro, reflectiam as profundas transformações operadas em Portugal com



Desportos o VII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Português, o primeiro congresso legal de um partido político português depois do 25 de Abril.

Mais de mil delegados e vários milhares de convidados, representando todas as regiões do País, reunidos nesse memorável dia 20 de Outubro, reflectiam as profundas transformações operadas em Portugal com

o Congresso demonstravam que os comunistas portugueses prosseguiam firmes nos princípios que desde sempre notaram a sua luta — a paz, a independência e o progresso do nosso país e do nosso povo; unidos na acção para a concretização desses objectivos superiores; confiantes em que o futuro do nosso país será uma pátria livre e sem exploração do homem pelo homem.

obrigado a reconhecer o aumento do autoritarismo e a limitação das liberdades que se verifica em muitos países europeus, bem assim como o desinteresse manifestado pelas populações em relação às instituições políticas e órgãos de soberania.

No entanto, se o relatório conseguiu retratar a «doença», já o mesmo não se pode dizer da «cura». Daí que um deputado presente tenha afirmado que não era com aspirina que se conseguia melhorar um corpo bastante tuberculoso...

A sessão dedicada à análise da situação política em Espanha acabou por ser pacífica, em face das posições que se desenhavam, nomeadamente da parte dos socialistas espanhóis que, ao princípio, defendiam uma posição reservada sobre a entrada da Espanha para o Conselho da Europa.

Um outro ponto a merecer referência foi a iniciativa conjunta de dois deputados portugueses — o deputado do PS Dieter Dellinger e o camarada Carlos

Carvalhas — de uma proposta de recomendação ao Conselho de Ministros do Conselho da Europa sobre o desarmamento e contra a bomba de neutrões. Esta iniciativa foi acompanhada de 15 assinaturas, figurando nestas um trabalhista norueguês, um socialista turco e outro suíço, o deputado socialista Fludolfo Crespo, os deputados Cunha Leal e Rui Machete do PPD/PSD e os deputados comunistas italianos e franceses.

Esta proposta causou um certo embargo à mesa que a acabou por devolver, com o fundamento de que ao Conselho de Ministros está vedada a discussão sobre assuntos de defesa!

No entanto, os deputados signatários da iniciativa transformaram-na numa proposta de resolução da própria Assembleia do Conselho da Europa, pelo que a mesma terá que ser discutida na próxima sessão ordinária, depois de a respectiva comissão especializada nomear um relator para o assunto.

Sá Carneiro, no meio doutros insultos, diz que o PCP «é uma força política antidemocrática».

Da mesma opinião é o seu homólogo do CDS. Este acrescenta mesmo que o PCP «é o responsável pela destruição das instituições, do sistema e da economia nacional».

Os dirigentes máximos dos partidos da direita reacçãoária, os que alimentam o separatismo e o terrorismo na Madeira e nos Açores; os que dão a mão aos «Corréios» e aos Ramiro Moreira; os que desenvolvem o caciquismo nas suas formas mais violentas e reacçãoárias; os que votaram contra a Constituição e agora desferem contra ela os ataques mais virulentos que querem dar ao Partido dos Trabalhadores, ao Partido mais democrático, lições de democracia!

Os que votaram a lei das indemnizações aos grandes capitalistas e a da contra Reforma Agrária; os que despojaram os pequenos rendeiros de toda a protecção legal contra os senhorios ricos; os que ajudaram por todos os meios o Governo do PS a endividar o país ao estrangeiro e a desorganizar e desestabilizar a economia, as finanças e a produção nacionais por meio das desintervenções e das desanexações pretendem agora dar lições ao PCP, que formulou propostas e sugestões concretas, assentes nas novas realidades económicas e sociais do país no sentido de uma verdadeira recuperação económica e de defesa da independência nacional.

Onde estão as propostas positivas, as medidas económicas de salvação nacional preconizadas pelo PPD e o CDS?

Os ataques da direita reacçãoária contra o PCP visam a força política que, com os trabalhadores, pode dar uma contribuição decisiva para a recuperação económica do país — a força mais firme e consequente que se ergue contra a sua política antinacional de submissão aos monopólios e ao imperialismo.

Que os dirigentes do PS se detenham no seu suicídio político e vejam a tempo o abismo.

Nas mãos dos socialistas, dos comunistas, dos democratas independentes, de todos os verdadeiros patriotas civis e militares sem discriminações, principalmente nas mãos dos trabalhadores, está a possibilidade e a garantia de defesa das nossas conquistas democráticas e do bem-estar do nosso povo.

Uma saída para a crise só pode sair do diálogo, do entendimento destas forças políticas e sociais, da adesão do povo trabalhador. É a direita reacçãoária que se exclui deste empenhamento patriótico.

Eles não querem o diálogo — querem o poder! É necessário que as forças democráticas e o povo português saibam evitar que tal objectivo seja alcançado.

capazes de agrupar à sua volta o mais amplo consenso nacional, e especialmente o consenso de todas as forças democráticas interessadas no progresso do nosso país e do nosso povo. Hoje, tal como ontem, fiel aos seus compromissos para com o Povo português, e três anos decorridos sobre o VII Congresso, o PCP continua a nortear a sua actividade por esses elevados parâmetros: defender os mais profundos interesses e anseios do Povo português, responder concretamente à especificidade da realidade nacional, procurar obter o consenso de todas as forças democráticas e de todos os portugueses e portuguesas interessados no progresso da nossa Pátria e do nosso Povo.

UM LIVRO FUNDAMENTAL

edições Avante!

as experiências acumuladas na construção do socialismo e do comunismo tratadas de forma acessível



Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português

Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL

Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751

Direcção e Redacção

Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL

Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1. Tel.: 769705

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 — Lisboa 2. Tel.: 372236

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto. Tel.: 28938

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel.: 310441

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra. Tel.: 28394

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel.: 24564

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal. Tel.: 29483

Centro Distribuidor de Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 — Évora. Tel.: 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — Faro. Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa

Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1. Tel.: 763701

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1. Tel.: 41787

Composto e impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Setembro: 75 784



O conjunto de cantos e danças "Zaparojets", da lendária região dos cossacos da Ucrânia, exibir-se-á no nosso país em diversas iniciativas

O aniversário do Grande Outubro em Portugal

GRANDE DELEGAÇÃO DA UCRÂNIA PARTICIPARÁ NAS COMEMORAÇÕES

Uma delegação de alto nível da República Socialista Soviética da Ucrânia deslocar-se-á ao nosso País a fim de participar nas comemorações do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, data que o povo português comemora pela quarta vez em liberdade.

A delegação ucraniana será chefiada pelo camarada Igor Stepanenko, vice-primeiro-ministro da RSS da Ucrânia, deputado ao Soviete Supremo da República e candidato em Ciências Técnicas e engloba ainda o escritor Yuri Zhanatsky, membro da União dos Escritores da URSS, herói da União Soviética e deputado ao Soviete Supremo da RSS da Ucrânia, e Lidia Chechenko, chefe de brigada do sovkhoz «Iuni» da região de Odessa, heroína do Trabalho Socialista e deputada ao Soviete Supremo da RSS da Ucrânia.

Além desta delegação oficial ucraniana, que representa a União das Associações Soviéticas de Amizade (UASA) e a Associação URSS-Portugal, estarão entre nós outros representantes do povo da Ucrânia soviética, nomeadamente Viktor Marozov, vice-presidente do Praesidium da secção ucraniana da UASA, pianista Vitali Rjavov e a cantora Evdokia Kolesnik (que darão recitais de música clássica em vários pontos do País), o conjunto de cantos e danças «Zaparojets», da lendária região dos cossacos da Ucrânia, e o mestre de cozinha ucraniana Alexei Veressiuk, que estará presente no Mercado do Povo, em Belém, de 1 a 15 de Novembro, para confeccionar artigos e iguarias da cozinha ucraniana.

A República Socialista Soviética da Ucrânia — segunda república da URSS em população e importância

electrotécnica de toda a URSS.

EM LISBOA

Já está, entretanto, elaborado o programa das comemorações em Lisboa do 60.º Aniversário do Grande Outubro. Assim, no dia 5, realizar-se-á no Pavilhão dos Desportos, a partir das 21 horas, a Festa da Amizade Luso-Soviética.

Realizar-se-á igualmente neste local tardes infantis, no decorrer das quais a História da URSS será contada às crianças, além de serem projectados vários filmes soviéticos de animação.

A Ucrânia soviética tem 49 milhões de habitantes e a sua capital, Kiev, mais de dois milhões. Como todas as repúblicas soviéticas, esta república socialista tem governo próprio, o seu Soviete Supremo, bandeira e hino da república. Território outrora atrasado do império czarista, a Ucrânia é hoje uma república florescente, que contribui com cerca de metade da produção do ferro-gusa, 40 por cento da produção de aço, um terço de carvão e de gás, cerca de 60 por cento do minério de ferro e uma parte considerável da maquinaria siderúrgica

sala de cinema do Palácio Foz, realizar-se-á um Ciclo de Cinema Soviético, durante o qual serão exibidos numerosos filmes inéditos no nosso País, nomeadamente os filmes ucranianos «Ela Defende a Pátria» e «O Donbass Ontem e Hoje».

Finalmente, um grande e variado conjunto de realizações estão já programadas para o Mercado do Povo, em Belém. Neste local estará patente uma Grande Exposição de Fotografia da URSS, uma Exposição do Livro Soviético Editado em Portugal, Livros, Selos e Discos da URSS, Brinquedos Soviéticos, a feitura de Cozinha Ucraniana, a exibição de filmes de longa metragem e documentários, a realização de vários encontros entre personalidades soviéticas e portuguesas sobre a União Soviética.

Realizar-se-á igualmente neste local tardes infantis, no decorrer das quais a História da URSS será contada às crianças, além de serem projectados vários filmes soviéticos de animação.

No Mercado do Povo terão ainda lugar espectáculos com artistas portugueses e soviéticos, debates, colóquios, palestras, sessões de autógrafos e encontros com diversos autores.

O funeral de Ramiro Correia

O POVO NÃO ESQUECE OS CAPITÃES DE ABRIL

Constituiu uma impressionante manifestação de pesar o enterro do comandante Ramiro Correia, da sua companheira Isabel e do filho de ambos, perecidos em circunstâncias trágicas na República Popular de Moçambique. Dezenas de milhares de pessoas concentraram-se no Alto de S. João, onde ficou depositado o corpo deste destacado Capitão de Abril.

As manifestações populares de pesar pelo falecimento do ex-conselheiro da Revolução iniciaram-se na véspera do funeral, na Capela de S. Roque do Ministério da Marinha, onde estava depositada a urna contendo os restos mortais do Comandante Ramiro Correia. Por esse local e durante toda a noite até à hora da saída do cortejo fúnebre passaram milhares de pessoas, sendo de destacar a presença de centenas de companheiros de luta de Ramiro Correia, oficiais, sargentos e praças dos três ramos das Forças Armadas.

Ramiro Correia era uma figura popular do 25 de Abril e, por isso, as massas populares jamais o esquecerão.

A demonstração, as dezenas de milhares de pessoas que não quiseram deixar de lhe prestar esta última homenagem. Homenagem a que o Partido Comunista Português se associou, com a presença oficial de uma delegação composta pelos camaradas António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC, e Manuel Pedro, do Comité Central.

Por todo o trajecto do cortejo fúnebre e no largo fronteiro ao cemitério se empunhavam cartazes do MFA e cravos vermelhos do



25 de Abril. Os últimos cravos para um homem do 25 de Abril, cravos vermelhos que os seus companheiros, unidos ao povo trabalhador, nunca deixarão murchar! A impressionante

manifestação popular de pesar ocorrida no funeral do Comandante Ramiro Correia foi bem a prova de que o povo jamais esquecerá os Capitães de Abril.



O MEIC de Cardia

A POLÍTICA DA IRRESPONSABILIDADE

As últimas medidas tomadas pelo ministro Cardia, que se integram numa vasta ofensiva contra os direitos e conquistas dos professores e estudantes, têm vindo a merecer em todo o país o justo repúdio por parte dos docentes de todos os ramos de ensino, alunos e encarregados de educação.

Os professores protestam contra o desemprego e denunciam as irregularidades cometidas pelo MEIC em relação às listas de colocação; os estudantes e os encarregados de educação repudiam firmemente os exames de aptidão, o «numerus clausus», todos os outros processos selectivos e anti-pedagógicos, e o aumento do preço das refeições nas cantinas.

Um dos problemas centrais do momento é, na verdade, a colocação de professores. Sem estar resolvido (e, ao que parece, o MEIC continua interessado em não o solucionar) as escolas não funcionam como deviam, o «caos» acentua-se, a qualidade de ensino degrada-se, milhares de professores vão para o desemprego.

Tal como recentemente foi denunciado pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa num comício realizado na Voz do Operário e numa conferência de imprensa, verificaram-se graves irregularidades no processo de colocação dos professores. Com efeito, foi divulgado, no decorrer do

encontro com os jornalistas, um relatório elaborado pelo Sindicato, onde se refere que não foram publicadas as listas para o concurso de docentes agregados do Ciclo Preparatório (CPES) e Ensino Secundário (ES), contrariando frontalmente as disposições legais!... Assim, o MEIC impede os professores que se sintam lesados de apresentarem reclamação.

Para o Ensino Primário, o MEIC tinha previsto três fases no concurso. Mas após a primeira, passou de imediato à terceira, deixando centenas de professores no desemprego, apesar de ser

conhecida a sua falta neste sector. Dos números apresentados no documento do Sindicato, salientam-se os 477 professores primários que estão a trabalhar com turmas superiores a 25 alunos, num total de 597 na zona da Grande Lisboa.

Entre muitas outras irregularidades apontadas no relatório sindical, referem-se as centenas e centenas de nomes que se apresentaram a concurso e não constam das listas, graduações erradas, defeitos na contagem do tempo de serviço e nas classificações académicas

Anulação das dispensas

MEDIDA SELECTIVA E INJUSTA

Através de um despacho proveniente da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica, o MEIC anulou as dispensas de exame final nos cursos complementares, liceal e técnico. Segundo

aquele despacho, que abrangerá os estudantes que agora se inscreveram no 1.º ano do complementar, a classificação final será obtida pela média das notas do 1.º e 2.º anos dos cursos complementares, mais a nota do exame final.

Tal como denuncia um comunicado recentemente divulgado pela SIP da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas (UEC), a anulação das dispensas de exame é uma medida profundamente selectiva, anti-pedagógica e injusta, porque ignora e despreza o esforço, a assiduidade, o estudo, o aproveitamento e até as provas que o aluno prestou ao longo de dois anos lectivos, porque não valoriza o trabalho e o estudo de um aluno, ao mesmo tempo que o coloca numa situação de igualdade com outros que tiveram um aproveitamento inferior ao seu.

Mas o despacho do MEIC vai mais longe. Além de acabar com as dispensas nos cursos complementares, determina também

e a acumulação de todas as reclamações dos candidatos do concurso para estágios pedagógicos, o que impede os candidatos que se julguem lesados de recorrer para o tribunal administrativo.

As listas do concurso para professores eventuais do CPES e ES também não foram publicadas no «Diário da República».

Tal como sublinha o documento do Sindicato, o MEIC não cumpre a própria legislação que defende, perde toda a razão moral e política contra os sindicatos. Entra no domínio da mais leveza arbitrariedade, com desprezo absoluto pelos interesses dos professores, estudantes e pais. Não se trata só de incompetência ou de incapacidade, mas de irresponsabilidade.

O PAÍS NÃO QUER UMA UNIVERSIDADE DE ELITE!

A ofensiva do MEIC contra a democratização do Ensino não pára. E um dos objectivos desta ofensiva tem sido (e continua a ser...) o de impedir, por todas as formas e através das mais escandalosas medidas, o acesso à Universidade por parte de várias dezenas de milhares de estudantes. Apoiado em métodos claramente selectivos e anti-pedagógicos e anti-democráticos, o sr. Cardia, calorosamente aplaudido pelas forças mais conservadoras do país, continua a apostar na elitização da Universidade e na marginalização de milhares de estudantes.

Assim, depois dos exames de aptidão, o MEIC sai com um diploma que determina o número máximo de estudantes a admitir no primeiro ano e em primeira matrícula no ano lectivo de 77/78 nas Universidades de Lisboa (Clássica e Técnica), Porto e Coimbra. Também foram abrangidos por esta medida os institutos universitários e politécnicos existentes no país. Ao todo, o «numerus clausus» apenas permite o ingresso de 10.500 candidatos!...

Estimando o «espírito de rigor» e o conhecimento «objectivo» dos problemas e das situações com que o sr. Cardia legisla, alguns dos quantitativos impostos pelo MEIC foram depositados sem a opinião dos Conselhos Directivos, como aconteceu em relação à Faculdade de Letras, ou mesmo contra a sua opinião. Também o total nacional definido para o «numerus clausus» constitui uma prova flagrante da incapacidade e da demagogia do

ministro. Tal como sublinha a nota da SIP da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas (UEC), se por um lado, permite, a passagem na aptidão apenas a 6000 candidatos, na primeira época, por outro determina que poderão entrar nas 3 Academias 130000 estudantes!...

Como é fácil verificar, este número é mais de 2 vezes superior ao número de aprovados no exame.

Ao tentar justificar a sua política de selecção de classe e de elitização da Universidade, o MEIC diz que quer «solucionar a situação de desemprego em que se encontra grande parte dos recém-formados. Mas é próprio do MEIC que o provoca, agora junto dos estudantes que terminaram o curso secundário. Quais são as perspectivas para o futuro de milhares de jovens impedidos de entrar na Universidade?»

Depois de denunciar que o MEIC contribuiu, assim, para «o aumento da corrupção e da delinquência juvenil», o comunicado da UEC refere a concluir:

«Não se soluciona o desemprego dos recém formados com restrição do acesso à Universidade, mas sim com um levantamento e planificação rigorosas das necessidades de técnicos no nosso país, distribuindo-os pelos diferentes postos de trabalho.

Perante todos estes factos, a UEC realma o seu repúdio ao «numerus clausus», apelando à mobilização dos estudantes, no sentido de com firmeza combaterem esta e outras medidas que contribuem para a elitização da Universidade.

EMIGRANTES PORTUGUESES CONTRA A EXPULSÃO

Não é apenas em França que se assiste a uma política contra os emigrantes, e que faz parte da política do patronato, através dos seus representantes nos Governos, contra os trabalhadores no seu conjunto. Em toda a Europa capitalista onde os emigrantes foram chamados a preencher a falta de mão-de-obra não especializada, num dado período de expansão económica, hoje, em plena crise, são eles os primeiros a sofrer as consequências da estagnação, resultado do próprio sistema capitalista.

Nesses países os emigrantes constituem o chamado exército de desemprego, onde é fácil ir buscar mão-de-obra barata, permitindo ao patronato resistir melhor às reivindicações dos trabalhadores. Milhões de desempregados somam-se hoje nos países capitalistas da Europa e os governos burgueses querem resolver o problema exportando o desemprego, isto é, devolvendo os emigrantes à sua origem. O emigrante é assim tratado como uma máquina que se aluga e se devolve, sem direitos de qualquer espécie. Em França é onde o problema se coloca assumindo formas mais escandalosas, sendo conhecido de toda a gente o sinistro plano Barre, nome do primeiro-ministro francês que se propõe expulsar a breve prazo 2 milhões de estrangeiros.

Falado o seu anterior plano que visava, demagogicamente, indemnizar o emigrante que voluntariamente regressasse ao seu país, as medidas de Barre endureceram. Não quer o patronato arcar com as despesas da crise que provocou. Para os grandes senhores da indústria e da banca, um emigrante é bom porque não tem despesas de educação e de formação profissional, já é homem feito quando entra no país para ser explorado. Na opinião dos capitalistas, o emigrante devia sair quando não mais fosse necessário o seu trabalho ao bolso deles.

Os emigrantes portugueses em França viram cedo, alertados pelas suas organizações e associações democráticas, pelos sindicatos em que estão filiados e pelos partidos progressistas daquele país, que a manobra de Barre, ao afirmar que concederia um pecúlio para o regresso a Portugal, os iria deixar em maus lençóis, se regressassem, já que em Portugal se debateriam com o desemprego

e contribuiriam neste momento, com o seu regresso em massa, para agravar a crise que Portugal atravessa. O pecúlio gastar-se-ia em poucos meses. Assim resistiram, assim resistem.

Entretanto, a partir do início do corrente mês de Outubro, as medidas contra os emigrantes foram postas em prática. Fechada a possibilidade legal de acolher a família, a polícia procura afoadamente entre os estrangeiros aqueles que ainda não possuem autorização para trabalhar. Não se passam mais autorizações deste tipo. E, enquanto anteriormente o governo francês facilitava a emigração clandestina, hoje, tomado de virtudes, apressa-se a expulsar todo o estrangeiro que não apresente as autorizações que entretanto não lhe concedeu.

Os protestos que estas acções desencadearam vieram logo e, em primeiro lugar, da parte dos sindicatos e partidos progressistas franceses. O PCF condenou como desumanas as medidas tomadas pelo governo, a CGT anuncia a sua oposição vigorosa à campanha que o governo desenvolve através dos órgãos de comunicação ao seu dispor, que atiram para as costas dos emigrantes as responsabilidades da crise, tentando assim predispor os trabalhadores franceses contra os seus irmãos estrangeiros. Outras organizações alertam para os perigos graves de desenvolvimento de questões raciais a partir das medidas racistas e discriminatórias do governo.

FALECEU UM CAMARADA

Vítima de acidente ocorrido durante o trabalho, faleceu recentemente o camarada Joaquim António Prego, operário agrícola.

O comunista desaparecido, membro do Partido há dois anos, era tractorista na Cooperativa Montemorense. Expressando os sentimentos de todos os militantes, o colectivo do «Avante!» apresenta à sua família, amigos e companheiros sentidas condolências.

OS «PACOTES» NAS CANTINAS

Segundo um despacho do ministro Cardia, recentemente publicado no «Diário da República», foi fixado em 30 escudos o preço das refeições a fornecer no ano escolar de 1977/78, nos refeitórios dos Serviços Sociais Universitários. Ao mesmo tempo que estabeleceu um aumento de quase 50 por cento (de 20 para 30 escudos), aquele despacho vai também introduzir algumas medidas de restrição de géneros que, tendo sido até agora parte integrante da refeição normal, passam a ser adquiridos como produtos de acrescimo.

Em vésperas do início das aulas nos estabelecimentos de Ensino Superior, o MEIC decreta medidas que, no essencial, são o prolongamento dos planos de austeridade do «Pacote 2» no campo estudantil, e vêm agravar em muito a situação de milhares de estudantes que recorrem diariamente às (poucas) cantinas que existem no País.

A ser aplicado, o referido despacho do MEIC significará, em números, um encargo mensal para os estudantes que ultrapassa os 600 escudos. Através de um comunicado recentemente divulgado, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) sublinha que esta situação é tanto mais grave quanto é previsível que, a curto prazo, sejam tomadas outras medidas de restrição no campo da política social estudantil, nomeadamente através do aumento do custo das residências (mais de 100 por cento) e diminuição do número de bolsistas.

A par destas medidas, o aumento do preço das refeições nas cantinas será particularmente sentido num largo sector de estudantes cuja única possibilidade de estudo reside na concessão de subsídios e outras regalias dos serviços sociais. Para muitos, o presequimento da sua actividade encontra-se, assim, seriamente comprometido!

UM CORRÉCIO NA PRISÃO

Decididamente o Corrécio tinha variadas protecções. E se lhe faltou a ampla capa com que as grandes figuras do caciquismo o cobriram durante longo tempo, o Corrécio não se fez rogado em esconder-se debaixo de uma mesa. Descobriu-se este Corrécio. Acabou escondido entre as salas de três vizinhas, como os jornais abundantemente noticiaram.

Se os aspectos picarescos desta mais recente prisão do criminoso bombista não fazem sorrir, se cumpre, por outro lado, salientar a determinação com que foi perseguido por diligentes homens que arriscaram a pele ao serviço das leis democráticas, não nos parece, porém, ocasião para deltar foguetes. As prisões não são muito seguras, nestes tempos, para aqueles que têm sistematicamente atentado contra a democracia.

Lembramos ainda que este verdadeiro «acontecimento» que foi a prisão do Corrécio não obsta a que continuem a correr muitos mais Corrécios pelo País fora. Muitos e variados. Porque não acabaram ainda as condições que os fazem proliferar, ameaçando e aterrorizando, criando o clima que à direita convém, nas suas manobras desestabilizadoras, alimentando e agudizando a crise em que vivemos e que é produto de uma política voltada contra os trabalhadores, contra as suas conquistas, contra as liberdades.

A este bom dia não desapareceu com a prisão de um terrorista, por mais importante que tenha sido o seu papel. Homens de mão de quem a reacção se serve, os terroristas como o Corrécio podem ser abandonados à sua sorte, como este parece ter sido, pelos seus patrões. Mas os patrões e os verdadeiros chefes, quem manda e quem paga, continuam a poder mandar e pagar. As próprias circunstâncias em que o Corrécio foi detido sugerem que este se tornará já um fardo para

numerosa emigração em França, Portugal parece, através dos dirigentes que temos, não estar preocupado com tão grave problema. Fala-se de dificuldades pontuais enquanto os nossos compatriotas vêem com apreensão o seu futuro.

aqueles que se aproveitaram da sua actividade criminoso.

Outros homens de mão continuam em liberdade no nosso país. Lembramos que nem um dia tinha passado sobre a recolha deste pequeno chefe às prisões e logo no Funchal, rebentou um petardo junto à cadeia civil daquela cidade que albergava um tal Anacleto, taxista que é conhecido por propagandear a Flama, organização terrrista que actua na Madeira.

Trata-se de deitar a mão a toda uma rede terrorista que se confunde com a rede de interesses que deseja fazer voltar o País ao fascismo. Trata-se, no fim de contas, de travar uma batalha política contra esses interesses e não facilitar-lhes a tarefa que a política de recuperação capitalista tem facilitado. Na volta dos antigos patrões, preparada pela actuação suicida de um Governo que se desfaz aos poucos, já nos habituámos a ver os mercenários e os gorilas. São eles que abrem as portas aos sabotadores, são eles que espancam os trabalhadores, são eles que tentam impôr pelo terror a lei de antigamente. Mas é o Governo que fornece as chaves e é o Governo que manda as forças militarizadas proteger os patrões sabotadores.

Trata-se, pois, de fazer uma política que tenha o aval dos trabalhadores e não dos monopolistas, de criar as condições que não permitam a proliferação de novos bandidos. Mas, enquanto isso se não consegue, enquanto os ouvimos dos governantes não se abrem às propostas construtivas e eles não abrem os olhos face ao escorregadio caminho por onde seguem, é de saudar que esta prisão tenha sido electuada. Mais vale um Corrécio na mão que dois a voar.

AS ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO PROSEGUEM EM TODO O PAÍS DANDO CUMPRIMENTO ÀS DECISÕES DO VIII CONGRESSO DO PCP

Figueira da Foz

«OS ÚNICOS QUE MANTEMOS VIDA POLÍTICA REGULAR»

O relatório geral da actividade da Comissão Concelhia iniciou os trabalhos da II Assembleia Concelhia da Figueira da Foz do PCP, ao fazer o balanço do trabalho efectuado naquele concelho desde a realização da anterior Assembleia.

Muitas foram as deficiências apontadas, nomeadamente ao nível de organização de células de empresa. Contudo, como salienta o relatório, apesar de todas as lacunas e deficiências apontadas, não nos devemos esquecer que na Figueira da Foz somos nós, comunistas, os únicos que mantemos uma vida política regular».

E prosseguindo: «Melhorar no entanto o nosso trabalho, trazer ao Partido ainda mais camaradas, devotarmos outro dinamismo em acções concretas, são factos verdadeiros que não escondemos nem escamoteamos.

Mas isto nada tem a ver com pessimismo. Bem pelo contrário, as perspectivas actuais apontam é para um reforço importante da organização. Disso aliás é prova eloquente a presente campanha da Promoção das Conquistas de Abril, cujos resultados, a mantermos a dinâmica imprimida durante as últimas semanas, poderão superar as deficiências dos primeiros meses e acabar por corresponder à meta que a nós próprios impusemos.

Ao terminar a Assembleia

procedeu-se à eleição da nova Comissão Concelhia. Participaram nos trabalhos 70 delegados e ainda convidados socialistas, do MDP/CDE, da FEPU e independentes.

A caracterização do socio-económica do concelho mereceu no decorrer da Assembleia, por parte do relator designado, uma extensa intervenção e na qual foram abordadas as actividades económicas principais, como sejam as grandes empresas que actuam na região, até aos pequenos comerciantes cuja actividade se resente cada vez mais do aumento das taxas de juro, referido por um dos presentes durante a sessão de esclarecimento que se realizou no final.

A sessão de esclarecimento, em que estiveram presentes mais de 300 pessoas, contou com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central que assistiu aos trabalhos da II Assembleia Concelhia da Figueira da Foz. Na sua intervenção fez o balanço da situação política, lembrando a propósito as recentes propostas do PCP para a saída para a crise, a qual se pode fazer apenas com os trabalhadores e nunca contra estes.

O sector das pescas, considerado um dos mais importantes do concelho, foi outro dos assuntos focados durante as intervenções verificadas durante a Assembleia.

Cerca de 800 pessoas trabalham nas pescas, às

quais se juntam mais cerca de 500 ligados a serviços secundários, concretamente serviços de venda, manipulação e comercialização do pescado, e ainda mais 250 ligados à indústria conserveira e congelação.

No entanto, verifica-se o desemprego com tendência para aumentar neste sector devido à falta de apoio técnico e financeiro aliados à política de recuperação capitalista, e à falta de perspectivas correctas por parte das entidades oficiais responsáveis por este importante sector da economia, como foi denunciado.

No decorrer dos trabalhos da Assembleia foram apresentadas intervenções sobre a Cimpor, o sector da indústria naval, o sector têxtil, o movimento sindical, sector da saúde, do ensino, entre outras.

Relativamente ao trabalho camponês — foi referido numa das intervenções destinadas a este sector — rasgam-se também interessantes perspectivas (...)

As dificuldades que cada vez em maior número se têm levantado aos pequenos agricultores têm constituído um precioso contributo para lhes abrir os olhos, a ponto de muitos deles, durante tanto tempo avessos a qualquer tipo de cooperação, serem agora os primeiros a procurarem esclarecer-se sobre solu-

ções desse tipo.

Por último são recordadas as características especiais da região para a prática do trabalho a desenvolver com os camponeses, concretamente o facto de existirem muitos operários que são simultaneamente pequenos agricultores.

Nas perspectivas para o trabalho futuro da Organização é apontada como tarefa decisiva ganhar as massas populares do nosso concelho, esclarecendo-as acerca da situação que se atravessa e dos perigos existentes, reforçar a unidade e a acção comum, designadamente com socialistas, defender uma alternativa democrática para o Governo actual.

E logo a seguir: «Condição indispensável para o êxito nas inúmeras tarefas que nos propomos realizar é o reforço orgânico do Partido. Nesse sentido, toda a organização deve trabalhar apuradamente para cumprir e se possível ultrapassar as metas estabelecidas no âmbito da campanha "Promoção das Conquistas de Abril". Simultaneamente deverá ser feito um esforço de reestruturação, de funcionamento regular de todos os organismos, de melhor conhecimento, selecção e promoção de quadros.

Durante a sessão com que a Assembleia encerrou verificou-se a adesão de 6 novos camaradas.

Matosinhos - Leça da Palmeira

CENTRO DE TRABALHO - PRECISA-SE!

Culminando um intenso trabalho preparatório, realizou-se no domingo a I Assembleia de Organização da Zona de Matosinhos-Leça da Palmeira com a participação de 85 delegados e a assistência de cerca de meia centena de convidados, entre os quais alguns conhecidos militantes do PS daquelas localidades. Traduzindo a crescente influência do nosso Partido e o bom andamento e interesse da reunião, registaram-se, no final, mais seis adesões ao PCP.

Durante quatro horas, foram debatidos os problemas, as dificuldades, as experiências e as tarefas que se colocam aos comunistas da zona de Matosinhos-Leça da Palmeira, onde se travaram grandes e poderosas lutas contra a exploração e o fascismo, designadamente: as lutas dos pescadores, nas décadas de 50 e 60, contra a repressão, por aumento de salários e contra as arbitrariedades; as dos trabalhadores da ampliação da Refinaria da «SACOR», dos trabalhadores da APDL, em 1973; as paralisações por aumentos de salários dos operários da «SITENOR», em Abril de 72 e Outubro de 73. Num passado mais recente, recorda-se duas importantes batalhas: as dos

operários conserveiros pela semana das 45 horas e a dos trabalhadores da «FACAR» pela recuperação da empresa e contra o regresso dos sabotadores.

Como salienta o relatório do organismo de direcção cessante, que viria a ser aprovado por unanimidade, em todas estas lutas o nosso Partido «foi o seu grande animador, impulsionador e o elemento fundamental sem o qual muitas delas não teriam sido possíveis».

Embora não estejam englobados na organização da zona, os militantes que estão ligados directamente aos organismos do respectivo sector profissional, há uma elevada percentagem de trabalhadores inscritos no

Partido (60% operários e 18,5% pescadores). Dos restantes, 9% são domésticas, 6% comerciantes e industriais, 1,5% intelectuais, 6% camponeses e 1,9% estudantes e não especificados. 86% dos camaradas são do sexo masculino, enquanto que 28% têm menos de 30 anos, 56% têm de 30 a 50 anos, e 16% têm mais de 50 anos.

De sublinhar o trabalho desenvolvido pela Comissão Local da Cruz do Pau que, em três meses, aumentou mais de 100%. No sector já se efectuaram eleições para os secretariados das células da APDL e dos motoristas marítimos, tendo a assembleia apontado a necessidade de se avançar para a eleição das

Comissões Locais (Cruz do Pau, Biquinha, Zona da Praia-Leça da Palmeira, zona centro-Leça da Palmeira), bem como dos secretariados das células dos Portuários e Levaduras.

Apesar da sua importância, a organização não dispõe de um Centro de Trabalho. Por isso, a discussão desta situação interessou vivamente os camaradas, tendo sido apontada a urgência de todos os camaradas se empenharem «nesta tarefa quer apresentando sugestões, quer propondo soluções, quer estando atentos a este ou àquele caso de aluguer, venda ou trespassse que, no dia a dia, vão surgindo».

A encerrar os trabalhos, usou da palavra o camarada Armando Nogueira, membro do Comité Central, cuja intervenção foi vivamente aplaudida pelos camaradas e amigos presentes nas instalações do Instituto de Obras Sociais.

S. João da Madeira

«ENORMES POSSIBILIDADES DE REFORÇAR O PARTIDO»

A apresentação e discussão deste relatório significa que é chegada a altura da actual Comissão Concelhia prestar contas da actividade desenvolvida pelo Partido nos últimos três anos, principalmente do período em que lhe coube a responsabilidade de dirigir a Organização Concelhia de S. João da Madeira do Partido Comunista Português.

Estas as palavras de introdução a um extenso relatório que ocuparia grande parte dos trabalhos da I Assembleia Concelhia de S. João da Madeira, realizada no último fim-de-semana.

O desenvolvimento industrial concentrado em S. João da Madeira atrai a força de trabalho, principalmente do sector rural em crise, e os operários que ali ocorrem como não encontram na sede do concelho condições de habitação são obrigados a remeterem-se para as freguesias mais distantes.

Dando o panorama socio-económico da massa trabalhadora do concelho o relatório da Comissão Concelhia acrescenta:

«Para além da carência de habitação dentro do concelho e do preço incomportável das rendas, há mais um motivo de peso que leva os operários a procurarem habitações nas freguesias limítrofes. É a necessidade de terem um espaço agrícola, uma horta que complemente os magros salários. Para os operários de escalões salariais mais baixos, geralmente analfabetos e com os trabalhos mais penosos, a semi-proletarização é uma necessidade, obrigando-os a um trabalho duplo na indústria e na agricultura e a uma dupla dependência do patrão e do senhorio absentista.

Proseguindo a análise do trabalho desenvolvido e da evolução verificada no concelho, no decorrer da I Assembleia Concelhia que reuniu 100 delegados, o relatório refere-se seguidamente à vida do Partido, salientando que durante o corrente ano o número de inscritos aumentou cerca de 30 por cento o total de militantes, mas continuamos a entender que tem sido subestimada esta importante tarefa. Existem, desde há muito, enormes possibilidades de aumentar os recrutamentos para o Partido.

No entanto é salientada a fraca representação de camponeses e rendeiros, bem como no sector das mulheres, situação tanto mais grave tendo em conta que as mulheres, contribuem largamente para a massa operária e trabalhadora de S. João da Madeira. A necessidade de alterar profundamente a situação foi defendida, tanto mais que não faltam as condições para um trabalho organizado dos camponeses e rendeiros na defesa dos seus interesses.

Depois de se debruçar sobre aspectos específicos da vida do Partido no concelho, nomeadamente as Comissões de Freguesia e Comités Locais, as células de empresas e os comités de classe, entre outros aspectos, o relatório foca a participação da Organização Concelhia a nível nacional recorda a Campanha dos 50 000 contos, na qual a Organização ultrapassou largamente a meta estabelecida, concretizando-se totalmente o «slogan» que caracterizava a campanha: «Os trabalhadores apoiam o seu Partido!»

Nas várias intervenções verificadas durante a Assembleia falou um

representante da célula da IDEPA, que manifestou a importância de ultrapassar as dificuldades e dinamizar a célula para as tarefas que o Partido aponta.

Também o representante da célula da «Oliva» relatou a actividade desenvolvida pelos militantes naquela empresa, as dificuldades ao referir que na actual fase da situação que se vive na empresa, tem sido difícil a batalha que os comunistas travam na defesa dos interesses que são de todos, e os avanços, ao expressar a convicção de que os camaradas da célula não pouparão esforços no seu fortalecimento, certos de que a implantação do Partido nas massas trabalhadoras é, acima de tudo, do interesse de todos os democratas e da

Revolução Portuguesa.

A I Assembleia Concelhia de S. João da Madeira terminou com a eleição da nova Comissão Concelhia. Assinalando o facto realizou-se a seguir uma sessão de esclarecimento com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, que assistira a todos os trabalhos da Assembleia.

No decorrer da sessão de esclarecimento, onde estiveram presentes mais de quatrocentas pessoas, entre as quais se viam numerosos democratas de outros partidos, registou-se a adesão de sete novos militantes ao PCP.

Na sua intervenção o camarada Dias Lourenço fez a análise da situação política, abordando nomeadamente as propostas apresentadas pelo Partido para a resolução da crise.

Vila do Conde

LIGAR CADA VEZ MAIS O PARTIDO ÀS MASSAS

Com a participação de 45 delegados realizou-se, no passado dia 9 do corrente, a I Assembleia da Freguesia de Vila do Conde do Partido Comunista Português, que engloba a sede do concelho nacional recorda a Campanha dos 50 000 contos, na qual a Organização ultrapassou largamente a meta estabelecida, concretizando-se totalmente o «slogan» que caracterizava a campanha: «Os trabalhadores apoiam o seu Partido!»

Nas várias intervenções verificadas durante a Assembleia falou um

representante da célula da IDEPA, que manifestou a importância de ultrapassar as dificuldades e dinamizar a célula para as tarefas que o Partido aponta. Também o representante da célula da «Oliva» relatou a actividade desenvolvida pelos militantes naquela empresa, as dificuldades ao referir que na actual fase da situação que se vive na empresa, tem sido difícil a batalha que os comunistas travam na defesa dos interesses que são de todos, e os avanços, ao expressar a convicção de que os camaradas da célula não pouparão esforços no seu fortalecimento, certos de que a implantação do Partido nas massas trabalhadoras é, acima de tudo, do interesse de todos os democratas e da

Em Pataias e na Marinha Grande

ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO APONTAM BOAS PERSPECTIVAS DE TRABALHO E AUMENTO DA INFLUÊNCIA DO PCP

Realizaram-se na Marinha Grande, no passado fim-de-semana, as assembleias da organização do PCP nas empresas FEIS e Ricardo dos Santos Gallo. Os respectivos secretariados apresentaram relatórios sobre a actividade do nosso Partido naquelas empresas, após o que se seguiu uma demorada e profunda discussão.

Em qualquer das duas assembleias, mais do que os aspectos positivos da actividade dos militantes do Partido e dos secretariados das células, foram analisadas as insuficiências, os erros e aspectos negativos, tendo sido estabelecidas novas

directrizes e novos métodos de trabalho para o futuro.

Relativamente ao trabalho desenvolvido entre as mulheres e os jovens, apesar dos resultados positivos até agora alcançados em ambas as empresas, os camaradas não se mostraram totalmente satisfeitos, pois existem condições para alargar a implantação do Partido em qualquer destes dois sectores.

No decorrer das assembleias foram realçadas as boas perspectivas de recrutamento de novos militantes para o Partido, situação que todos os camaradas foram unânimes em atribuir a um alargamento da influência do PCP junto dos trabalhadores pela

posições correctas que tem vindo a assumir na defesa dos seus justos interesses e aspirações.

O combate ao sectarismo e o reconhecimento do valor da autocrítica foram alguns dos restantes temas abordados em ambas as assembleias, bem como a necessidade de se combater serena mas eficazmente as posições esquerdistas. O estabelecimento de um diálogo franco e aberto, sem quaisquer preconceitos, com todos os trabalhadores interessados na defesa de interesses comuns e na luta contra a exploração foi um dos caminhos unitários apontados pelos militantes comunistas de ambas as empresas marinhenses.

Finalmente, foi salientada a necessidade de se incrementar a divulgação, em ambas as empresas, da imprensa do Partido.

ASSEMBLEIA DE PATAIAS DE PATAIAS

Também no passado fim-de-semana se realizou a Assembleia de organização da freguesia de Pataias (concelho de Alcobaca) do PCP, na qual participaram activamente mais de uma centena de militantes e simpatizantes do nosso Partido.

No decorrer dos trabalhos foi realçada a importância da realização de assembleias deste tipo, na medida em que através delas é possível discutir os diversos problemas que se colocam aos militantes comunistas, detectar deficiências de actuação e definir formas de corrigir e melhorar a actividade dos militantes.

Segundo se pode constatar no relatório apresentado à discussão, há alguns meses atrás teria sido difícil organizar uma assembleia deste tipo; mas de então para cá, graças a muito trabalho e a um cada vez mais forte espírito de militância de todos os camaradas, a realização da Assembleia foi um facto que certamente irá contribuir para abrir novas perspectivas de trabalho futuro.

A abertura de um Centro de Trabalho do Partido na freguesia foi uma das tarefas que os comunistas de Pataias apontaram como principal, e para a concretização da qual existem condições, uma vez que a influência do Partido vai aumentando, sobretudo entre as camadas jovens, pese embora a existência do caciquismo e do anticomunismo na região.

No âmbito da campanha «Promoção das Conquistas de Abril» foi salientada a necessidade de não hostilizar quem quer que seja. Apesar de tudo, o recrutamento de novos militantes em Pataias está a dar bons frutos e em breve a meta estabelecida será certamente alcançada.

Por seu turno, a questão dos fundos, da quotização e da divulgação e estudo da imprensa do Partido foi longamente analisada, tendo sido apontada a necessidade de incrementar o trabalho em qualquer desses domínios.

No decorrer dos trabalhos — que encerraram com um almoço de confraternização entre todos os presentes — foi eleita a Comissão de Freguesia do PCP, que ficou sendo composta por 8 camaradas: 3 operários, 1 técnico, 3 empregados e 1 reformado.

NOTÍCIAS • NOTÍCIAS

Problemas gerais sobre a vida dos trabalhadores agrícolas e a Lei do Arrendamento Rural foram dois dos temas que o deputado comunista Vítor Louro focou durante as reuniões que, no último fim-de-semana, realizou nas povoações algarvias de Pechão, Monchique e Mexilhoira-Grande.

Tanto em Pechão como em Mexilhoira-Grande mais de 150 pessoas assistiram e participaram na reunião onde foram focados detalhadamente pelo camarada Vítor Louro os problemas que afectam os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios camponeses.

Em Monchique, perante uma assistência de cerca de 200 pessoas, a intervenção do deputado comunista revestiu-se de grande interesse na medida em que permitiu aos presentes uma elucidação sobre a Lei do Arrendamento Rural, proposta pelo PPD e aprovada na Assembleia da República, especialmente no que ela contém de grave para os interesses dos agricultores.

Recentemente, deputados do PPD tinham estado naquela localidade dando uma versão deformada da lei e segundo a qual não acarretaria prejuízos para os agricultores. Esta opinião contudo não é partilhada por milhares de agricultores e rendeiros que de Norte a Sul do país lutam pela sua revogação.

Realizou-se recentemente na sede do MDP/CDE em Algés um encontro entre representantes dos organismos concelhos de Oeiras daquele partido e do PCP. Este encontro teve lugar no âmbito das relações existentes no quadro da FEPU. Foi analisada conjuntamente a situação política ao nível do concelho de Oeiras, salientando-se no comunicado conjunto a «identidade de pontos de vista quanto à gestão antidemocrática que tem sido exercida pelo PS com o apoio das forças de direita».

O comunicado conjunto salienta ainda que o encontro decorreu em ambiente de franco entendimento, «na procura de saídas para os graves problemas que continuam a afectar as populações do concelho, face à importância e manifesta incapacidade demonstrada pelo PS em nove meses de administração nas autarquias deste concelho».

Ficou ainda decidido intensificar a realização destes encontros «na perspectiva da mobilização das populações do concelho, para a defesa dos seus interesses e aspirações mais sentidas».

Realizou-se nos passados dias 8 e 9 deste mês em Kajaani, cidade do norte da Finlândia, o XI Congresso da Liga Democrática das Mulheres Finlandesas. Representando a FDM — Federação Democrática Internacional de Mulheres — participou no Congresso Maria José Estanco, membro do Conselho Nacional do MDM.

Entretanto, também uma activista do MDM, Elsa Oliveira, participou na Jugoslávia num Seminário Internacional subordinado ao tema «A Mulher e o Desenvolvimento», que se desenrolou de 10 a 13 de Outubro na cidade de Ljubljana. Este seminário fez parte do programa de acção da organização feminina jugoslava para o Decénio da Mulher da ONU e a representante portuguesa deslocou-se a convite da Conferência para as Actividades Sociais das Mulheres da Jugoslávia.

PELAS
CONQUISTAS DE ABRILADERE
AO
PCP

REFORÇAR O PARTIDO É REFORÇAR A DEMOCRACIA E A REVOLUÇÃO

Reforçar o Partido é o objectivo da Campanha. Reforçá-lo com a participação activa nas suas fileiras de mais de 10 mil novos militantes. Os resultados obtidos até hoje, o esforço empreendido pelas camaradas individualmente e pelas organizações de Norte e Sul do País se exceptuarmos alguns atrasos verificados aqui e ali, demonstram que o Partido se empenhou nesta tarefa porque a compreende profundamente e a aceita como uma necessidade do momento que vivemos.

Por outro lado podemos constatar também nestes

primeiros resultados que a Campanha de adesões encontra um eco positivo junto dos trabalhadores que vêm ao Partido, que compreendem a necessidade de o reforçar, de alargar a sua influência, de estender as suas possibilidades.

Porque os êxitos verificados, porque esta compreensão e este entusiasmo, quando outras forças políticas pretendem apontar o PCP como uma força que *partidaria* as questões nacionais?

A resposta encontra-se no próprio lema que a Campanha

tornou seu. Reforçar o Partido significa torná-lo ainda mais apto a defender as Conquistas de Abril. Significa reforçar a democracia e a própria Revolução. Isso compreendem cada vez mais democratas, cada vez mais trabalhadores, cada vez mais portugueses que vêm ao PCP, o único grande partido que tem defendido consequentemente as conquistas revolucionárias com tanta firmeza quanta na clandestinidade defendia os interesses do povo e lutava na primeira linha contra o fascismo, procurando sempre a unidade com outras forças democráticas.

O PCP é o único grande partido nacional que tem uma só cara e uma só voz que age em conformidade com os

interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, que age em conformidade com os interesses das mais amplas camadas da população portuguesa, que age em conformidade com os interesses nacionais, que avança propostas não para benefício próprio, mas para benefício de todos quantos produzem a riqueza, para benefício da independência nacional e do progresso do próprio país.

Isso compreendem os trabalhadores, e muitos deles mais claramente do que nunca, desgostados que estão da prática política de algumas forças em que votaram e que não realizaram as suas promessas. E compreendem que do reforço do PCP

depende o estar à altura de, não apenas avançar propostas correctas, como sempre o faz, mas também de influenciar na sua concretização.

Reforçar o PCP é garantir a defesa das conquistas de Abril, é segurá-las melhor no combate contra a reacção, é impedir os seus avanços, assegurar melhor a linha de resistência à recuperação capitalista, procurando sempre o entendimento e o diálogo com todos os que sinceramente estão do lado da democracia e da liberdade, contra o regresso ao passado.

Por compreenderem a necessidade de reforçar o PCP, os homens, as mulheres e os jovens aderem ao Partido. E serão mais dez mil.

INICIATIVAS

Na área da DORL, conforme chegou ao nosso conhecimento através de um documento da respectiva SIP, prevêem-se para os próximos tempos numerosas sessões de esclarecimento cujo tema fundamental é a Campanha Promoção das Conquistas de Abril. Assim, no mês de Outubro, prevêem-se:

Freguesia de Barcarena, no dia 21, em Terceira, na Colectividade, pelas 21 horas; na mesma localidade, no dia 31 haverá uma noite de fado, pelas 21 horas também.

Concelho de Amadora, passagem de um filme às 19.30 do dia 20 de Outubro; no dia 22, na Burca, Festa Comício com a participação do camarada Abóim Inglês, membro do Comité Central.

Concelho de Vila Franca, em Castanheira, no dia 22, sessão de esclarecimento. Em Vila Franca, no dia 21, pelas 21 horas, na Casa do Povo haverá uma reunião com simpatizantes e, no dia 29 um mini-festival de folclore e fados. Na Póvoa, sessão no dia 21, no Barracão da Abelheira.

Sector Público, anuncia festas no Centro de Trabalho de Alfama, no dia 29.

Em Portimão, no próximo dia 29, realiza-se nas instalações do Centro de Trabalho do PCP um almoço-convívio, com a participação do camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central.

No distrito de Viana do Castelo estão previstas sessões de esclarecimento em Cerveira, amanhã, sexta-feira, pelas 21 horas, e, no sábado, à mesma hora, em Caminha.

Na sequência do piquenique promovido, no domingo passado, pelos camaradas do Grupo Mondégo, vai realizar-se uma reunião no próximo sábado, pelas 15 horas, nas instalações da "RIOCOCOE".

Na Burca, na Praça Luís de Camões realiza-se no próximo sábado às 15 horas uma sessão-convívio. Haverá venda de produtos da Reforma Agrária, corais alentejanos e canto livre. O escritor Urbano Tavares Rodrigues autografará o seu livro «Estórias Alentejanas». Participam ainda nesta sessão do Partido os camaradas Abóim Inglês, do CC, e Marques Pedrosa, deputado.

A CAMPANHA EM MARCHA!

JANTAR CONVÍVIO

No passado dia 15 do corrente, a organização de São João de Brito (Lisboa) do PCP, promoveu um jantar convívio, no Restaurante «O Canteiro», na Rua Vitor Gordon, n.º 10. Ali se reuniram algumas dezenas de militantes e simpatizantes do nosso Partido, num ambiente fraterno. Correspondendo activamente à Campanha de Promoção das Conquistas de Abril, alguns dos simpatizantes aderiram ao Partido.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Entretanto, as sessões previstas em São Domingos de Rana, com venda de produtos da Reforma Agrária em várias pequenas localidades, tiveram êxito. Centenas de pessoas participaram nestas iniciativas, tendo o camarada Vitor Silva intervenido nas sessões de esclarecimento cujo tema fundamental foi a Campanha.

Nestas sessões registaram-se 24 inscrições, sendo elevada a percentagem de mulheres. Entretanto a Freguesia de São Domingos de Rana pode já anunciar que ultrapassou a meta que tinha prevista.

ORGANIZAR OS NOVOS CAMARADAS

Ainda no Concelho de Cascais. A empresa SIPE, de Carcavelos, ultrapassou já a meta prevista. Por seu lado, a célula da J.Pimenta realizou, no Centro de Trabalho Vitória, uma reunião plenária aberta a simpatizantes. No decorrer da reunião foi projectado um filme, tendo depois diversos camaradas intervenido. Um camarada, a dada altura, explicou o que aprendera no Partido, a experiência das primeiras reuniões, a prática da luta colectiva que o leva hoje a considerar o Partido como uma família unida. Por seu lado um simpatizante tomou a palavra, declarando que já em 1975 ele e outros amigos se tinham inscrito no PCP mas nunca foram chamados a qualquer reunião. Foi nessa altura lembrada uma passagem do Relatório ao VIII Congresso onde se salienta a necessidade de organizar com brevidade os novos camaradas que aderem ao Partido.

MOÇÃO APROVADA

Ainda nesta reunião foi aprovada uma moção pelos participantes que, constatando os bons resultados obtidos na empresa no que se refere à adesão de novos militantes durante a Campanha, aproximando-os da meta, decidem unanimemente exortar todas as organizações do Partido a darem o melhor do seu esforço para se alcançar e ultrapassar a meta dos 10 mil militantes, meta estabelecida pelo Comité Central do nosso Partido que, a verificar-se, constituirá uma grande vitória do PCP e reforçará a defesa das conquistas de Abril.

APELO EM ASSEMBLEIA

Num relatório apresentado à 1.ª Assembleia Concelhia de São João da Madeira, do PCP, cujo tema é a Promoção das Conquistas de Abril, pode ler-se a dado passo:

«Na área de São João da Madeira estão criadas condições para que esta grande iniciativa do nosso Partido venha a traduzir-se em mais um êxito. Durante o corrente ano, de uma forma razoavelmente constante, a organização de São João da Madeira foi ampliada de cerca de 30 por cento».

E mais adiante:

«Durante a presente semana inscreveram-se no Partido quase duas dezenas de militantes. É um número significativo, mas pensamos que pode ser ultrapassado talvez mesmo no decorrer desta Assembleia. Daqui fazemos um apelo aos inúmeros convidados sem partido para que façam a sua inscrição».

CAEM AS METAS

E das Beiras passemos ao Alentejo. No distrito de Évora continuam a cair as metas ou a aproximarem-se os números de inscrições daqueles que foram estimados como possibilidades de cada organização. Assim, em Mora, com a meta fixada em 56 novos militantes, receberam-se já 52 inscrições e os camaradas pedem 100 novas fichas. Em São Sebastião da Gesteira, a meta de 20 foi ultrapassada, sendo já 30 as inscrições. Em Montemor-o-Novo, numa Festa que reuniu 800 pessoas, verificaram-se muitas adesões, incluindo as de 12 mulheres e, numa reunião de 13 mulheres, 3 inscreveram-se no PCP, enquanto em Évora se efectuou uma outra reunião com 70 mulheres. Em Vendas Novas já se contabilizam 30 novas adesões para uma meta de 47. Em Arraiolos, uma reunião com a participação de 72 pessoas trouxe 4 novos camaradas.

REUNIÕES EM QUE TODOS SE INSCREVERAM!

No distrito de Portalegre, verificaram-se 12 inscrições em Degolados. Em Ervideira, numa reunião com 27 pessoas, todas se inscreveram! Em Leitões, Montargil, há já 13 adesões ao Partido; 8 em Foros do Mocho e 17 em Aldeia Velha, Aviz.

No distrito de Beja também a Campanha está em marcha. No próprio concelho de Beja, cuja meta está fixada em 155, já se verificaram 110 inscrições. Em Brissos, um camarada, sózinho, recolheu as adesões de 10 novos militantes. Em Aldeia Nova, 2 camaradas recrutaram 11 na mesma rua onde moram. Em Marmelar, uma camarada reuniu com 11 mulheres que se inscreveram todas no final. E, na UCP «Custou Mas Foi» houve 12 inscrições.

O ESFORÇO DE CADA MILITANTE

Lénine, na sua obra «Um Passo em Frente, Dois Passos à Rectaguarda», mostra que o proletariado não tem outra arma na luta pelo poder senão a organização», diz a primeira frase de um documento editado pela Comissão Coordenadora da Campanha «Conquistas de Abril» do Sector dos Transportes da DORL. E, após salientar o papel do PCP na luta da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses, o documento fala da importância do alargamento do Partido e da sua influência.

«Que todos os camaradas contribuam para a organização desta tarefa nos seus organismos». E ainda: «Do esforço de cada militante depende o êxito da Campanha. Que cada um de nós possa ao fim sentir a alegria do êxito por ter contribuído com pelo menos a adesão de um novo camarada».

A CAMPANHA EM CADA REUNIÃO

A Comissão Concelhia de Loures do PCP, por seu lado, editou um documento onde se sublinha:

«Impõe-se que até ao fim do ano, a Promoção conste de todas as ordens de trabalho de cada reunião e, que todos os militantes tenham no seu espírito que esta é uma tarefa de todos e não de 3 ou 4 camaradas». A finalizar, o documento diz:

«A Comissão Concelhia apela aos trabalhadores das organizações de Loures para participarem na Grande Campanha Nacional de recrutamento para defender as Conquistas de Abril. A Comissão Concelhia apela aos homens, mulheres e jovens de sentimentos progressistas para aderirem às organizações do PCP».

ALGARVE ALCANÇA META!

A meta nacional estabelecida para a Organização Regional do Algarve, correspondente a 300 novos militantes, foi ultrapassada na semana passada, atingindo presentemente 321 novas adesões ao PCP. No entanto, a ORA envida todos os esforços para alcançar a meta que ela própria tinha estabelecido e que corresponde a meio milhar de adesões. A convocação geral é de que não vai ser difícil. Entretanto, no Algarve, correspondendo à campanha da «Promoção das Conquistas de Abril», numerosos Centros de Trabalho do Partido apresentam as suas fachadas decoradas com motivos alusivos à campanha. Ainda no âmbito das iniciativas realizou-se em Olhão uma reunião com operários conservadores simpatizantes, que se revelou muito útil em virtude dos problemas levantados.

CONVÍVIO EM PONTE DE LIMA

Um convívio promovido pela Organização de Ponte de Lima do PCP, no último sábado, mobilizou cerca de quatrocentas pessoas. Numa sessão de esclarecimento que decorreu nas instalações do Centro de Trabalho da sede do distrito, orientada pelo camarada Oliveira Dias, participaram cerca de 300 pessoas.

29 ADESÕES AO PCP E 6 À UJC NA INAUGURAÇÃO EM CUCUJÃES DO NOVO CENTRO DE TRABALHO

Em Cucujães, no concelho de Oliveira de Azeméis, foi inaugurado no último fim-de-semana o Centro de Trabalho local do PCP.

A iniciativa, há muito desejada pelos militantes e simpatizantes da região, contou com a colaboração e boa-vontade de muitos amigos do Partido ali residentes e outros democratas que não pouparam esforços no trabalho despendido no arranjo das instalações.

Mercê desse trabalho o novo Centro de Trabalho conta agora com uma ampla sala de convívio e várias salas de reuniões, proporcionando assim condições para o desenvolvimento de todo o trabalho de organização que até agora se vinha processando em termos menos condizentes com a implantação que o PCP já tem naquela zona.

Na inauguração, que contou com a presença de algumas centenas de pessoas, o camarada José Bernardino, membro do Comité Central, fez uma análise da situação política e aludiu especialmente à importância do Centro de Trabalho inaugurado, concretamente no que diz respeito à organização dos trabalhadores da região pela defesa dos seus interesses.

A inauguração do Centro de Trabalho despertou grande interesse, como aliás acontecera já com todo o trabalho desenvolvido para tornar habitável a casa que agora ostenta a bandeira do PCP.

Inúmeros foram os apoios, a mão-de-obra surgiu espontânea, muitos foram os que quiseram contribuir para que em Cucujães existisse um Centro de Trabalho do PCP.

Mais tarde e confirmando este entusiasmo, o entusiasmo dos trabalhadores que ajudam a edificar o seu Partido, durante a inauguração muitos dos que tinham dado a sua contribuição nos trabalhos inscreveram-se como militantes.

Em Cucujães, naquele dia, houve 29 adesões ao PCP e 6 adesões à UJC.

A inauguração do Centro de Trabalho de Cucujães vem coroar toda a evolução verificada naquela freguesia e que se tem traduzido por uma receptividade cada vez maior às propostas do PCP, desde as eleições para a Assembleia Constituinte.

Num comunicado dirigido à população a Organização de Freguesia de Cucujães do PCP, refere que, «o novo Centro de Trabalho será essencialmente e como o próprio nome indica uma casa de trabalho. Uma casa que materializará a implantação de um partido democrático, onde discutiremos os nossos problemas. Mas será também uma casa aberta a todos os que, sem receios nem reservas, pretendam conosco conversar e discutir os problemas mais sentidos pela população da freguesia de Cucujães e do povo português. Abriremos também as nossas portas a realizações culturais, a iniciativas sociais e de convívio onde todos possam participar e de que todos possam beneficiar».



O novo Centro de Trabalho em Cucujães

NOVAS CAMARADAS ESCREVEM AO «AVANTE!»

Companheiros e Amigos do «Avante!».

Sou uma jovem de 22 anos que decidi firmemente chegar até ao Partido inscrevendo-me, e isto porque o núcleo de Oliveiras do Partido Comunista organizou uma festa no dia 2 do corrente.

Após 2 anos de hesitações decidi finalmente não só inscrever-me como vir a ser uma militante sincera e dedicada e dar tudo o que necessário for para bem do povo a que pertence e da sua vanguarda revolucionária, do PCP.

(...)

Uma das minhas hesitações

foi a seguinte: sendo o nosso Partido, e digo nosso porque há muito sou simpatizante do Partido, a vanguarda dos trabalhadores, como podia eu ser militante sendo desempregada e nunca ter sido trabalhadora, pois faço parte dos muitos milhares de jovens que após saírem da escola procuram o primeiro emprego?

Como surge a ideia de escrever para o nosso jornal?

Os amigos que me atenderam quando da minha inscrição no Partido, militantes locais da UJC pois todos eles eram muito jovens, preencheram uma ficha com

todos os meus dados e disseram que haviam de me convocar para falarem comigo, mas esperei ansiosamente durante uma semana e, como não tivesse recebido qualquer convocação, fui à Rua António Serra, 26-2.º, com o fim de contactar alguém do Partido, na passada 2.ª feira, dia 10 do corrente, onde consegui uma audiência com um amigo pertencente de há longo tempo ao Partido, que tomou apontamentos de tudo aquilo que eu disse e me aconselhou a escrever para o «Avante!» expondo todas as minhas hesitações bem como os motivos que me levaram a tomar essa decisão. Tais motivos passo agora a explicar.

I - Tenho seguido com bastante atenção a actividade do PCP quer no campo parlamentar, quer na sua acção na resolução, local, regional e nacional dos problemas dos trabalhadores e da juventude, e juntamente com as massas populares, e penso que as resoluções tomadas e as propostas apresentadas pelo Partido são as mais justas, dignas, honestas e coerentes com cada momento na actual conjuntura do país.

II - Querer lutar junto de todos os trabalhadores e do povo, e isto porque na minha opinião o Partido tem profundas raízes no seio do povo.

III - Mulher e fundamentalmente jovem, desejo unir esforços, isto é, juntar a minha à vossa voz e lutar por uma vida melhor, mais digna e mais justa, para que Portugal possa ter um futuro novo e livre e mais digno de ocupar na Europa e no mundo inteiro o lugar que lhe é devido.

IV - Lutar e trabalhar convosco para que a Constituição seja integralmente cumprida e para que sejam intrinsecamente respeitadas e defendidas as Conquistas de Abril, em suma, para que cada mais seja a renovação e a vivência mais completa, durante todo o ano, desse benedito Abril de 74.

Com os mais sinceros votos de prosperidade e felicidade para o Partido e para o «Avante!», queiram aceitar as mais cordiais e sinceras Saudações comunistas da vossa camarada e amiga

Maria Eugénia Frias
— Oliveiras

O MILITANTE DE TODOS OS DIAS

Cada vez mais amplas camadas de trabalhadores que durante algum tempo foram influenciados por ideias e conceitos que se afastam da verdade, influenciados mesmo pela propaganda reaccionária que fez e faz do anticommunismo o seu principal cavalo de batalha, se decepcionam por um lado das promessas dos partidos em que votaram, por outro das práticas antidemocráticas desses partidos, por outro ainda por verificarem que as acusações feitas aos comunistas eram completamente falsas.

Esses homens e essas mulheres, movidos tantas vezes pelas mais justas aspirações, encontraram-se do outro lado da barreira em determinado tempo e em determinadas situações. Hoje a própria vida os foi esclarecendo, a actividade do PCP foi-se tornando mais clara para eles, os comunistas tornaram-se seus companheiros de luta no dia-a-dia do trabalho, no dia-a-dia dos problemas a resolver, das dificuldades a vencer.

Para alguns destes amigos, a sua adesão ao Partido é apenas mais um passo, um passo de confiança, uma confirmação da sua vontade de lutar e de melhor defender as conquistas de Abril. Para muitos essa adesão está a verificar-se.

Não podemos deixar, no entanto, o sabor da consciencialização individual, esse passo decisivo. Muitos futuros camaradas esperam a nossa ajuda, o nosso esclarecimento, a nossa palavra. Há já a experiência de que a Campanha está a permitir adesões porque são os comunistas a dar um primeiro passo, a propor a um companheiro que se torne camarada.

Para além do esclarecimento político que o Partido oferece ao novo militante, esclarecimento de todos os dias, esclarecimento essencial para que uma decisão seja tomada,

livre de dúvidas que a propaganda ou a simples ignorância dos factos pode ter implantado em cada um, há trabalhadores e há democratas que continuam a ver com dificuldade o seu papel de futuro militante.

Pensam alguns — e são muitos — que o facto de se ser militante põe deveres. É verdade, tão verdade como o facto de cada militante ter, no Partido, direitos iguais. Mas, porque alguns militantes se distinguem pelo seu espírito de sacrifício exemplar, pensam alguns amigos que a sua vida pessoal, a sua vida familiar, enfim o seu quotidiano se transformaria de tal modo quando aderissem ao Partido que lhes faltaria absolutamente o tempo para fazerem uma vida normal, para conviverem com os seus amigos e familiares, para terem os seus tempos de lazer e de distracção. Ora isto não é verdade.

E não é verdade porque, se alguns se distinguem por entregarem todo o seu tempo ao Partido, isso se fez por escolha pessoal e porque se distinguiram pelas suas qualidades excepcionais nesta ou naquela tarefa e não porque a isso fossem compelidos. É a própria luta, muitas vezes exigente, que vai descobrindo em cada um as qualidades que o tornam um quadro e, com alegria, esse quadro vai dando mais e mais do seu tempo à luta. No entanto, todo o militante do Partido, quando bem organizado, cumprindo a tarefa para a qual se encontra mais habilitado, continua a poder e a dever ter a sua vida normal, de todos os dias, com a família, com os amigos, com as suas diversões e os seus tempos de cultura, continua a fazer a sua vida de sempre, apenas com a diferença que a sua vida se lhe torna mais rica e mais digna, mais valiosa, mais fraternal.

Pelo direito ao trabalho

INTENSIFICAR A CAMPANHA CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Coordenada por uma comissão eleita recentemente em plenário da União dos Sindicatos de Lisboa, está a decorrer neste distrito "uma grande campanha contra os despedimentos e pelo direito ao trabalho", que incluirá plenários de empresa, colóquios e um espectáculo no Pavilhão dos Desportos. Num documento distribuído em conferência de imprensa convocada para anunciar o início da campanha, a USL acusa o Governo dito socialista de se isolar "cada vez mais das massas trabalhadoras, realizando uma política suicida, cujas proporções são incalculáveis e que, além dos projectos ruinosos para a nossa economia, lança milhares de trabalhadores no desemprego, permite a violação de princípios constitucionais, viola a sua própria legalidade e abre as portas à restauração do poder económico dos grandes capitalistas".

A comissão, que inclui, além da USL e dos seus departamentos de mulheres e de jovens, nove Sindicatos (Metalúrgicos, Rodoviários, Químicos, Gráficos, Jornalistas, Electricistas, Comércio, Construção Civil e Têxteis) conta, há dias, com a adesão de mais 42 sindicatos à iniciativa contra os despedimentos. Esses sindicatos representam cerca de meio milhão de trabalhadores.

As "milagrosas receitas capitalistas remetidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)" são analisadas no documento da USL que acusa, nomeadamente, o Governo do grupo dirigente do PS de ceder "perante as exigências do capitalismo nacional e estrangeiro", ao mesmo tempo que recusa o diálogo e a negociação "com os representantes dos trabalhadores, sindicatos, CGTP-IN e restantes estruturas do Movimento Sindical".

O aumento vertiginoso do custo de vida, o congelamento da contratação colectiva, o aumento do desemprego, a ofensiva generalizada contra os direitos dos trabalhadores são denunciados no

comunicado da USL, que responsabiliza a política de recuperação capitalista pela estagnação da actividade económica e pelo crescente endividamento do nosso país ao estrangeiro.

Entretanto, o Governo já devolveu ao patronato 89,3 por cento das empresas intervenções, prosseguindo com a política "entreguista e devolucionária" dos pacotes, que autoriza os despedimentos selectivos de dirigentes e delegados sindicais, de trabalhadores que se destacam na defesa dos direitos constitucionais e dos interesses das massas trabalhadoras.

"ÇAÇA ÀS BRUXAS"

Joaquim Francisco dos Santos, Mundet, Luís Pedro Mendonça, Copam, Sanimar são alguns dos exemplos de uma política de desprezo por esses direitos e interesses legítimos. Sem qualquer contrapartida no campo da recuperação económica, essa política entreguista aprofunda ainda mais a crise, fomenta a violência e a repressão

e beneficia apenas alguns patrões reaccionários e sabotadores.

No Porto, em dez meses, foram despedidos mais de mil e quinhentos trabalhadores têxteis. Numa conferência de imprensa, o respectivo sindicato revelava que desses 1500 despedimentos, 1100 resultam do encerramento de três empresas, a Schimming, a Fertex e a Socotil, cujos operários se encontram há nove meses sem salários e sem quaisquer subsídios.

Enquanto isso, a lei dos despedimentos assegura toda a tranquilidade à escalada patronal contra o direito ao trabalho, repetindo-se os "processos" e os afastamentos arbitrários de delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores. Na Sanimar, por exemplo, o antigo patrão sabotador, beneficiado pelo Conselho de Ministros com a devolução da empresa, entrega-se, sem qualquer respeito pela lei, a uma autêntica "çaça às bruxas". Todos os membros da CT, delegados sindicais e elementos da primeira comissão de gestão, nomeada depois da intervenção do Estado, foram alvo da fúria revanchista do patrão, que actua baseado em motivos políticos.

Mais de vinte trabalhadores dessa empresa processaram a entidade patronal por despedimentos ilegais. Dirigentes sindicais do sector afirmam que a actual administração da Sanimar actua "com a maior desfaçatez e com flagrante ilegalidade", recusando-se a reconhecer a validade de admissões de trabalhadores decididas pela comissão de gestão que administrava a empresa.

Esta situação não pode manter-se. É preciso pôr cobro aos despedimentos. A campanha pelo direito ao trabalho, que tem âmbito nacional, exige o empenhamento de todos os trabalhadores, exige o apego à solidariedade militante, à acção em defesa de um direito constitucional que nenhuma lei, nenhuma arbitrariedade pode contrariar. A escalada Governo-patronato reaccionário faz parte de uma ofensiva generalizada. Não são estes ou aqueles trabalhadores que estão ameaçados. São todos. Por isso, todos se devem opor aos despedimentos. Todos devem reforçar a unidade consciente e activa, pondo de parte tudo o que possa dividi-los, perturbando a solidariedade necessária e a eficácia da sua acção organizada.

SEM DESPEDIMENTOS A JFS VOLTA AO TRABALHO

Em plenário, os trabalhadores da empresa de construção civil Joaquim Francisco dos Santos, de Sacavém, suspendendo a greve, exigiram que "o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção reexamine os termos da decisão do Conselho de Ministros que ordenou a desintervenção".

Após reempessoado, o antigo patrão deve garantir todos os postos de trabalho, sem despedir ninguém, e respeitar a organização

dos trabalhadores na empresa. O plenário, a CT, os delegados sindicais e o conselho técnico coordenador deverão manter a sua actividade.

Para os contactos com o MHUC foi nomeada uma delegação.

Segundo uma moção aprovada, os trabalhadores assinam que, ao retomarem o trabalho, se tornará mais forte a sua unidade e as suas reivindicações serão satisfeitas.

CONTRA A MORTE NO TRABALHO

O último acidente de trabalho de que temos conhecimento levou à morte Manuel da Conceição Martins Ribeiro, na SAPEC, em Setúbal. A Comissão de Trabalhadores e a Comissão Intersindical da empresa protestam, num comunicado, contra "as péssimas condições de trabalho" existentes na fábrica e acusam de negligência os responsáveis. Mas o mal não ataca apenas esta empresa.

A situação em que continuam os trabalhadores portugueses no campo da Higiene e Segurança é dramática — afirma a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, num comunicado que intitula "Pelo direito à vida promover a segurança no trabalho".

Por intermédio dos seus sindicatos os trabalhadores

organizados deverão exigir dos serviços de prevenção visitas às empresas onde o Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho não esteja a ser cumprido. Os serviços encarregados dessa vigilância, nomeadamente o Laboratório de Avaliação de Riscos, devem poder cumprir as funções para que foram apetrechados. Todas as

capacidades de prevenção devem ser convenientemente aproveitadas.

"É imperativo denunciar, empresa por empresa, as péssimas condições de trabalho a que os trabalhadores se encontram sujeitos. Só em 1972, ano de que dispomos de alguns dados, houve 800 mil acidentes de trabalho e doenças profissionais, 90 mil incapacitados permanentes e 800 acidentes e doenças profissionais mortais. Isto acontece — assinala a Federação dos Metalúrgicos — porque não existiu, nem existe ainda, um serviço de medicina preventiva devidamente estruturado."

É isso, designadamente, "porque o patronato, que visa unicamente o lucro máximo, não está interessado em investir na prevenção; porque o Governo nada fez para melhorar as condições de Higiene e Segurança no trabalho, embora existam serviços que têm a obrigação de garantir essas condições".

O comunicado da Federação refere-se em especial ao caso da Oliveira & Ferreirinha, empresa do Porto onde "as péssimas condições de trabalho" levaram os delegados sindicais e um membro da

Comissão de Trabalhadores a denunciarem, no boletim sindical "O Metalúrgico", "a falta de medicina preventiva e os riscos de trabalho existentes naquela empresa".

O patrão não gostou. Mas, "em vez de tentar melhorar as condições de trabalho — acrescenta a Federação — atentou contra a liberdade de expressão, um dos direitos fundamentais expressos na Constituição, movendo um processo de despedimento contra aqueles trabalhadores que ousaram defender os seus direitos".

Mas essa atitude prepotente e ilegal não intimida os trabalhadores. O que se passa na Oliveira & Ferreirinha é apenas um exemplo. Muitas outras entidades patronais fazem vista grossa perante a insegurança nos locais de trabalho. Por isso, os trabalhadores devem exercer uma fiscalização efectiva nas fábricas, em todas as empresas, e "canalizar todos os dados, denúncias e queixas para o seu sindicato e para os organismos estatais".

Este apelo da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos destina-se a evitar que mais trabalhadores morram ou fiquem inutilizados para toda a vida por negligência dos responsáveis. Entre estes, figura o Governo que deve atender os protestos que lhe chegam no sentido de melhorar as condições de higiene, saúde e segurança no trabalho.

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL



CONSTRUÇÃO CIVIL: ASSEMBLEIA HOJE — Serão votadas, hoje, as propostas de alteração aos estatutos do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Preparada em vários plenários de zona, esta assembleia, que a direcção sindical considera "decisiva para a vida futura" do Sindicato e das lutas a desenvolver, exige a participação de todos os trabalhadores desse importante sector de actividade.

AGRESSÃO — Um trabalhador e um delegado sindical da fábrica de plásticos "Grandarte" da Marinha Grande participaram criminalmente contra o patrão que os agrediu dentro da empresa, na tentativa de se opor à realização de um plenário para o obrigar ao cumprimento do contrato de trabalho em vigor. Foi solicitada a intervenção do Ministério do Trabalho.

NOVO SECRETARIADO DA FEDERAÇÃO DOS METALÚRGICOS — Eleito para o triénio de 1977/80, os dirigentes desta Federação tomaram posse dos seus cargos decididos a desenvolver "todos os esforços para levar à prática as resoluções do Congresso de Todos os Sindicatos, tendo em vista o reforço da unidade e a satisfação das aspirações mais sentidas pelos metalúrgicos, como parte integrante do Movimento Sindical Unitário", com o qual levarão a cabo "todas as acções para revogar a legislação antioperária e anticonstitucional e todas as medidas que ponham em causa as conquistas dos trabalhadores".

REESTRUTURAÇÃO DOS SEGUROS — Uma proposta aprovada recentemente em reunião magna do Sindicato dos Seguros do Sul obriga a direcção a convocar uma assembleia geral para que a classe defina os objectivos gerais a que deve submeter-se a reestruturação do sector, de modo a defender as nacionalizações e todos os postos de trabalho.

UNIÃO DE SINES — Num plenário com a presença de cerca de 500 trabalhadores, foi eleito o secretariado da nova União dos Sindicatos de Sines e Santiago do Cacém. Nas duas moções aprovadas por unanimidade e aclamação, é repudiada a "política de traição do Governo" e reafirmada a confiança na Central Única dos Trabalhadores Portugueses. Da nova União fazem parte 21 sindicatos, englobando a quase totalidade dos trabalhadores sindicalizados dos concelhos de Sines e Santiago do Cacém.

ARBITRARIEDADE NA GRÁ-PARÁ — Decidida a continuar com a sua actividade, a Comissão de Trabalhadores da Grá-Pará (sedes) denuncia a atitude "ilegal e abusiva" da Comissão de Gestão, que a pretende privar das suas instalações e dos seus direitos, com base numa interpretação errada do Decreto-Lei 57/77.

PORTUÁRIOS CONTRA INTIMIDAÇÃO — Num comunicado, a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores Portuários acusa o Governo de intimidação ao publicar uma portaria suspendendo as garantias salariais para o pessoal do sector, "durante o período de greve que a classe decidiu levar a cabo como reacção legítima contra o impasse verificado nas negociações da revisão do Contrato Colectivo de Trabalho".

"A greve começará quando a classe entender — acrescenta o comunicado, lembrando que «após mais de seis meses de negociações», o Governo e o patronato propuseram um aumento salarial de 8,7 por cento, que «certamente vigoraria durante 18 meses». Não foi ainda decidido o início da greve.

QUOTIZAÇÃO SINDICAL — Por todo o País, os Sindicatos continuam a chamar a atenção dos trabalhadores para a necessidade de preencherem as declarações individuais que lhes são remetidas ou entregues pelos delegados sindicais, a fim de autorizarem o desconto da quotização sindical nas respectivas remunerações. Os Sindicatos, a exemplo do que fez recentemente a CGTP-IN, denunciam a ilegalidade da actuação, de algumas entidades patronais que se recusam a aceitar esse sistema de cobrança contrariando o disposto na contratação colectiva e que tem força de lei. Os trabalhadores devem informar os Sindicatos sempre que os patrões recusem as declarações individuais, não cumpram os contratos colectivos de trabalho e não paguem os retroactivos.

PROTESTO DA USL CONTRA «PRÉMIO» PARA EX-PIDE — A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) protesta, num comunicado, contra o escândalo da «indenização» de cerca de 1400 contos, que a Comissão

Administrativa da Caixa de Previdência e Abono de Família da Indústria do distrito de Lisboa se prepara para entregar ao ex-informador da PIDE, sr. Lázaro do Carmo Viegas. «Tal atitude — acrescenta a USL — surge na sequência da actual política do Governo que, de cedência em cedência, começa já a contemplar monetariamente os pides». O comunicado lembra, por outro lado, que o próprio Governo do PS tinha anteriormente contrariado essa «indenização» por «doença», considerando-a um «escândalo», quando o seu montante foi estabelecido em 700 contos!

SOLIDARIEDADE E APOIO À MDF — No Tramagal, as medidas contra o emprego e o direito ao trabalho na Metalúrgica Duarte Ferreira não iriam afectar apenas os trabalhadores e as suas famílias. Os pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores também seriam atingidos. Assim, num plenário de trabalhadores do concelho de Abrantes, efectuado recentemente no Tramagal, foi aprovada uma moção repudiando «as provocações e a repressão aos trabalhadores», bem como «as manobras tendentes a provocar despedimentos selectivos ou colectivos».

Dado que os trabalhadores da MDF, como, na generalidade, todos os trabalhadores das empresas intervenções e autogeridas, «têm dado provas de iniciativa e capacidade técnica e produtiva e estão dispostos a participar na recuperação económica nacional» para ela contribuindo com o seu trabalho, a moção de apoio à MDF, aprovada por unanimidade e aclamação, exige «dos órgãos do poder as medidas que venham satisfazer os trabalhadores e os interesses patrióticos» em defesa do aumento dos postos de trabalho e não do aumento dos despedimentos a que tem conduzido a política de recuperação capitalista do Governo minoritário do PS.

DESPEDIMENTO EM CERVEIRA — Os despedimentos selectivos contra os trabalhadores que mais se destacam na defesa dos seus camaradas é motivo de reprovção unânime e de luta organizada por todo o País. Assim sucede com a Comissão de Luta dos trabalhadores da firma Jorge Pereira (construção civil) de Vila Nova de Cerveira que, num comunicado, protesta veementemente contra o despedimento legal de Raul Fernando Marques da Silva, delegado sindical. «O que se verifica — afirmam os trabalhadores num apelo à solidariedade — é uma escalada do patronato contra os operários que, organizados para a defesa dos seus direitos, são corridos por um patrão que não cumpre a lei presente». Para que «injustiças como esta não tenham lugar», a Comissão de Luta apela à unidade para a defesa intransigente do direito ao trabalho nos termos da Constituição.

«O MELHOR CONVÍVIO...» — Na General Motors da Azambuja, multinacional bem conhecida, foi fixado recentemente um anúncio pedindo voluntários para um turno de «hóite». Sem sequer assegurarem transporte nocturno, os patrões da multinacional americana têm o descaro de afirmar que «o turno das 22,30 às 8,15 permite um melhor convívio com a família...»!

INSTABILIDADE E DESEMPREGO NOS TÊXTEIS — O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto, analisando a situação do sector, assinala a «instabilidade no trabalho, a falta de pagamento de salários e o desemprego». «A situação financeira difícil em que se encontram muitas empresas deve-se principalmente ao «baixo capital social», à «descapitalização das empresas», ao «desinteresse dos patrões» e aos «problemas causados pelas medidas económicas do Governo».

CGD E CCT DOS BANCÁRIOS — Numa proposta aprovada por maioria, em assembleias realizadas recentemente em Lisboa, Porto e Coimbra, os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, após vários considerandos sobre sindicalização e outros assuntos, deliberação, entre outros pontos, «vincular-se ao CCT dos Bancários com a ressalva das condições mais favoráveis» e «exigir da administração da CGD, SET e ministro das Finanças a revogação imediata dos condicionamentos legais impeditivos da vinculação da Caixa ao Contrato Colectivo de Trabalho do sector bancário e a saída de legislação que obrigue a CGD a ser parte contratante nesta e em futuras contratações colectivas de trabalho».

PREVIDÊNCIA EM LUTA PELO CONTRATO

Os trabalhadores da Previdência, tal como os outros trabalhadores, também lutam pela revisão do seu Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV), conseguido já depois do 25 de Abril de 1974, corolário de uma luta que durou anos contra um Estatuto imposto por via administrativa, que regulamentava as suas relações de trabalho», afirma a Comissão Sindical Negociadora do CCTV das Instituições de Previdência no comunicado que anunciava a concentração da última segunda-

feira junto ao Ministério dos Assuntos Sociais.

Milhares de trabalhadores de todo o País (só do Porto deslocaram-se a Lisboa dez camionetas), aderindo ao apelo da CSN, manifestaram a sua vontade ao secretário de Estado da Segurança Social no sentido do "recomeço imediato das negociações do CCTV, da revisão das tabelas de 1975 e da negociação do clausulado" do novo Contrato.

Os trabalhadores, lembrando que a revisão do CCTV consta do seu próprio clausulado, que o actual SESS assinou, recusam a atitude desse membro do Governo que pretende "proteger indefinidamente o início das negociações, desrespeitar os compromissos que entretanto assinou" e cozinhar, através de um grupo de trabalho, uma "portaria específica", que mais não seria — afirma a CSN — "do que a imposição unilateral

e administrativa das condições de trabalho".

Os trabalhadores da Previdência recusam o regresso ao "24 de Abril". Por isso não aceitarão a via administrativa e adoptarão, se necessário, outras formas de luta pelo "direito à livre negociação com a Constituição Portuguesa e as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, ratificadas pelo Governo Português, reconhecem a todos os trabalhadores".

Sector corticeiro

REPÚDIO E CONDENAÇÃO DAS MEDIDAS DO GOVERNO

A indústria corticeira é um dos sectores mais afectados pelas desintervensões decretadas pelo Governo do PS. A Mundet, com 1017 trabalhadores, nas fábricas do Seixal e do Montijo, e a Pablos com 600, já lançados no desemprego, criam situações dramáticas a muitas centenas de famílias.

O resultado dessas medidas do Conselho de Ministros, tomadas nas costas dos trabalhadores, desprezando as suas propostas e não ouvindo os seus representantes, é contraproducente em termos económicos e afecta gravemente não só os trabalhadores directamente atingidos, mas ainda toda a economia das localidades onde essas fábricas estão instaladas.

Com essas medidas anticonstitucionais pretende o Executivo atingir também a Reforma Agrária, num acto político objectivo que é parte integrante da ofensiva geral contra as conquistas de Abril.

O Movimento Sindical desenvolve acções concretas contra a submissão do Governo à política do grande capital monopolista e agrário. Os Sindicatos do sector corticeiro, depois de anunciada a desintervenção na Mundet e a falência da Pablos, organizaram já várias acções de apoio à luta desencadeada nessas empresas. A solidariedade tem sido um factor constante nesse apoio, não só da parte de sindicatos de outros sectores, mas ainda de juntas de freguesia, comissões de trabalhadores, sociedades de cultura e recreio e simples particulares, conscientes da grave situação criada a esses trabalhadores pelo Governo e pelo patronato interessado na recuperação capitalista.

No Montijo, durante uma sessão com a presença de representantes do Secretariado das Empresas Intervenções e em Autogestão, da União dos Sindicatos de Setúbal, do

Sindicato dos Corticeiros daquele distrito e das Comissões de Trabalhadores da Pablos e da Mundet, Carlos Carvalho, do Secretariado Nacional da CGTP-IN, depois de assinalar que «o actual ataque contra o movimento corticeiro se insere numa campanha mais vasta contra os trabalhadores do Sul, nomeadamente da zona da Reforma Agrária», condenou «a actuação antioperária do Governo», as suas cedências constantes à direita e ao imperialismo, na condução de uma política que «desde sempre tem sido denunciada pelo Movimento Sindical».

Nesse sentido vão todas as manifestações de solidariedade para com os trabalhadores da Mundet e da Pablos. A condenação das medidas governamentais, comum a trabalhadores comunistas, socialistas e sem partido, tem demonstrado na prática o fortalecimento da unidade e o repúdio generalizado à política entreguista do Governo.



«A juventude pelo direito ao trabalho»

CONTINUA EM TODO O PAÍS A PREPARAÇÃO DO ENCONTRO PROMOVIDO PELA UJC E A UEC

Proseguem em todo o país, num ambiente de entusiasmo e determinação, os trabalhos de preparação e mobilização para o Encontro Nacional promovido pela UJC e pela UEC, que decorrerá nos próximos dias 29 e 30, subordinado ao tema "A juventude pelo direito ao trabalho".

Sessões de esclarecimento, reuniões, debates, colóquios, assembleias, jornadas de convívio, sessões culturais, recreativas e de Canto Livre, outros espectáculos, bailes, colagens do cartaz nacional do Encontro e de "placards" informativos, pintura de murais, publicação de comunicados e outros documentos, tarjetas e folhas informativas — são exemplos das centenas e centenas de iniciativas integradas na actividade preparatória do Encontro.

Entre muitas outras iniciativas já realizadas, contam-se a Festa da Juventude que decorreu no passado dia 12 em Alverca, com a participação de Barata

Moura e Adriano Correia de Oliveira e onde estiveram presentes cerca de 600 jovens; o baile promovido em Alenquer no passado dia 9, que reuniu mais de 200 pessoas; o encontro concelhio de quadros efectuado no dia 8 em Lisboa (presentes cerca de 80 camaradas); a festa com Canto Livre, teatro e baile que mobilizou 200 pessoas na Sociedade Guilherme Cossoul (Lisboa); a manhã desportiva realizada no dia 9 na Cruz Quebrada, onde participaram 120 jovens; as festas com baile nas Ribeirinhas (Porto), em que participaram 250 pessoas; a sessão de Canto Livre promovida no passado dia 15 no Orelhudo (Alcaldedeche); a jornada de trabalho voluntário que decorreu recentemente na Cooperativa 28 de Setembro (Montemor); e o convívio-magusto realizado, no dia 16, em Braga.

Para hoje está programada uma sessão de cinema em Alvalade (Setúbal) e para amanhã um Canto Livre em Setúbal. No próximo fim-de-semana decorrerão



várias iniciativas, nomeadamente, no Bairro Farias e no Bairro Arelas (Montijo), em Guimarães, em Condeixa (Coimbra), em

Espinho e em Aveiro. De salientar que nos distritos de Évora e Beja foram programadas cerca de 80 jornadas de esclarecimento

político, sendo a maioria destas acompanhadas com projecção de filmes e Canto Livre.

Experiências interessantes e muito positivas têm sido as das organizações da UJC e da UEC que decidiram avançar com a distribuição de inquéritos e abaixo-assinados, como por exemplo em Braga e Setúbal, iniciativa que tem encontrado bom acolhimento entre a juventude e que contribuirá para um estudo sério da situação dos jovens, nomeadamente, nos sectores do desemprego, procura de primeiro emprego e saídas profissionais.

As organizações da juventude comunista propõem-se realizar uma grande iniciativa de massas, que será resultado de um amplo trabalho de discussão

a nível local e nacional. Mas não será um Encontro só dos jovens trabalhadores e estudantes comunistas.

Seus objectivos são expressão dos sentimentos, desejos e aspirações de milhares e milhares de jovens. Tal como sublinha um dos artigos dedicados ao Encontro incluídos na última edição do "Juventude", órgão central da UJC, as organizações da Juventude Comunista, a UJC e a UEC, dizem a todos os jovens, independentemente das suas opções políticas e partidárias, que a sua participação é indispensável e que, quanto maior ela for, mais grandioso será o Encontro e mais se desenvolverá a luta de toda a juventude portuguesa pelo direito ao trabalho, contra o desemprego e as suas consequências.

O PAÍS DEPENDE EM BOA PARTE DA CAPACIDADE DA JUVENTUDE

Foi recentemente distribuído às organizações da UJC e da UEC um documento onde se analisa a situação social da juventude, nomeadamente os problemas relacionados com o desemprego, procura de primeiro emprego e saídas profissionais, e onde se apontam justas reivindicações dos jovens, em particular dos jovens trabalhadores.

Aquele documento, de que publicamos em seguida algumas passagens mais significativas, servirá de base à elaboração da "Proclamação do Encontro Nacional

dos jovens. Entre aqueles, 200000 procuram o 1.º emprego. Cada novo ano que começa mais 60000 jovens experimentam as angústias e as preocupações do desemprego.

A taxa de desemprego entre a juventude (18%) é superior em 5% à taxa de desemprego neste momento existente no país.

Nos 5 distritos mais populosos (Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Aveiro), simultaneamente, aqueles onde há uma maior concentração das actividades industriais e da população estudantil, existem a maior concentração absoluta de desempregados, e, naturalmente, de jovens desempregados.

Entre os vários sectores, ramos de actividade económica e profissões, a situação é muito diversa.

Quanto aos sectores, os maiores problemas de desemprego situam-se no sector secundário e terciário, onde se concentram, (final de

humilhante, pois o jovem desempregado é olhado como «parasita» e são frequentes os conflitos e as desadaptações.

O jovem desempregado que não tem condições para que família o sustente, que não recebe subsídio, vive numa situação ainda mais desesperada. Normalmente aceita qualquer trabalho temporariamente (resolve a situação por uns dias). Por vezes vai cair na delinquência e nas diversas formas de actividades marginais (droga, crime, prostituição, etc.).

REIVINDICAÇÕES

A juventude não deseja um futuro de apreensão, incertezas e angústias; quer realizar as suas legítimas esperanças e sonhos por uma vida melhor, de alegria e felicidade.

Os jovens desempregados lutam pelo direito ao trabalho e exigem:

- a proibição dos despedimentos sem justa causa;
— a revogação do decreto que liberaliza os despedi-

Os jovens desempregados exigem a completa reestruturação do Serviço Nacional de Emprego, de forma a que cumpra as atribuições que lhe são destinadas, e a obrigatoriedade das empresas inscreverem nos serviços as ofertas de emprego que precisam.

Os jovens desempregados exigem o funcionamento e aproveitamento integral da capacidade das instituições de formação e aperfeiçoamento profissionais, exigem a garantia das condições de trabalho adequadas a uma formação profissional capaz, num curto período de tempo.

Os jovens desempregados exigem a realização de campanhas de alfabetização, e sanitárias, e a promoção de obras de saneamento básico das populações e a reparação de estradas e escolas que criem novos postos de trabalho.

Os jovens estudantes e diplomados lutam pelo direito ao ensino e por saídas profissionais adequadas às suas qualificações escolares e exigem:

- suspensão da aplicação da legislação relativa aos «numerus clausus» e aos exames de aptidão;
— fim da política de liquidação de cursos e de encerramento de escolas (unificado, ISCS, Educadores Infantis, etc.);
— revogação da legislação que institui formas de selecção arbitrária e anti-pedagógica (exames nacionais no secundário, decreto que revoga as médias de dispensa no secundário, medidas orientadas contra os métodos de avaliação continua constante no Superior, etc.);
Os jovens estudantes e diplomados bem como os interesses do Povo e do País exigem uma política do Ensino que o oriente para:
— fomentar a integração dos jovens diplomados na vida profissional;
— utilizar o ensino como um factor de contenção do desemprego juvenil;
— facilitar e promover o acesso das classes trabalhadoras a todos os escalões do saber e da cultura.

- Com estes objectivos a juventude comunista propõe as seguintes medidas de emergência:
— expansão e alargamento do aparelho do ensino;
— reestruturação e diversificação dos ensinos secundário, médio e superior;
— uma política de abertura no acesso à Universidade e ao ensino médio;
— uma política de emprego para os jovens diplomados designadamente pela sua utilização em campanhas nacionais socialmente úteis e necessárias (alfabetização, educação sanitária).

Facar

A ENTRADA ILEGAL DOS SABOTADORES PROVOCA PARALISAÇÃO DE PROTESTO

A esmagadora maioria dos trabalhadores da Facar repudiou a entrada dos comandadores Carvalho na empresa. Considerando-a claramente ilegal, manifestaram profundo desprezo por aquela atitude só possível pela completa traição da direcção do Partido Socialista feita aos seus militantes e pela clara violação da Constituição por parte do Governo.

Como salientava um documento divulgado ontem pelo Comité dos Metalúrgicos do Porto do PCP, "a desintervenção da Facar é uma decisão inconstitucional. A Facar é uma empresa de carácter monopolista (fabrica 85% do tubo nacional), com sabotagem económica comprovada. A sua entrega ao capital privado representa uma violação da Constituição da República, assim como o desprezo pela vontade expressa da maioria dos trabalhadores, uma vez mais demonstrada na última segunda-feira. Para a empresa, frisa o documento, só pode haver uma decisão: a nacionalização".

OS TEMPOS MUDARAM

Julgando que ainda estamos no "tempo da outra senhora", os comandadores e alguns lacaios protegidos e bem pagos, tentaram que a concretização de uma decisão mantida secreta durante alguns dias, imoral, ilegal e inconstitucional do Conselho de Ministros do passado dia 28 de Setembro fosse uma "recepção triunfal" aos patrões sabotadores que desviaram da empresa mais de 200 mil contos, mandaram ilegalmente dinheiro para o estrangeiro e vivem "à grande e à francesa", à custa da exploração dos trabalhadores.

Os tempos mudaram. A maioria dos operários da empresa de Leça da Palmeira aprendeu muito desde o 25 de Abril, particularmente a partir do momento em que tomaram nas suas mãos o futuro da empresa, com os resultados amplamente conhecidos. Por isso, na passada segunda-feira, iniciaram normalmente a laboração, a partir das 6 horas da manhã.

Mais tarde, pelas 8.15 horas, quando os Carvalhos penetraram ilegalmente na fábrica, somente algumas mulheres e poucos trabalhadores os cumprimentaram. Mal a sireia tocou assinalando a ilegalidade, mais uma, praticada pelos comandadores, a resposta da esmagadora maioria dos trabalhadores não se fez esperar. Paralisaram.

Num ambiente de funeral, juntaram-se num armazém os dois irmãos, nove bombeiros, convidados em trajes domingueiros, que inundaram com os seus luxuosos veículos as ruas das imediações, e alguns trabalhadores. Ao todo estavam ali cerca de 350 pessoas. O exíguo número de pessoas e o ambiente reinante demonstravam o monumental fracasso de toda a campanha mobilizadora feita

por alguns convidados e pelo abade de Leça da Palmeira, que teve um deplorable papel em todo o processo, foram almoçar à cantina da empresa, os trabalhadores que ali se encontravam saíram deixando-os sozinhos.

O GOVERNO NÃO CUMPRE A LEI E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Demonstrando mais uma vez qual a sua posição, a esmagadora maioria dos trabalhadores enviaram um telex, para o Primeiro-Ministro, e aprovaram uma moção de repúdio responsabilizando o Governo pelo que se estava a passar. Uma das frases mais escutadas era "queremos trabalhar, não queremos ser explorados". Além disso, a determinação e confiança no futuro da sua luta era igualmente traduzida pelos trabalhadores que cantaram em coro diversas canções progressistas, designadamente a "Grândola" e o "Vencermos". Quando os Carvalhos, acompa-

nhadou por alguns convidados e pelo abade de Leça da Palmeira, que teve um deplorable papel em todo o processo, foram almoçar à cantina da empresa, os trabalhadores que ali se encontravam saíram deixando-os sozinhos.

O GOVERNO TRAIU

"A direcção do Partido Socialista traiu o seu próprio programa, traiu as promessas ao eleitorado e, agora, está a trair a Constituição e os interesses da grande maioria do Povo português, incluindo os seus próprios militantes de base", denuncia um documento divulgado ontem pelo Comité dos Metalúrgicos, que acrescenta: "A direcção do Partido Socialista mentiu aos seus militantes da Facar e a outros de organismos locais com falsas promessas, com o objectivo de os entreter, procurando criar uma falsa ideia de que ainda poderiam voltar atrás com a decisão do Conselho de Ministros".

A propósito da entrada ilegal na empresa, o documento denuncia ainda que tal facto "reflece de forma bem clara a direcção da sua política, a ineficácia e incompetência, demonstrando que o Governo "não cumpre as leis em vigor, nem a Constituição da República".

Entretanto, a entrada dos Carvalhos na empresa, é acompanhada pela tentativa de imposição de uma clima repressivo e intimidatório. Além de já terem, numa clara provocação, chamado a PSP à Facar, os sabotadores proibiram os trabalhadores de abandonar os locais de trabalho, de se deslocarem a outras secções, e começaram a propagar que "a empresa se encontra em grave situação económica" numa clara demonstração de ignorância acerca da verdadeira situação da empresa e dos sucessos alcançados pelos trabalhadores, desde o início da intervenção.

Alertando os trabalhadores para estas e outras manobras, o Comité dos Metalúrgicos "reafirma a sua solidariedade para com os trabalhadores da Facar na luta contra os irmãos Carvalho e apela para a solidariedade de todos os trabalhadores, dos democratas e antifascistas".

Bancários comunistas do Porto DEFENDER NACIONALIZAÇÃO E OS POSTOS DE TRABALHO

O executivo do Organismo de Direcção dos Bancários do Porto do PCP emitiu um comunicado acerca da situação naquele sector, em que começa por salientar que a defesa da nacionalização e da reestruturação da Banca está intimamente ligada à defesa dos postos de trabalho. Depois de caracterizar sumariamente os aspectos mais importantes da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo da direcção do PS, o documento salienta:

Para que seja possível aos bancários oporem-se com êxito às consequências de tal política, é necessário que se relacionem os diversos factores e se conheça o terreno em que os mesmos se desenvolvem. Depois de denunciar as tentativas divisionistas, as manobras e calúnias dos saudosos do passado, o documento sublinha que a questão das fusões tem servido de pretexto às forças políticas ligadas ao grande capital para uma campanha de intoxicação dos bancários tendente a virá-los contra as mesmas, acenando principalmente com o perigo do desemprego. A verdade, porém, é que as

fusões já realizadas desmentem categoricamente tais afirmações falsas e chantagistas.

A propósito da nomeação para os conselhos de gestão dos bancos de homens-de-mão dos antigos banqueiros, o comunicado considera que acarretarão, entre outras consequências, a selectividade do crédito, facilitando-o aos grandes inves-

tidores em detrimento dos pequenos e médios que, juntamente com as elevadas taxas de juro, poderão criar situações de alteração do volume e do tipo de operações a efectuar e reflectir-se no índice de ocupação dos trabalhadores bancários, dando origem, isso sim, a pessoal excedentário, facto que levanta de imediato o problema dos despedimentos.

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! SERVIÇO DE ASSINATURAS Avisamos todos os camaradas e amigos que o serviço de assinaturas do «Avante!» mudou para a Avenida Santos Dumont, 50 — Lisboa 1 com o telefone 763701

SÁIU HOJE A «FOLHA INFORMATIVA N.º 2»

Saiu hoje a "Folha Informativa n.º 2" da Comissão Organizadora do Encontro Nacional. Além de várias notícias e comentários e de várias informações sobre o andamento do trabalho preparatório da grande jornada de unidade e luta contra o desemprego, a "Folha n.º 2" publica um artigo sobre as saídas profissionais, que sublinha a dada altura:

Em Portugal, a percentagem de universitários em relação à população activa é de 3,4 por cento, quando no resto do Mundo é de 5 por cento e na Europa de 7 por cento. Isto significa que Portugal tem falta de estudantes que depois venham a ser os professores, médicos, etc., tão necessários ao País. Temos somente 10 900 médicos, o que significa 1 médico para 845 habitantes, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) indica que deveria ser 1 por 500. Sendo assim, seriam necessários mais 8780 médicos (...). E que dizer, quando temos 1 dentista para cada 16 000?! E que segundo dados da OMS seriam necessários mais 3525 dentistas dos que os que temos hoje? E mais 3424 enfermeiros?! A lista poderia prosseguir indefinidamente. Na próxima folha continuá-la-emos. Aqui estamos todos nós com falta de médicos, enfermeiros e paramédicos e eis o MEIC dizendo aos estudantes: "Não, não podem estudar..." Claro! Decerto que Cardia não tem assistência médica na Calxa, se não, não falaria desta maneira!

1976) 98% dos desempregados existentes.

CONDIÇÕES DE VIDA DOS JOVENS DESEMPREGADOS

São difíceis as condições de vida e subsistência dos jovens desempregados. Muitos vivem na dependência dos pais e familiares que lhes custeiam habitação, alimentação e outras despesas essenciais.

Por vezes, o jovem tem condições para "pagar" esta dependência com a prestação de algum trabalho ao agregado familiar (como acontece mais frequentemente nas zonas rurais). Outras, a dependência torna-se

A JUVENTUDE — UMA FORÇA SOCIAL DE PESO

Em 1975, dos 9,5 milhões de portugueses, 2,5 milhões eram jovens dos 10 aos 24 anos, representando as raparigas mais de metade desta enorme massa juvenil (52% - 1257300).

Entre estes 2500000 jovens, 1162550 fazem parte da população activa do país, constituindo 32% do seu total. A taxa de actividade entre a juventude (46,7%) é sensivelmente maior que a taxa de actividade geral (38%).

Ainda em 1975, em Portugal, dos 10 aos 24 anos existiam 1100692 estudantes: 335 148 no ensino primário; 701 125 no ensino secundário; 11 278 no ensino médio e artístico; e 48927 no ensino superior.

O Portugal de hoje e o Portugal do futuro depende, em boa parte, do braço, da inteligência, da capacidade e da vontade desta poderosa força social, quer nas actividades económicas, quer nas escolas.

Pelo seu peso numérico e pela sua inserção em todas as áreas de actividade, a juventude sente as dificuldades e as preocupações que afectam todo o povo português, fruto dos graves problemas que o atingem: a crise económica e financeira, a subida galopante do custo de vida, o desemprego, a insegurança pelo futuro.

Por tudo isto, a resolução dos mais graves problemas nacionais exige, para hoje e para amanhã, a participação activa, entusiástica, criadora e combativa da nova geração.

Só uma política que dê solução aos mais agudos problemas juvenis, que dê resposta às suas mais profundas aspirações e que tenha em conta as suas reivindicações, pode mobilizar a favor do interesse nacional, a capacidade, a generosidade e o espírito criador característico dos jovens.

DESEMPREGO

O desemprego, grave problema nacional, atinge durante a jovem geração: 300000 dos 500000 desempregados actualmente existentes são

CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA SÁBADO E DOMINGO EM ÉVORA

Culminando um trabalho de meses de que são exemplo dezenas de plenários e de reuniões dos Secretariados das UCPs e Cooperativas Agrícolas, dos Sindicatos Agrícolas, das UCPs e Cooperativas e recolha de um inquérito ao qual responderam mais de 400 UCPs e cooperativas agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém, Setúbal e Castelo Branco, a 2.ª Conferência da Reforma Agrária, que se inicia depois de amanhã, marca outra importante etapa na luta dos trabalhadores portugueses pela democracia e liberdade.

Nesta luta, como vai ficar mais uma vez evidente, os trabalhadores do campo, os que

máquinas, das alfaias que hoje se encontram nas terras sob gestão dos trabalhadores quantas não são resultado desta solidariedade? Das cabeças de gado, cujo aumento foi significativo com a Reforma Agrária, quantas não foram compradas com o dinheiro oferecido pelos trabalhadores da cidade que organizaram diversas campanhas de fundos? E quantos melhoramentos fundiários não foram possíveis graças a esta solidariedade? Quantas colheitas não foram apanhadas, e por vezes salvas do risco de deterioração, graças às jornadas de trabalho, outra forma não menos importante de solidariedade?

Não, os trabalhadores da zona

Agrária e, entre eles, encontram-se, frequentemente, muitos que ainda há pouco, mal informados, não avaliavam toda a importância da Reforma Agrária para o conjunto do processo democrático.

O que tem sido a Reforma Agrária, eis o que ficará mais uma vez demonstrado na 2.ª Conferência da Reforma Agrária. O que se propõe fazer os trabalhadores da zona de intervenção, apesar das crescentes dificuldades e obstáculos que tendem a sufocá-los, eis outra prova que será tirada nesta Conferência. O que poderíamos fazer para todo o País, para o saneamento da economia nacional, para a conquista da independência do País, cada vez mais empenhado ao imperialismo, eis o que ficará ainda expresso. E como lição fundamental: a importância imprescindível da Reforma Agrária, como condição absolutamente necessária para a conquista da democracia e da liberdade, para que todos os trabalhadores portugueses tenham, de facto, uma vida melhor. Porque a Reforma Agrária, pese a quantos a atacam, não é um ghetto. Isto, sabem-no bem os que desintervençionam a Duarte Ferreira (que poderia ser a grande fornecedora nacional de material agrícola), os que fazem regressar um dos Mellos à CUF (cuja ligação às UCPs e Cooperativas devia ser estimulada pelo próprio Governo num verdadeiro planeamento da distribuição de adubos), os que desintervençionam as inúmeras empresas de transformação e todas as outras que mesmo não imediatamente relacionadas com a Reforma Agrária, o estão, no entanto, na medida em que fazem parte do edifício de transformação da economia que pode assegurar a saída da crise em que se encontra o País.

Vai suceder a 2.ª Conferência da Reforma Agrária já depois de amanhã em Évora. O seu lema é «Defender a Reforma Agrária. Aumentar a Produção Nacional».

Rossio e terminará com um grande plenário de encerramento aberto a toda a população, onde serão dadas a conhecer as conclusões da 2.ª Conferência.

A Comissão Organizadora convida todos os trabalhadores agrícolas, pequenos e médios agricultores, trabalhadores das cidades e das vilas, técnicos e intelectuais e toda a população a participarem no grande plenário de encerramento desta Reforma Agrária, de aumento da Produção.

Além dos 3000 delegados das UCPs e Cooperativas Agrícolas dos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal,

representantes do Conselho da Revolução, da Casa Militar e da Casa Civil da Presidência da República e das regiões militares da zona da Reforma Agrária (Lisboa e Sul).

Entre os convidados estrangeiros encontram-se representantes dos Comités de Solidariedade com Portugal da Bélgica, Dinamarca, Holanda, RFA, Suíça e Suécia e diversas organizações sindicais, entre as quais a CGT e a CFDT (França), CGIL (Itália), SAK (Finlândia), CCSB (Bulgária), FDGB (RDA), UGSR (Roménia) e organizações de pequenos e médios agricultores da França, da Itália, e de cooperativas da RDA, da Bulgária e da URSS.

dos sindicatos agrícolas, dos secretariados e uniões, técnicos agrícolas e de contos que trabalham na Reforma Agrária e os membros da Comissão Organizadora, encontrar-se-ão presentes mais de 600 delegações e individualidades nacionais e estrangeiras. Entre as delegações nacionais que foram convidadas a participar, incluem-se representantes do Movimento Operário, das Ligas, do MARN, do MAPRU e de outras organizações dos pequenos e médios agricultores de todo o País, representantes das autarquias, personalidades destacadas da vida política, social e económica e ainda



Malgrado toda a política de recuperação agrária do MAP, os trabalhadores alentejanos preparam com entusiasmo e confiança no futuro os trabalhos preparatórios da II Conferência da Reforma Agrária.

labutam nas UCPs e Cooperativas, são de facto o primeiro destacamento na luta pela Reforma Agrária. Mas não são os únicos e é bom que se insista neste aspecto: os obreiros da Reforma Agrária não estão sozinhos. Com eles estão as forças progressistas e democráticas de todo o mundo como testemunha a solidariedade expressa em diversas ofertas de máquinas, sementes, dinheiro, dos quais é justo destacar as ofertas de material pelos países socialistas, nomeadamente pela URSS.

Esta solidariedade, este apoio dos trabalhadores de outros sectores de actividade à Reforma Agrária, constitui uma realidade em movimento, uma força crescente. Cada vez são mais os que fortalecem as fileiras de defesa da Reforma

da Reforma Agrária não estão sozinhos. Comeles estão o povo trabalhador, as massas populares. Com eles estão ainda as forças progressistas e democráticas de todo o mundo como testemunha a solidariedade expressa em diversas ofertas de máquinas, sementes, dinheiro, dos quais é justo destacar as ofertas de material pelos países socialistas, nomeadamente pela URSS.

Esta solidariedade, este apoio dos trabalhadores de outros sectores de actividade à Reforma Agrária, constitui uma realidade em movimento, uma força crescente. Cada vez são mais os que fortalecem as fileiras de defesa da Reforma

agrícola, os que fazem regressar um dos Mellos à CUF (cuja ligação às UCPs e Cooperativas devia ser estimulada pelo próprio Governo num verdadeiro planeamento da distribuição de adubos), os que desintervençionam as inúmeras empresas de transformação e todas as outras que mesmo não imediatamente relacionadas com a Reforma Agrária, o estão, no entanto, na medida em que fazem parte do edifício de transformação da economia que pode assegurar a saída da crise em que se encontra o País.

Vai suceder a 2.ª Conferência da Reforma Agrária já depois de amanhã em Évora. O seu lema é «Defender a Reforma Agrária. Aumentar a Produção Nacional».

dos sindicatos agrícolas, dos secretariados e uniões, técnicos agrícolas e de contos que trabalham na Reforma Agrária e os membros da Comissão Organizadora, encontrar-se-ão presentes mais de 600 delegações e individualidades nacionais e estrangeiras. Entre as delegações nacionais que foram convidadas a participar, incluem-se representantes do Movimento Operário, das Ligas, do MARN, do MAPRU e de outras organizações dos pequenos e médios agricultores de todo o País, representantes das autarquias, personalidades destacadas da vida política, social e económica e ainda

representantes do Conselho da Revolução, da Casa Militar e da Casa Civil da Presidência da República e das regiões militares da zona da Reforma Agrária (Lisboa e Sul).

Entre os convidados estrangeiros encontram-se representantes dos Comités de Solidariedade com Portugal da Bélgica, Dinamarca, Holanda, RFA, Suíça e Suécia e diversas organizações sindicais, entre as quais a CGT e a CFDT (França), CGIL (Itália), SAK (Finlândia), CCSB (Bulgária), FDGB (RDA), UGSR (Roménia) e organizações de pequenos e médios agricultores da França, da Itália, e de cooperativas da RDA, da Bulgária e da URSS.

dos sindicatos agrícolas, dos secretariados e uniões, técnicos agrícolas e de contos que trabalham na Reforma Agrária e os membros da Comissão Organizadora, encontrar-se-ão presentes mais de 600 delegações e individualidades nacionais e estrangeiras. Entre as delegações nacionais que foram convidadas a participar, incluem-se representantes do Movimento Operário, das Ligas, do MARN, do MAPRU e de outras organizações dos pequenos e médios agricultores de todo o País, representantes das autarquias, personalidades destacadas da vida política, social e económica e ainda

É TEMPO DE SEMEITEIRAS! É TEMPO DE DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Nos campos do Alentejo e do Ribatejo, nas terras sob gestão dos trabalhadores os braços são poucos para esta imensa batalha política de avançar com as maiores sementeiras de sempre. Mas se os braços são poucos, a vontade é muita e firme a consciência de que semear e produzir constitui uma das respostas mais importantes que os trabalhadores podem dar à repressão do Governo PS, à sua sanha contra a Reforma Agrária, um dos meios mais eficazes de luta pela democracia, contra a dependência do nosso país face ao imperialismo, pela liberdade e a democracia.

Por isso tornada palavra de ordem na batalha pela defesa da Reforma Agrária, o lema «Em frente pelas maiores sementeiras de sempre» é hoje nas terras das UCPs e Cooperativas Agrícolas um movimento que cresce, um trabalho de braços que se unem, de mãos que não vergam ao cansaço, de olhos que estão dispostos a não se fechar mesmo quando a hora do descanso chega, se necessário for. Por todo o lado, homens e mulheres trabalhadores, alguns quase crianças, estão na frente desta batalha política em que as armas, não é demais repeti-lo são os tractores, e o desejo inquebrantável de mais produzir nas terras sob controlo dos trabalhadores, de ganhar o pão do povo trabalhador de conquistar a liberdade do país.

ano passado. Concretamente nas UCPs e Cooperativas, Salsa Cooper, Quinta do Pantufe, União Piedense, Os Arraianos Avancam, A Esquerda Vencerá, Estrela do Alentejo, Alvorada na Aldeia, Flor do Alentejo e Margem Esquerda, semearam-se no ano passado 7218 hectares e este ano irão semear-se 13 871 hectares. Na Margem Esquerda, à qual o MAP retirou ilegalmente e pela força 4467 hectares, a área semeada aumentará de 2021 para 6527 hectares ou seja um aumento de 223%! Num comunicado distribuído recentemente o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, aponta como exemplo de determinação nesta grandiosa tarefa de realização das maiores sementeiras de sempre, a UCP «Freguesia da Unidade» em Ervidel:

«UCP «Freguesia da Unidade» - 2668 ha - 250 trabalhadores efectivos contra 143 à data da ocupação e pouco mais de 30 no tempo dos agrários.

«Em relação à data de ocupação tem hoje a mais: «5 máquinas, 55 alfaias, 126

vacas, 750 ovinos, 69 suínos, 255 aves e mais de 3 mil contos em melhoramentos fundiários.

«Vítima da arbitrariedade dos senhores do MAP, a UCP «Freguesia da Unidade» encontra-se com o crédito cortado desde 16 de Dezembro de 1976 ou seja há 9 meses.

«No entanto a firmeza e determinação deste punhado de homens e mulheres em defender a Reforma Agrária e aumentar a produção está bem patente nos trabalhos realizados para as próximas sementeiras.

«Com 5 tractores a trabalhar 20 horas diárias em turnos, a «Freguesia da Unidade» conta já com 1400 hectares de terra pronta a receber a semente.

«A UCP «Freguesia da Unidade» guardou semente própria para semear as suas terras e dispensar aos pequenos agricultores que assim o desejam precavendo-se assim contra os possíveis boicotes dos organismos do MAP que se verificaram o ano passado.

«Os números falam por si.

«Na «Freguesia da Unidade» as sementeiras deste ano serão as maiores de

sempre a «Freguesia da Unidade» é o exemplo a seguir».

Em 33 UCPs e Cooperativas Agrícolas de Portalegre, os trabalhadores apontam o caminho deste modo:

Por cada 100 hectares de sequeiro semeados com culturas de sequeiro o ano passado, 150 hectares serão semeados este ano;

Por cada 100 hectares semeados de culturas de regadio o ano passado, 121 hectares serão semeados este ano!

Nestas 33 UCPs e Cooperativas encontram-se já preparados para as sementeiras de Outono cerca de 38 000 hectares. Recordem-se que no ano passado ficaram por semear 2810 ha de alqueives em parte devido ao mau tempo, em grande parte devido à sabotagem do MAP, nomeadamente não entregando as sementes

a tempo e horas. Estes 2810 hectares representam mais de 10% de todas as terras que foram fabricadas. Este ano estes hectares e outros mais serão alqueivados e semeados!

Apenas como exemplo do contributo notável destas 33 UCPs e Cooperativas do distrito de Portalegre para o sucesso da campanha das sementeiras, citamos algumas das metas que se propõem alcançar (Gráfico um)

Quanto ao total das áreas cultivadas com culturas de sequeiro que foi em 1976/77 de 25 219,1 ha, este ano de 1977/78 será de 37 888,2 ou seja um aumento de 50,23%.

NO DISTRITO DE ÉVORA, A MESMA BATALHA, A MESMA DETERMINAÇÃO

Também nas UCPs e Cooperativas Agrícolas de Évora, trabalhadores

mobilizam forças e vontades na batalha das sementeiras. Como exemplo citamos o conselho de Montemor-o-Novo através do seguinte quadro bem significativo. (Gráfico dois)

Concretizando em relação a algumas culturas, deparamos com os seguintes planos de aumento das áreas cultivadas nas UCPs e Cooperativas Agrícolas do conselho de Montemor-o-Novo (Gráfico três)

Estes números que representam um compromisso dos trabalhadores obreiros da Reforma Agrária, produtores de mais pão e fatura para o povo, constituem um poderoso estímulo para todas as UCPs e Cooperativas.

É tempo de sementeiras, é tempo de uma fraternal emulação entre as UCPs e Cooperativas (quem melhor vai cumprir o plano das sementeiras?), é tempo de defesa da Reforma Agrária!

EM BEJA, O AUMENTO DA ÁREA SEMEADA SERÁ SUPERIOR A 90%

No distrito de Beja, em 9 UCPs e Cooperativas Agrícolas o aumento da área semeada atingirá 6753 hectares ou seja mais 93,6% do que a área semeada no

ano passado. Concretamente nas UCPs e Cooperativas, Salsa Cooper, Quinta do Pantufe, União Piedense, Os Arraianos Avancam, A Esquerda Vencerá, Estrela do Alentejo, Alvorada na Aldeia, Flor do Alentejo e Margem Esquerda, semearam-se no ano passado 7218 hectares e este ano irão semear-se 13 871 hectares. Na Margem Esquerda, à qual o MAP retirou ilegalmente e pela força 4467 hectares, a área semeada aumentará de 2021 para 6527 hectares ou seja um aumento de 223%! Num comunicado distribuído recentemente o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, aponta como exemplo de determinação nesta grandiosa tarefa de realização das maiores sementeiras de sempre, a UCP «Freguesia da Unidade» em Ervidel:

«UCP «Freguesia da Unidade» - 2668 ha - 250 trabalhadores efectivos contra 143 à data da ocupação e pouco mais de 30 no tempo dos agrários.

«Em relação à data de ocupação tem hoje a mais: «5 máquinas, 55 alfaias, 126

vacas, 750 ovinos, 69 suínos, 255 aves e mais de 3 mil contos em melhoramentos fundiários.

«Vítima da arbitrariedade dos senhores do MAP, a UCP «Freguesia da Unidade» encontra-se com o crédito cortado desde 16 de Dezembro de 1976 ou seja há 9 meses.

«No entanto a firmeza e determinação deste punhado de homens e mulheres em defender a Reforma Agrária e aumentar a produção está bem patente nos trabalhos realizados para as próximas sementeiras.

«Com 5 tractores a trabalhar 20 horas diárias em turnos, a «Freguesia da Unidade» conta já com 1400 hectares de terra pronta a receber a semente.

«A UCP «Freguesia da Unidade» guardou semente própria para semear as suas terras e dispensar aos pequenos agricultores que assim o desejam precavendo-se assim contra os possíveis boicotes dos organismos do MAP que se verificaram o ano passado.

«Os números falam por si.

«Na «Freguesia da Unidade» as sementeiras deste ano serão as maiores de

sempre a «Freguesia da Unidade» é o exemplo a seguir».

Em 33 UCPs e Cooperativas Agrícolas de Portalegre, os trabalhadores apontam o caminho deste modo:

Por cada 100 hectares de sequeiro semeados com culturas de sequeiro o ano passado, 150 hectares serão semeados este ano;

Por cada 100 hectares semeados de culturas de regadio o ano passado, 121 hectares serão semeados este ano!

Nestas 33 UCPs e Cooperativas encontram-se já preparados para as sementeiras de Outono cerca de 38 000 hectares. Recordem-se que no ano passado ficaram por semear 2810 ha de alqueives em parte devido ao mau tempo, em grande parte devido à sabotagem do MAP, nomeadamente não entregando as sementes

a tempo e horas. Estes 2810 hectares representam mais de 10% de todas as terras que foram fabricadas. Este ano estes hectares e outros mais serão alqueivados e semeados!

Apenas como exemplo do contributo notável destas 33 UCPs e Cooperativas do distrito de Portalegre para o sucesso da campanha das sementeiras, citamos algumas das metas que se propõem alcançar (Gráfico um)

Quanto ao total das áreas cultivadas com culturas de sequeiro que foi em 1976/77 de 25 219,1 ha, este ano de 1977/78 será de 37 888,2 ou seja um aumento de 50,23%.

NO DISTRITO DE ÉVORA, A MESMA BATALHA, A MESMA DETERMINAÇÃO

Também nas UCPs e Cooperativas Agrícolas de Évora, trabalhadores

mobilizam forças e vontades na batalha das sementeiras. Como exemplo citamos o conselho de Montemor-o-Novo através do seguinte quadro bem significativo. (Gráfico dois)

Concretizando em relação a algumas culturas, deparamos com os seguintes planos de aumento das áreas cultivadas nas UCPs e Cooperativas Agrícolas do conselho de Montemor-o-Novo (Gráfico três)

Estes números que representam um compromisso dos trabalhadores obreiros da Reforma Agrária, produtores de mais pão e fatura para o povo, constituem um poderoso estímulo para todas as UCPs e Cooperativas.

É tempo de sementeiras, é tempo de uma fraternal emulação entre as UCPs e Cooperativas (quem melhor vai cumprir o plano das sementeiras?), é tempo de defesa da Reforma Agrária!

Culturas de sequeiro				
	ÁREAS CULTIVADAS		(ha)	
	1976/77	1977/78	Aumento %	
Trigo	12 862,3	19 664	52,88	
Cevada Distica	612,5	1562,5	155,10	
Cevada	824,8	1638,7	98,67	
Aveia	4911,1	6247,5	27,21	
Centeio	1158,2	1454,5	25,58	
Sub-total	20 368,9	30 567,5	50,06	

CULTURAS DE SEQUEIRO							
Área de Cereais (ha)		Aumento		Área de outras Culturas (ha)		Aumento	
1976/77	1977/78	(ha)	%	1976/77	1977/78	(ha)	%
6206	9900	+3694	+59,5	2254	2900	+646	+29,5

ÁREAS CULTIVADAS - alguns exemplos				
Culturas	1976/77	1977/78	Aumento %	
Trigo	3415,8	5215	52,67	
Cevada distica	89,1	458	414,02	
Cevada	834,4	1183	41,77	
Aveia	1817	2939	61,75	
Centeio	50	100	100	
Grão de bico	249	348	39,75	
Girassol	395	495	25,31	
Batata	64	96	51,50	
Melão	6,5	11	69,23	

GRANDE PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA DO MAPRU

O MAPRU, Movimento de Agricultores para uma Melhor Previdência Rural, elegeu a sua primeira direcção, no passado domingo em Coimbra. Cerca de 200 delegados numa votação maioritária, (unicamente com uma abstenção), elegeram representantes de oito concelhos das Beiras sobre os quais cabe a tarefa de dirigirem o movimento.

A Assembleia foi caracterizada por uma larga participação. Participação que se revelou não somente nas diversas intervenções e entusiasmos dos presentes mas ainda através das muitas mensagens e moções vindas de todos os pontos das Beiras insistindo na unidade e na organização dos agricultores em torno do MAPRU e do Caderno Reivindicativo deste movimento aprovado a 27 de Fevereiro último. Aliás, o caderno reivindicativo constituiu o centro dos debates, tendo os agricultores manifestado, mais uma vez, a urgência da sua vasta classe em ver praticada uma rural e autêntica previdência rural. Outro ponto da discussão foi a necessidade de um seguro de culturas em especial após os anos que, como o presente, se revelaram maus para a agricultura.

No final da Assembleia foi divulgada uma proclamação na qual se reafirma o apoio ao caderno reivindicativo, exigindo-se «uma melhor assistência médica e medicamentosa, reformas e pensões de 1750 escudos para ambos os sexos, abonos de família e os mesmos direitos da

Assembleia para todos os agricultores. Na proclamação, em sequência do debate realizado na Assembleia, reivindicam-se ainda «a criação de um seguro de culturas, já previsto na Constituição, que proteja os agricultores das desgraças do tempo que nos deixam na miséria.»

Entre as muitas mensagens de saudação recebidas pela Assembleia do MAPRU incluem-se uma do MARN considerando a eleição da primeira direcção do movimento uma grande vitória, e outra do Secretário da CGTP-1IN afirmando a necessidade dos agricultores estarem unidos no arrendamento e na Previdência.

ASSEMBLEIA DO MARN DOMINGO EM COIMBRA

A realização da Assembleia Geral do MARN, Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte, que se realizou no próximo domingo, dia 23, em Coimbra, constituirá, sem dúvida, mais um importante marco na vida desta associação que os trabalhadores dos campos consideram a «força organizadora dos rendeiros que defende os seus direitos e luta pelos seus justos interesses».

Do que representa esta força organizada dos rendeiros fala o facto de 36% do total das explorações, 239 996 serem sujeitos a arrendamento, situando-se particularmente a norte e no centro do País.

É para este dinâmico movimento que, no próximo domingo, trabalhadores rendeiros irão escolher uma nova direcção e debater assuntos que lhes dizem directamente respeito. O MARN

conflita que esta Assembleia Geral mobilize largas camadas da população pois considera que: «é necessário sabermos qual o caminho que temos de percorrer para defendermos os nossos direitos e alcançarmos a realização dos nossos anseios. A nossa Assembleia Geral, a eleição de uma nova direcção e a discussão dos problemas que nos afligem constitui um passo muito importante na nossa luta e a participação de todos os rendeiros na vida do MARN é necessária. Não podemos ficar em casa se queremos defender o sustento da nossa família. E para cada vez mais vastas camadas de rendeiros, defender o «sustento da família» é defender a Lei do Arrendamento Rural que serve os seus anseios, é lutar contra a lei chamada «Arrendamento Rural» votada pelo PPD/PSD, pelo CDS e pelo PS.

LUTA NOS CAMPOS

Camponeses do Algarve debatem os seus problemas

No passado fim-de-semana, em Monchique, Pechão e Mechelhoeira, Vitor Louro, deputado do PCP e presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, participou em sessões de esclarecimento caracterizadas por um vivo debate dos pequenos e médios agricultores. Diversas questões da vida política nacional e problemas do campesinato, como sejam a constituição de Ligas, a actividade do MARN, questões do escoamento e da comercialização, foram amplamente esclarecidas por Vitor Louro, e debatidas por cerca de 200 agricultores rendeiros em Monchique, 130 (30 vindo de Olhão) no Pechão e mais de 300 agricultores rendeiros na Mechelhoeira Grande.

O mau tempo não demoveu a força da solidariedade

Apesar do mau tempo que assolou todo o país, a solidariedade dos trabalhadores da cidade e da juventude estudantil e trabalhadora fez-se sentir, de novo, em terras do Alentejo, através de trabalho, entusiasmo e convívio. Aconteceu no passado domingo em UCPs e Cooperativas de Alvalade de Sado e na «28 de Setembro» de Montemor-o-Novo.

Em Alvalade de Sado, conselho de Santiago do Cacém, a jornada de trabalho, realizada para a última apanha do tomate da actual campanha, constituiu um exemplo do eco e da força mobilizadora dos apelos da CGTP-1IN que, para este mês de Outubro, lançou um veemente apelo aos trabalhadores da cidade para manifestarem inequivocamente a sua detriminação em defender a Reforma Agrária unidos com os trabalhadores das UCPs e cooperativas, e aliados aos pequenos e médios agricultores.



Na UCP «28 de Setembro», em Montemor-o-Novo, a juventude da cidade e do campo uniu os seus esforços no mesmo trabalho. Correspondendo ao apelo dos jovens trabalhadores agrícolas de Montemor-o-Novo, outros jovens trabalhadores e estudantes trabalharam todo o domingo na apanha do tomate. Um dos elementos da Comissão Directiva desta UCP, historiou brevemente a vida da «28 de Setembro» que, graças ao esforço dos trabalhadores, tem hoje já dois tractores e alfaias agrícolas, 70 vacas, 50 novilhos, 200 ovelhas, 35 porcos e 36 novilhas e salientou a importância da iniciativa da juventude:

«Esta ajuda que nos trouxeram é muito importante não só pelo tomate que apanhamos mas também pela solidariedade que nos trouxeram».

Em todo o lado a mesma decisão

Continuam todos os dias as manifestações do povo trabalhador, das massas populares em relação à Reforma Agrária.

Recentemente a comissão de trabalhadores e de delegados sindicais da CORAME, em Santa Iria da Azóia, aprovou uma moção de repúdio pela política governamental de ofensiva contra as terras sob gestão dos trabalhadores, manifestando a sua confiança «de que a justiça será feita e a sociedade que ambicionamos será uma realidade».

Também a Câmara Municipal de Serpa criticou severamente a actuação do Governo na zona de intervenção das expropriações, exprimindo nesta crítica, a vontade da maioria dos seus municípios. Num comunicado público, a Câmara Municipal de Serpa analisou, particularmente como exemplo desta ofensiva, os recentes acontecimentos no distrito de Beja onde, apoiados pelo mais forte contingente da GNR jamais visto no Alentejo, técnicos do CRARA procederam à entrega de diversas reservas ilegais aos agrários, isto numa altura em que salienta a Câmara «os trabalhadores tomaram a decisão heróica de fazerem as maiores sementeiras de sempre».

Também a nível internacional, as forças democráticas e progressistas, conscientes da importância do processo revolucionário não desmobilizam no apoio à Reforma Agrária. Assim o Comité Holanda-Portugal (que já realizou uma campanha de fundos de 35 mil florins, cerca de 575 contos, para a UCP «Muralha de Aç» em Vidigueira), publicou no seu boletim diversos artigos sobre a situação política actual em Portugal, nomeadamente sobre a Reforma Agrária.

Campesinato de Bragança consciente de que na união está a força

Agricultores de diversas aldeias de Bragança, formaram a sua organização de classe, a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, cujo objectivo fundamental consiste na defesa «dos interesses dos homens e mulheres que trabalham a terra e que não querem continuar a trabalhar cada vez mais e chegarem ao fim de mãos vazias».

A Liga propõe-se lutar por problemas que, afinal, preocupam não somente o campesinato de Bragança mas também todos os pequenos e médios agricultores: garantia do fornecimento aos agricultores de adubos, sementes seleccionadas, rações, pesticidas e outros factores de produção obtidos em condições mais favoráveis e a garantia do escoamento dos produtos agrícolas sendo os preços fixados antes das sementeiras.

Explicando as razões que conduziram à constituição da Liga os pequenos e médios agricultores de Bragança consideram que não podem continuar a ser ignorados «e foi por isso que criámos a Liga, para a qual pode entrar como sócio toda a gente que trabalhe a terra e queira o progresso da lavoura pois cá na Liga não há lugar para parasitas que vivem à custa dos outros».

Onde as populações administram os baldios, os resultados são positivos

Como exemplo desta afirmação, basta citar-se o caso dos baldios de Sernelha-Penacova. Escolhida pela assembleia de compartes, a forma de administração dos baldios e eleitos os membros do Conselho Directivo, toda a população meteu ombros à tarefa de os limpar e de requerer aos Serviços Florestais o seu recenseamento. Desde então, correspondendo ao interesse do povo, o Conselho Directivo decidiu que se conservasse o arvoredo do baldio, de modo a realizar mais tarde um corte raso para benefício de toda a população.

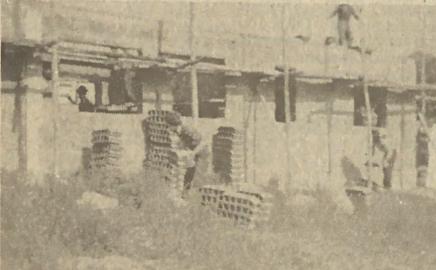
MOVIMENTO POPULAR



Com trabalho voluntário e a participação activa da população, foi possível construir o primeiro parque infantil do concelho de Arraiolos.

Parque Infantil «25 de Abril»

O primeiro Parque Infantil do Concelho de Arraiolos, construído por iniciativa da Comissão de Moradores de Arraiolos-Ilhas, ostenta o nome de «25 de Abril», símbolo da confiança da população num futuro melhor. O parque, que faz as delícias dos mais pequenos, tornou-se realidade graças ao apoio da Câmara Municipal do Barreiro e à persistência e boa-vontade da população que num esforço colectivo se lançou ao trabalho. Uns colaborando monetariamente, outros com material, outros ainda com a sua força de trabalho ergueram o pequeno paraíso que as crianças hoje desfrutam. A obra, avaliada em cerca de 360 mil escudos, ficou apenas por 50 mil, graças às cerca de duas mil horas de trabalho voluntário. A conservação do parque infantil, que está a cargo da Câmara Municipal de Arraiolos, é também um ponto de honra de toda a população.



As dificuldades são muitas, as disponibilidades económicas limitadas, mas as crianças das ilhas não-de ter o seu infantário.

Quem pode ajudar?

No lugar das Ilhas do Castelo e Boavista (Arraiolos), meio essencialmente rural, as crianças ficam normalmente a cargo das pessoas idosas (quando não entregues a si próprias), enquanto os pais trabalham no campo de manhã à noite. Uma creche e um jardim de infância, que não existem, foram-se tomando uma necessidade cada vez mais premente. Conseguindo um terreno, oferecido, a população organizou-se e elaborou um projecto, modesto, tendo já em conta as dificuldades que não deixariam de surgir. Após a angariação de fundos através de iniciativas culturais e recreativas, a população lançou-se ao trabalho, muito dele voluntário, a que não faltaram contribuições monetárias e de materiais. Dos organismos oficiais contactados, nomeadamente o Instituto da Família e Acção Social (IFAS) é que a população das Ilhas nunca recebeu qualquer apoio. Pensa-se que em 1978 o centro de infância estará apto a funcionar. Até lá, porém, muitos outros problemas terão de ser resolvidos. É necessário mobiliário, jogos infantis, subsídios para poder pagar a uma monitora e outras empregadas. A população das Ilhas do Castelo e Boavista tem feito o que está ao seu alcance. Quem a poderá ajudar? Os organismos oficiais não podem fazer-se surdos ao apelo do movimento popular que dizem querer incentivar. A população das Ilhas luta e lutará pelo seu infantário. Com ela estarão todos os que desejam que a geração de amanhã não seja de homens que nunca foram crianças.

129.º aniversário

A Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, fundada em 1 de Outubro de 1848, está a comemorar durante todo o corrente mês o seu 129.º aniversário. Com um riquíssimo programa cultural e recreativo, que vai desde os convívios musicais ao desporto, passando pelas exposições, debates, colóquios, manifestações desportivas e espectáculos para crianças, a Incrível reafirma a sua disposição de prosseguir desenvolvendo todo um trabalho de base no campo da cultura e do desporto, de que as populações tanto carecem.

Contra uma lei arbitrária e desumana

«LUTAMOS PELO DIREITO À HABITAÇÃO»

Somos os que nunca tivemos uma casa; somos trabalhadores desta terra e desejamos ver cumprir um direito consignado na Constituição Portuguesa — O Direito à Habitação; somos também Comissões de Moradores que procuram solução para aqueles que não têm casa ou vivem em condições precárias — assim se apresentaram ao povo de Lisboa as centenas de moradores pobres que no passado sábado se reuniram no Teatro Vasco Santana com 34 Comissões de Moradores e representantes das Autarquias Locais, para debater as formas de luta a desenvolver pelos milhares de famílias ameaçadas de serem postas na rua.

O manifesto à população, da responsabilidade da Comissão de Luta constituída durante o plenário, salienta que a lei dos despejos é arbitrária e desumana, elaborada por um Governo que tudo tem feito para recuperar o capital, uma lei que foi feita sem atender às condições reais em que vivemos. Esta lei, recorda-se, que saiu em período de férias e com prazo de 90 dias, tendo a maioria dos atingidos só dela tomado conhecimento quando o prazo estava quase esgotado, dificultando e quase impossibilitando a legalização das agrupações, não só porque o processo burocrático é complicado, como também os custos no notário são demasiado elevados para as magras bolsas dos moradores naquelas condições.

A Comissão de Luta pela Legalização das Ocupações propõe desde já, no seu manifesto, diversas medidas para a resolução deste grave problema, de que se salienta a suspensão imediata de todos os despejos até que os moradores apresentem um projecto-lei ao ministro propondo a prorrogação do prazo dos processos de legalização até final do corrente ano e a isenção de custos no notário, e ainda que a notificação extra-judicial não implique a presença de advogado nesta fase. A Comissão de Luta propõe-se também contactar com os Grupos Parlamentares na Assembleia da República, no sentido de serem levadas em conta as ocupações

posteriormente a 14 de Abril; alertar a opinião pública e os órgãos do poder para a situação desumana que este decreto cria, lançando na rua milhares de famílias; pressionar os órgãos de poder local a tomarem posição face a este problema que também tanto lhes diz respeito. O manifesto, que afirma que a Comissão de Luta marcará para breve novo plenário, apela ainda a todas as Comissões de Moradores para que convoquem reuniões nas respectivas freguesias com



Democratas absolvidos

«ARGUMENTOS» DEMAGÓGICOS CAÍRAM POR TERRA

Mais uma vez, foi o Partido Comunista Português, foram os trabalhadores e os homens progressistas quem defendeu intransigentemente a legalidade democrática e constitucional, quem levantou a bandeira das liberdades e da democracia neste país, sublinhou a Direcção da Organização Regional do Norte num comunicado divulgado a propósito da sentença do Tribunal Municipal do Porto que absolviu nove democratas detidos pela PSP, em Julho último, quando faziam inscrições contra a lei «Barreto».

Frisando que a decisão judicial confirmou inteiramente as posições que a DORN sempre defendeu, o documento reitera: Foi inconstitucional a decisão da parte dos vereadores da Câmara Municipal do Porto de repor em vigor uma portaria fascista de 1933! É inconstitucional a vaga repressiva desencadeada por ordem da Câmara do Porto, que arrastou a detenção pela PSP de dezenas e dezenas de pessoas muitas delas militantes do Partido Comunista Português.

Foi inconstitucional terem-se arrancado cartazes e tiras de pano! Foi inconstitucional a vaga terem-se impedido inscrições murais e ter-se apreendido baldes e pincéis! Foi inconstitucional a identificação e a detenção de cidadãos que apenas exerciam o seu direito de expressão livre do pensamento! Foi inconstitucional todo o conjunto de acções policiais e intimidatórias, de pressões psicológicas e políticas, de veladas ameaças, etc., que se exerceram sobre o PCP e os seus militantes e, em geral, sobre todo o movimento sindical e popular que visavam limitar (e limitou de facto) os direitos e as liberdades democráticas consagradas na Constituição.

Depois de acentuar terem caído por terra as declarações repetidas de diversas origens e responsabilidades atacando o PCP, que visavam objectivamente camuflar o carácter antidemocrático e inconstitucional da decisão da CMP (na ausência dos vereadores da FEPU) atrás de uma defesa demagógica do pseudo interesse dos municípios procurando apenas esconder atrás de argumentos mesquinhos, pretensivos e irresponsáveis, uma prepotente vaga repressiva que visava silenciar e intimidar o movimento popular contra a Lei Barreto, lei dos latifundiários, dos caciques e dos senhores ricos, a DORN lamenta a responsabilidade da edilidade portuense em todos estes acontecimentos e deplora as consequências de todo indesejáveis para o prestígio de uma Câmara

Municipal eleita democraticamente. Prosseguindo, o documento denuncia: O carácter concertadamente nacional que pretende assumir esta ofensiva antidemocrática; a sua íntima ligação com a acentuada partidarização governamental dos órgãos de comunicação e com a crescente utilização em todo o País das forças policiais em missões repressivas e intimidatórias; a crescente repressão patronal aos activistas do movimento operário e sindical — demonstram que uma política de recuperação capitalista, latifundiária e imperialista, antioperária e antipopular, aponta também para uma política repressiva perigosamente antidemocrática e inconstitucional. A finalisar a DORN saúda a firmeza e a decisão dos militantes comunistas, que constituiu a base fundamental desta vitória na luta em defesa da Constituição da República. No comunicado divulgado pela direcção distrital do Porto da UJC a propósito de mais este atentado às liberdades democráticas, afirma-se que a tentativa das entidades oficiais de impedir a propagação política e de esclarecimento do povo não assusta a juventude, que saberá bater-se e mobilizar-se para a defesa e cumprimento da Constituição da República Portuguesa.

GOLPE DE MÃO DA CAP DERROTADO EM GAIA

Ao princípio da manhã da passada sexta-feira, um grupo de cerca de dez indivíduos constituído por fascistas, grandes proprietários absentistas e intermediários tentou tomar de assalto as instalações do ex-Grémio da Lavoura de Vila Nova de Gaia, visando apoderar-se delas e transferir o seu património para uma pseudo cooperativa que está inteiramente ao serviço da CAP. Perante a firme atitude da Comissão Liquidatária e a pronta intervenção do Governo Civil o golpe de mão não conseguiu os seus objectivos. Entre outros, participaram na tentativa de assalto figuras como o Rogério Alves dos Reis, que não esconde o seu ódio ao 25 de Abril; como o Pinto Carvalheira, ex-ANP, ex-regedor, grande proprietário e conhecido fascista; como o Moreira da Silva, o Leça Coelho, o Júlio Grilo e, ainda, outro grande proprietário e um intermediário.

Denunciando esta façanha de conhecidos aparriguados da CAP, a Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura divulgou um comunicado onde sublinha que o que não suportam os homens do passado é a difusão dos novos ideais e processos de trabalho bem traduzido na extensão a pequenos agricultores do Crédito de Emergência, no elevado aumento das vendas de factores de produção (2 500 contos, em 1974; 30 mil contos previstos para 77); bem como na luta que a Liquidatária trava para afastar dos circuitos de abate de gado os grandes negociantes. A Comissão Liquidatária anunciou que vai proceder judicialmente contra os capitalistas que têm o apoio «atrás da cortina» do Padre Leão, do Colégio de Trancoso, e do dr. Chaves que foi, no tempo do fascismo, o homem de

confiança, do ex-presidente legionário Ramiro Queirós, o qual ainda o encarregava dos assuntos da ANP. Num comunicado divulgado pela Comissão Concelhia de Gaia do Partido são condenados estes actos de vandalismo e lançado um alerta a todos os agricultores, rendeiros e à população do concelho «no sentido de se manifestarem contra todas as formas de restrições impostas pela CAP, com o apoio do MAP», atendendo a que as instalações e todos os bens materiais do Ex-Grémio, devem ser pertença dos verdadeiros agricultores e rendeiros. Convictos de que os verdadeiros agricultores e rendeiros de Gaia saberão exigir responsabilidades para o cobro a actos desta natureza, a Comissão Concelhia de Gaia do PCP solidariza-se com a justa luta dos agricultores e rendeiros e apela à população do concelho para o desmascaramento de actos desta natureza, contribuindo para a unidade de todos os agricultores e rendeiros de Gaia e pela defesa intransigente da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo do nosso Conselho, conclui o documento.

DELEGAÇÃO DO PCP REGRESSOU DE FRANÇA

Regressou de França a delegação do PCP que, a convite do CC do Partido Comunista Francês, efectuou naquele País uma visita de estudo sobre Autarquias Locais. A delegação era composta por Carlos Pinheiro, membro do CC, António Marques Pedrosa, vereador da Câmara Municipal de Ceiras e deputado à Assembleia da República, José Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Almada e António Raposo, Presidente da Câmara Municipal de Aljustrel. Os dois primeiros fazem também parte da Comissão de Autarquias junto do CC. A delegação do PCP foi recebida pelos camaradas Marie Claude Vallant-Couturier, membro do CC do PCF e Roger Trugnan, colaborador do CC. Na sede do PCF realizou-se um encontro com os camaradas Ivan Romard, do CC e secretário da Federação Regional do Norte,

Jacques Gonzalez, responsável pelas relações com os eleitos do PCF nas Autarquias e Roger Trugnan. Procedeu-se a uma troca de impressões sobre a vida e os problemas das Autarquias Locais em ambos os países. Seguiram-se visitas, às cidades e vilas de Bobigny, La Courneuve, Lille, Tourcoing, Villeneuve D'Asc, Feigny, Aubry e Champigny. Efectuaram-se encontros com dirigentes e eleitos comunistas em sedes locais e regionais do PCF, bem como nas «mairies». Esta visita inseriu-se no âmbito das relações de amizade entre os dois partidos e contribuiu para uma melhor compreensão da luta dos partidos comunistas e dos povos de França e de Portugal. Em Feigny, a delegação portuguesa foi convidada a assistir a uma reunião de militantes do PCF para a análise da situação política e das resoluções da última reunião do CC do PCF.

AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

Ganhar mais e trabalhar menos é lema da maioria de Alcanena

Enquanto os eleitos do PS e do PPD reprovavam em sessão pública da Câmara Municipal de Alcanena, com a abstenção do CDS, uma proposta da FEPU para que além do presidente vários vereadores passassem a trabalhar em tempo inteiro, os elementos dos três partidos que se recusam a trabalhar mais aprovavam na Assembleia Municipal que o presidente da Câmara deixasse de ganhar os 7500\$00 que a lei lhe atribui e passasse a receber o dobro. Esta decisão é tanto mais curiosa quanto o argumento utilizado pelo PPD para não aceitar a proposta da FEPU se referia expressamente ao facto da mesma ir «onerar o orçamento camarário». Será que o orçamento já não se recente com a injustificadíssima e inadmissível decisão de se passar a pagar 15000\$00 mensais ao presidente? Cabe realçar, por outro lado, como dia a dia se acentuam as diferenças de comportamento entre os eleitos. O vereador da FEPU, conforme declaração exarada em acta, prescindiu da remuneração que legalmente lhe é atribuída cedendo essa verba para um fundo de «Conservação e Melhoramentos dos Núcleos Escolares», afirmando que «não necessita de prémios monetários para assumir as suas responsabilidades». O povo não deixará de fazer as comparações... e de tirar as suas conclusões.

Ausência do PS censurada na AM do Barreiro

Seis dos oito elementos do PS que fazem parte da Assembleia Municipal do Barreiro decidiram não participar mais nas reuniões deste órgão autárquico enquanto elas não se realizarem em edifício oficial. A Assembleia Municipal, que tem reunido em colectividade recreativas porque o edifício da Câmara não tem o mínimo de condições para o efeito e porque as escolas não podem ser utilizadas devido (como é do conhecimento público) a uma determinação do MEIC, decidiu aprovar uma moção de censura àqueles elementos do PS, considerando irrelevantes a «justificação» da ausência. O presidente da Assembleia espera que a atitude tomada pelos representantes de parte dos eleitores do concelho do Barreiro seja reconsiderada, para o bom funcionamento do órgão autárquico de que são representantes, a fim de que este possa cumprir na íntegra o seu papel aglutinador da vontade da população do concelho do Barreiro. Os elementos do PS vão certamente reconsiderar. Pois não será evidente que mais vale reunir em «edifícios não oficiais» do que interromper o funcionamento de um órgão tão importante na resolução dos problemas da população como é a Assembleia Municipal?

Empresários querem destruir a indústria da Marinha Grande

Por proposta da Assembleia Municipal da Marinha Grande realizou-se recentemente na sede do município uma reunião para estudar o grave problema com que se debate o concelho devido às tentativas de alguns grandes empresários dos sectores de vidro, moldes e plásticos para transferirem fábricas desta indústrias para zonas mais de acordo com a sua cor política. Na reunião, em que participaram representantes de todos os órgãos autárquicos e sindicatos do concelho, assim como diversos empresários, foi criada uma comissão de nove membros que ficou encarregue por tentar solucionar alguns dos problemas invocados pelos industriais como «justificação» para a transferência dos sectores industriais já referidos. As verdadeiras razões da atitude dos industriais foram claramente postas a nu durante a reunião. O próprio industrial Fernando Vicente chegou a declarar que pensava na transferência porque, entre outras coisas, desagradavam aos seus clientes estrangeiros as inscrições que os trabalhadores faziam nas paredes protestando contra a exploração capitalista! Uma razão bastante elucidativa, como se vê. Para além dos problemas que existem de facto — falta de infra-estruturas e vias de acesso, especulação na venda de terrenos, dificuldades no abastecimento de água e energia — e cuja resolução é urgente, é evidente que o que está em causa é uma manobra política que mais não pretende do que destruir uma importante zona industrial inequivocamente progressista. Mas iludem-se os capitalistas se pensam que lhes basta mudar de região para liquidar a força do proletariado. Mesmo que conseguissem concretizar as suas intenções — o que o povo da Marinha Grande certamente não permitirá — mais não conseguiriam do que ajudar ao mais rápido desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores da zona onde se implantassem (neste caso Rio Maior). As fábricas não funcionam sem operários. E é a própria exploração de que vivem os capitalistas que leva à criação da força (o proletariado) que os há-de destruir. Não vale a pena ter grandes ilusões, senhores capitalistas, é apenas uma questão de tempo.

Os vereadores e a «convergência»

A nomeação de vereadores a tempo inteiro, consagrada na lei das Atribuições e Competências das autarquias já aprovada mas que ainda não entrou em vigor, está a originar alguns municípios vergonhosas manobras de oportunismo e escandalosos actos do mais puro «pluralismo» entre confrades. Assim, enquanto num sítio se prepara a aprovação do pagamento de retroactivos (!!) a vereadores que têm funcionado a tempo inteiro, nas Câmaras de Ceiras e de Cascais, presididas por eleitos do PS, são chamados para vereadores permanentes elementos do PPD, última lista nos dois municípios. Oportunismo? Convergência? Que ideia...

Boletim da FEPU

Ao comemorar o seu primeiro aniversário a Frente Eleitoral Povo Unido de Setúbal iniciou a publicação de um boletim mensal. Tal como há um ano, afirma-se no novo órgão concelhio, «estamos dispostos a defender, sem tibieza nem demagogia, as populações, lutando pela existência de um verdadeiro poder local». Explicando o aparecimento do seu boletim, a FEPU de Setúbal salienta a necessidade das populações terem uma informação periódica dos trabalhos desenvolvidos pelas autarquias, a importância de fomentar o diálogo com todos os cidadãos, mobilizando as populações na defesa dos seus interesses. Esperando que cheguem à sua sede, no Largo Marquês de Pombal, em Setúbal, sugestões, contribuições e críticas, a FEPU apela para a colaboração de todos os organismos populares de base, immanados que estão todos no desejo de contribuir para a resolução das reais necessidades do concelho.

edições Avante!

TUDO SOBRE O AVANTE!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

o jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

o presente volume inclui a reprodução de algumas dezenas de primeiras páginas do «Avante!» desde o n.º 1 até aos nossos dias

Preço: 50\$00

OS COMUNISTAS a distribuição

A venda

O Militante

Neste número: A promoção Conquistas de Abril exige um maior cuidado no trabalho organizativo • O Centralismo Democrático e a sua importância no reforço da organização do Partido • Fazamos dos organismos do Partido verdadeiros colectivos • Autarquias locais: algumas tarefas imediatas • O 60.º aniversário da Revolução de Outubro • Preço 5\$00 • À venda nos Centros de Trabalho do Partido e nas livrarias •

O camarada Chris Tofinis fala ao «Avante!»

UNIDADE: A MELHOR ARMA DO POVO DE CHIPRE

O camarada Donis Christofinis, responsável do Departamento Internacional do Partido dos Trabalhadores de Chipre (AKEL), esteve entre nós integrado numa delegação para divulgação da situação em Chipre e mobilização da solidariedade ao povo cipriota.

— Camarada Christofinis: nas eleições de 5 de Setembro de 1976 as forças democráticas alcançaram uma importante vitória, que se pode considerar estreitamente ligada à política de unidade do AKEL.

— É inteiramente correcto sublinhar-se que a vitória eleitoral de Setembro de 1976 é a vitória da unidade do povo. O papel do AKEL nessa vitória foi decisivo. Se Makários foi o pólo em torno do qual se construiu a unidade, o AKEL foi a força mais poderosa que sempre trabalhou por esta patriótica unidade democrática do povo.

democráticos e patrióticos, e não só ao AKEL. — Depois da morte do presidente Makários, qual foi a acção da direita, aliada ao imperialismo, no sentido de recuperar posições em Chipre?

— Após a morte do Presidente Makários a unidade tornou-se ainda mais importante do que nunca. Por um lado porque se perdeu um dirigente com grande prestígio nacional e internacional. Por outro lado porque o imperialismo e os seus agentes intensificaram as suas actividades neste período.

O AKEL orientou os seus esforços na defesa e reforço da unidade do povo. Apoiou a candidatura de Kyprianou nas eleições presidenciais como candidato nacional e está actualmente a fazer tudo para preservar essa unidade nas próximas eleições para a presidência da República, a realizar em Fevereiro.

território de Chipre pelas forças turcas e às manobras do imperialismo.

A unidade é a arma mais importante, a arma decisiva do povo cipriota na sua luta. Todas as forças patrióticas e democráticas estão unidas no Comité de Coordenação dos Partidos e Organizações de Chipre.

A criação de uma Frente Democrática dos três Partidos, na base de um programa mínimo e a constituição de um governo de unidade democrática com a participação dos três partidos, representaria uma forma superior da unidade, indispensável na luta de Chipre.

UM CASO DE COLONIALISMO

«Que Chipre não seja uma base de agressão mas uma ponte de paz entre os povos da região — como afirmou Makários. Que a paz, a democracia e a justiça sejam a base de uma vida comum de todas as comunidades — este um objectivo fundamental do governo e de todas as forças democráticas unidas de Chipre, como destacou Donis Christofinis, membro do CC do Partido dos Trabalhadores de Chipre, numa conferência de imprensa realizada dia 13, na Casa da Imprensa, em Lisboa.

privilegiada de colonos vindos da Turquia (à imagem do que é feito por Israel nas terras árabes ocupadas); não é no interesse da comunidade grega, que também sofre com a ocupação; não é no interesse dos povos vizinhos; que desejam um Chipre livre, pacífico e não-alinhado, nem no interesse dos povos da Grécia e da Turquia — destacou o camarada Christofinis — não é possível a paz na Europa, não é possível a paz no Mediterrâneo, enquanto subsistir um foco de tensão como Chipre».

Só o imperialismo está interessado no prosseguimento desta situação.

Entretanto — e porque o imperialismo não está interessado numa solução pacífica — mantêm-se todos os graves problemas da colonização de uma parte do território do país.

Como destaca o Conselho Português para a Paz e Cooperação:

«Três anos já após o golpe de Estado fascista e a invasão turca da ilha, a situação trágica então criada persiste, pondo em perigo não só a própria existência de um Estado independente da Europa, como a paz nesta região e no Mundo. Prossegue a violação dos Direitos do Homem pelas forças de ocupação; um terço da população continua a viver como refugiados no seu próprio país; a sorte de dois mil desaparecidos e prisioneiros de guerra não declarados permanece desconhecida. As resoluções da ONU sobre Chipre não só não foram postas em prática, como, apesar das suas claras disposições quanto ao respeito pela independência, soberania e integridade territorial da República e quanto à retirada das tropas estrangeiras, a situação se tem agravado ainda mais, devido à colonização crescente dos territórios ocupados.

O PRESIDENTE TITO EM PORTUGAL

O Marechal Tito, presidente da República Socialista da Jugoslávia, chegou no passado dia 17 a Lisboa para uma visita oficial de 3 dias ao nosso País, a convite do Presidente da República Portuguesa.

Apesar de já ter estado entre nós em Março de 1976, tendo-se então encontrado com o general Costa Gomes no Algarve, esta é a primeira visita oficial do Presidente Tito a Portugal.

Nas vésperas do início da visita oficial os dois chefes de Estado trocaram mensagens, endereçadas respectivamente aos povos português e jugoslavo tendo o Marechal Tito afirmado, nomeadamente, que «é sabido que a República Federativa da Jugoslávia apoiou sem

hesitações as mudanças democráticas em Portugal e que as aplaudiu pela significativa contribuição que deram no plano da descolonização. A isto fomos conduzidos pela convicção de que cada povo tem o direito inalienável de decidir por si próprio sobre o seu desenvolvimento interno. O caminho da transformação democrática, que Portugal já iniciou, representa sem dúvida uma contribuição para a edificação de melhores relações no nosso continente e fora dele, na qual o vosso País hoje participa activamente. Assim são criadas as possibilidades, não só de normalização de relações entre os nossos dois países, mas também do seu

desenvolvimento intensificado».

Por sua vez o Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, iniciou a sua mensagem a uma mensagem afirmando que Portugal ia «ter a honra de receber a visita do presidente Josip Broz Tito, cujo itinerário humano, militar e político o povo português segue com admiração — principalmente desde o momento em que, à frente do movimento popular de libertação, ele se tornou o fiel intérprete da decisão de luta dos povos jugoslavos contra o invasor». Após referir o papel histórico do Presidente Tito na construção da República Socialista Federativa da Jugoslávia e na política de não-alinhamento e de cooperação internacional e ter feito uma análise sobre a evolução das relações luso-jugoslavias, o Presidente Eanes considerou que «o problema da guerra e da paz é hoje substituído, no horizonte político da generalidade dos povos, pelo desejo de melhores condições de vida e de respeito pelos direitos do homem. A Jugoslávia e Portugal poderão colaborar, bilateralmente e multilateralmente, para a criação duma nova ordem mundial, em especial pela observância dos princípios definidos em Helsínquia e pela cooperação económica, científica e tecnológica, nos sectores humanitários e nas suas áreas educativas e culturais».

O marechal Tito foi agraciado pelo Presidente da República Portuguesa com o Grão Colar da Ordem Militar de Santiago de

Espada. No decorrer da cerimónia, no Palácio da Ajuda, o general Ramalho Eanes recordou a acção do marechal Tito durante a resistência contra a ocupação fascista, considerando que o seu convidado «pode representar em certa medida um sumário do que poderia ser, uma nova moral internacional, em que a independência de todos os países seja para todos os países igual, em que o desarmamento não tenha por finalidade impedir soluções, mas apenas defender independências, e ainda o estabelecimento de uma ordem económica que tenha em consideração o mundo como um todo e em que os países pobres possam ser protegidos e não explorados; como tem acontecido através dos séculos».

Por sua vez, o marechal Tito ao condecorar o Chefe do Estado Português com a Grande Estrela da Jugoslávia, referiu que «no campo externo a política portuguesa está muito próxima da política jugoslava, que visa a paz e a cooperação internacional, sem interferências na política interna dos outros». E acrescentou: «Nós sabemos que a vossa Revolução não só trouxe uma nova ordem democrática ao vosso País, como tem uma grande importância para a Europa no seu conjunto».

A visita do marechal Tito ao nosso País contribuiu para o reforço dos laços de amizade que unem os dois povos, bem como para uma cooperação cada vez mais estreita e mutuamente vantajosa.

SOLIDARIEDADE COM O P. C. DO BANGLADESH

Dia 14, o presidente do Bangladesh, Ziaur Rahman, ilegalizou o Partido Comunista e dois outros partidos políticos: O Partido Socialista Nacional e a Liga Democrática Centrista, de direita. Simultaneamente foram presos vários dirigentes políticos, entre eles os camaradas Moni Singh e Mohamed Farhad, do Partido Comunista, que a propaganda oficial tenta ligar ao golpe militar frustrado de dia 2 deste mês.

A vida política do Bangladesh independente tem-se caracterizado por profundas oscilações. Iniciada com o governo progressista saído da luta de libertação, o Bangladesh conduziu então uma política externa anti-imperialista e pacífica, e procedeu a amplas nacionalizações (87% da indústria, incluindo a banca e as companhias de seguros).

O golpe de direita que levou ao assassinato do presidente Mujibur Rahman e de outros dirigentes progressistas, significou uma profunda viragem na situação interna do país, retirou ao Bangladesh o papel que vinha a desempenhar como factor de paz na região, representou uma clara ingerência do imperialismo nos problemas internos do país.

A 3 de Novembro de 1975 o poder central passou para as mãos de A.M.Sayem e Ziaur Rahman (actual presidente do Bangladesh), tendo sido então destituído K.M.Ahmed, hoje líder da Liga Democrática Centrista, de direita, agora também ilegalizado.

A heterogeneidade dos elementos que participaram na luta libertadora do Bangladesh alia-se à complexidade da sua vida política. Ziaur Rahman ligado ao golpe de direita de 76, participou também no movimento de libertação. Com alterações relativas ao aspecto religioso, mantém-se hoje a primeira Constituição do Bangladesh, com os princípios do nacionalismo, democracia e socialismo.

Desde Novembro de 75 passou-se de uma situação de total proibição dos partidos políticos à sua legalização, em Novembro de 76, ainda que com restrições e um estrito controlo por parte do Estado. Estão previstas eleições regionais em Agosto e Dezembro deste ano e eleições gerais para Dezembro do próximo ano — depois de promessas e recuos no que respecta à sua realização. Em determinadas fases, o governo de A.M.Sayem e Ziaur Rahman tem contado com o apoio da esquerda e sofrido pressões por parte da

direita, em particular após as eleições parlamentares na Índia e no Paquistão. Entretanto, as condições de vida dos trabalhadores do Bangladesh continuam a ser muito difíceis, uma parte das empresas nacionalizadas foi desnationalizada, as condições de luta dos comunistas nunca foram fáceis.

É neste quadro — particularmente complexo — que é ilegalizado o Partido Comunista do Bangladesh. O que representa um agravamento na situação política do país, impõe a necessidade de solidariedade com os comunistas do Bangladesh, com o Povo do Bangladesh que, nas eleições para as autarquias locais, realizadas no princípio deste ano, demonstrou mais uma vez a sua vontade de democracia e liberdade, ao votar, em elevado número, na Liga do Povo, no poder antes do golpe de 75.

SOLIDARIEDADE COM OS PATRIOTAS DO URUGUAI E ARGENTINA

No dia 11 de Outubro uma delegação do Partido Comunista Português constituída por Francisco Miguel, membro do CC e deputado à Assembleia da República, Manuel Pedro, membro do CC e Delgado Simões, advogado, foi recebida pelo embaixador da Argentina em Lisboa, a quem fez a entrega de um abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República do respectivo país, solicitando a libertação dos presos políticos e o fim dos sequestros e torturas na Argentina.

No dia 14 deste mês também uma delegação do PCP, composta pelos membros do CC do PCP Francisco Miguel e Manuel Pedro e ainda por Delgado Martins, advogado,



Os representantes do PCP junto à embaixada do Uruguai

entregou ao encarregado de Negócios da Embaixada do Uruguai em Lisboa, com o pedido de transmissão ao Presidente da República do seu país, um abaixo-assinado solicitando a libertação do destacado patriota Jaime Perez e de outros deputados, assim como de todos os patriotas uruguaios detidos.

A recolha destas

assinaturas efectuou-se durante a Festa do «Avante!» e constitui mais uma expressão dos sentimentos de solidariedade dos comunistas e do Povo português para com os povos que lutam pela instauração das liberdades e da democracia nos seus países, aspiram à justiça e ao progresso social.

DELEGAÇÃO CIPRIOTA RECEBIDA NO CC DO PCP

A delegação do Comité Internacional de Solidariedade a Chipre, constituída por Donis Christofinis, membro do CC do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre, Michael Lytras, secretário-geral-adjunto da União dos Camponeses e membro do Partido Democrático e Eugénia Kiranova, secretária internacional do Comité de Solidariedade a Chipre, foi recebida no dia 14 na sede do CC do PCP por Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional do CC do PCP, e Domingos Lopes, colaborador do CC.

A delegação cipriota informou detalhadamente a situação criada naquela ilha pela invasão há três

anos da Turquia com o apoio do imperialismo e dos círculos mais reaccionários da NATO e que constitui uma ameaça à paz na região e no mundo.

O PCP foi convidado a participar numa Conferência Internacional de Solidariedade a Chipre que se realizará em Bruxelas nos dias 29 e 30 de Outubro.

A delegação do PCP manifestou a sua solidariedade ao Povo cipriota na sua luta pela sua integridade territorial, pelo seu estatuto de não alinhamento, pelo regresso dos refugiados.

O PCP aceitou o convite para participar em Bruxelas na Conferência Internacional de Solidariedade a Chipre.

Christofinis estava integrado na delegação do Comité Internacional de Solidariedade a Chipre, que incluía também Michael Lidras, Secretário-geral adjunto da União dos Camponeses e membro do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre e Eugénia Kiranova, Secretária Internacional do Comité de Solidariedade a Chipre.

A vontade de paz do povo cipriota, a sua determinação na reconquista da integridade de Chipre, parcialmente colonizado pela Turquia com o apoio e estímulo do imperialismo, foi constantemente destacada ao longo da entrevista.

«O prosseguimento da ocupação de uma parte de Chipre, não é no interesse do povo turco, nem dos cipriotas turcos, também oprimidos pelas tropas turcas, vítimas da acção terrorista de grupos fascistas (que incluem elementos participantes no golpe de Estado fascista da Grécia), e que sofrem a presença

de tropas turcas não se retiraram e 40 por cento da superfície da ilha continua sob a sua ocupação. Nenhum dos 200 mil refugiados foi autorizado a voltar para casa. Pelo contrário, outros cipriotas gregos se vieram juntar ao número de refugiados, expulsos pelas autoridades turcas de ocupação. A situação de dezenas de cipriotas gregos e turcos tornou-se insustentável».

Em 28 e 29 de Outubro, na Assembleia Geral do ONU, realizou-se em Bruxelas uma Conferência de Solidariedade com Chipre, que conta com o apoio das mais diversas forças nps vários países europeus (e também com ataques, como seria de esperar — um campo onde se destaca a RFA). E que não pode deixar de contar com o apoio solidário do povo português. Como destacou Eugénia Kiranova, «Lutamos por Chipre. Chipre luta por todos nós».

REPRESENTANTES DE FORÇAS DA PAZ DA UNIÃO SOVIÉTICA E DE PORTUGAL DIVULGAM COMUNICADO CONJUNTO

Já regressou à URSS a delegação soviética que, conforme o «Avante!» noticiou, se deslocou ao nosso País a convite do Conselho Português para a Paz e a Cooperação e que, durante a sua estadia, desenvolveu inúmeros contactos no âmbito da política de paz e desanuviamento. As duas delegações assinaram, no final da visita, o comunicado final que seguidamente se transcreve:

A convite do Conselho Português para a Paz e Cooperação visitou Portugal, de 3 a 8 de Outubro de 1977, uma delegação de personalidades soviéticas dirigida por Nicolai Pankov, vice-presidente do Comité Soviético de Segurança e Cooperação Europeias, e composta ainda pelo prof. Alexandre Tchubarjan, vice-presidente do Comité Soviético dos Historiadores e por Leonid Smirnov, responsável das Relações Internacionais do Comité Soviético de Defesa da Paz, e Raissa Khvostova, escritora, secretária-geral do Comité de Defesa da Paz da Turquemenia.

A delegação foi recebida pelo presidente da Assembleia da República, dr. Vasco da Gama Fernandes e pelo prof. Henrique de Barros, ministro do Estado, no Conselho da Revolução e teve uma reunião com representantes dos quatro grupos parlamentares, da Assembleia da República, e foi recebida pelos presidentes e vereadores das Câmaras Municipais de Lisboa, do Barreiro — onde visitou a CUF — e de Santarém, assim como pelo governador civil, tendo neste distrito visitado cooperativas agrícolas.

No Barreiro e em Santarém a delegação encontrou-se com as Comissões de Paz destas localidades e em Lisboa teve com a Presidência do Conselho Português para a Paz

e Cooperação uma reunião de trabalho, presidida pelo general Francisco da Costa Gomes.

A delegação portuguesa e a delegação soviética, exprimindo a esperança de que os Estados participantes na actual reunião de Belgrado contribuam de forma construtiva e concreta para o seu êxito, constatarem com satisfação os importantes progressos realizados desde há dois anos na aplicação dos Acordos de Helsínquia, no reforço do processo de desanuviamento, no alargamento e aprofundamento das relações políticas, económicas e científicas, culturais e humanas, entre Estados com sistemas sociais e políticos diferentes.

As duas delegações chamam, porém, a atenção para o facto de que, simultaneamente e em contradição com estas tendências positivas, não só não se verifica a passagem do desanuviamento político ao desanuviamento militar e as negociações de redução e limitação de armamentos de Viena, e as negociações SALT, continuam a marcar passo, como se acentuam neste momento, graves e preocupantes tendências negativas, nomeadamente a intensificação da corrida aos armamentos, o aumento dos orçamentos militares, a produção de novos tipos e sistemas de armas de destruição massiva. As duas partes juntam a sua voz à de todas as forças de Paz no Mundo para condenar energicamente a recente e imoral decisão de produção da bomba de neutrões, arma de destruição massiva particularmente perigosa e desumana.

As duas delegações apelam para que, mais do que nunca, se desenvolva

a acção e intervenção da opinião pública, das mais diversas correntes e forças favoráveis à Paz, dos movimentos democráticos e progressistas, em conjugação com as iniciativas das Nações Unidas e outras pelo desarmamento, no sentido de levar os Estados a desde já porem termo à intensificação da corrida aos armamentos, mantendo-se no nível actual, para em seguida entrarem no caminho da sua limitação e redução efectivas, de proibição de todas as armas de destruição massiva e do desarmamento geral, completo e controlado.

No que se refere às relações bilaterais luso-soviéticas, as duas

delegações consideram que o seu desenvolvimento positivo e fecundo desde o 25 de Abril, marcado em futuro próximo pela anunciada visita a Portugal do ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Andrei Gromyko, constitui uma significativa contribuição para a causa da Paz e da Cooperação na Europa e no Mundo.

A delegação soviética, exprimindo o seu reconhecimento pela amizade e hospitalidade com que foi recebida pela opinião pública e por entidades oficiais do Portugal democrático, convida por sua vez o Conselho Português para a Paz e Cooperação a enviar durante o ano de 1978 uma delegação à União Soviética.

ECONOMISTAS PORTUGUESES VISITARAM A UNIÃO SOVIÉTICA

A convite do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética uma delegação de economistas portugueses, que incluía membros do Grupo de Trabalho para as actividades económicas junto do CC do PCP, visitou a URSS tendo realizado diversos encontros e visitas com o fim de estudar temas referentes à «Integração Económica e Cooperação Internacional».

Durante a sua estadia na URSS, e a honroso convite do Comité Central do PCUS, a delegação assistiu à histórica sessão do Soviete Supremo em que foi aprovada a nova Constituição da URSS.

A delegação foi recebida pelo camarada Ulianovsky, vice-chefe da Secção Internacional do CC do PCUS, com quem teve um encontro de trabalho sobre as relações da URSS com os países em vias de desenvolvimento. A delegação teve reuniões

de trabalho no Instituto de Economia Mundial e das Relações Internacionais, no Instituto Internacional dos Problemas Económicos do Sistema Socialista Mundial, na representação da URSS no CAME, no Comité Estatal para as relações com os países capitalistas e no jornal «Pravda».

A delegação visitou ainda a cidade de Leninegrado, onde se encontrou com responsáveis da planificação do Comité Regional do PCUS e do Instituto de Engenharia Económica «Palmiro Togliatti».

Nos encontros a delegação teve oportunidade de se informar sobre os princípios e as formas de cooperação internacional prosseguidas pela URSS, sobre as relações entre a URSS e os restantes países socialistas, sobre o funcionamento e perspectivas do CAME,

sobre as relações da URSS com os países capitalistas desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. A delegação pôde constatar os êxitos económicos e sociais da URSS e do sistema socialista mundial, bem como as formas de que se reveste a fraternal e desinteressada cooperação da URSS com os países que se libertaram da opressão e exploração colonial. Nos diversos encontros, a delegação que foi recebida a alto nível, teve oportunidade de informar e trocar opiniões sobre a actual situação económica portuguesa.

Esta visita de estudo insere-se no quadro das relações de amizade e cooperação fraternal existentes entre o PCP e o PCUS e contribui para um melhor conhecimento recíproco e o reforço dos laços de solidariedade entre os dois Partidos.



A delegação do PSUA com a delegação portuguesa

DELEGAÇÃO DO PSUA EM PORTUGAL

A convite do Comité Central do PCP encontra-se de visita a Portugal uma delegação de estudo do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha (República Democrática Alemã), para conhecimento da realidade portuguesa e da acção do PCP no campo da informação e propaganda.

A delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha é chefiada pelo camarada Heinz Geggel, membro do CC e chefe do

Departamento de Agitação do CC do PSUA.

A delegação do PSUA foi recebida na segunda-feira pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP e teve uma reunião de trabalho na sede do PCP sendo recebida por uma delegação constituída pelos camaradas Aurélio Santos, membro do CC e responsável da Secção de Informação e Propaganda da Direcção da Organização Regional de Lisboa. Na sequência desta reunião foi organizada pela SIP do CC uma sessão de trabalho sobre alguns aspectos da actividade de Informação e Propaganda do PCP.

Serra, da Direcção do Sector Intelectual da Lisboa, Vítor Neto e João Rodrigues, da Secção de Informação e Propaganda do Comité Central do PCP e João Labesca, da Secção de Informação e Propaganda da Direcção da Organização Regional de Lisboa. Na sequência desta reunião foi organizada pela SIP do CC uma sessão de trabalho sobre alguns aspectos da actividade de Informação e Propaganda do PCP.

SEMANA INTERNACIONAL

Brasil: agudizam-se contradições no seio do governo

A vida política brasileira está já, em grande parte, virada e condicionada pelo próximo ano, que será um ano de campanha eleitoral. O que, mesmo sob um regime fascista, representa uma activação da acção política de massas, difícil de impedir por parte dos órgãos do poder.

Quer no campo do poder actual, quer no campo da oposição, nas suas diversas expressões, este facto tem tido os seus reflexos.

Há alguns dias foi noticiado por todos os órgãos de informação a demissão do ministro do Exército brasileiro, general Sylvio Frota. Uma demissão que provocou surpresa, e não era esperada nos meios democráticos brasileiros. Senhores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), então presentes em Portugal, manifestaram pelo facto alguma surpresa. O general Sylvio Frota é um homem da extrema-direita. Um homem que acha que o presidente Geisel não é «suficientemente duro» com os comunistas, que afirma ter havido «abandono dos objectivos da revolução», ou seja dos objectivos do golpe reaccionário de Março de 64, e avança mesmo com declarações destituídas de todo o senso, mas significativas, como a de que o governo de Geisel se encontra «infiltrado de comunistas e é favorável a uma política com os países de Leste da Europa».

A demissão de Frota reflecte as contradições no seio do poder, agravadas com a aproximação do momento da substituição de Geisel, segundo as próprias leis fascistas. Reflecte, por outro lado, o esforço do governo de surgir com uma imagem mais liberal. Demonstra a consciência da direita, da relativa fragilidade do poder fascista e do seu grande isolamento social. Não é por acaso que Frota declara que o Exército sabe o que deve fazer num momento de crise. Estas afirmações sabem a uma ameaça de golpe. Entre Geisel e Frota existem diferenças de conceito sobre a forma como defender melhor ou salvar de momento a ditadura. Existem possivelmente questões ligadas à ambição de poder. Mas nada mais. Geisel não passa a ser um «liberal» por afastar do governo um homem da extrema direita. O afastamento de Frota e os motivos possíveis desse afastamento revelam simplesmente que o fascismo brasileiro tateia caminhos, encara diversas opções, se sente de facto periclitante, porque isolado. E que o perigo de um golpe de extrema direita, para salvar o fascismo, não está posto de lado, é um dado com quem tem que se contar.

As relações que se registam ao nível da cúpula fascista no Brasil, não podem ser isoladas, antes se inserem no sentir e na acção das massas populares, na sua previsível activação no próximo ano. Geisel não está esquecido das últimas eleições regionais que representaram de facto uma vitória da oposição legal: o MDB. Actualmente as perspectivas não são melhores. Se então, todas as limitações legais ou ilegais que o fascismo interpõe à oposição nos períodos eleitorais, não foram obstáculo à expressão da vontade de liberdade do povo brasileiro não há razões para esperar que no próximo período eleitoral as mesmas se passem de forma mais favoráveis à ditadura. Mesmo as «Reformas de Abril», que estabeleceram eleições indirectas para a Presidência da República, para os governos estaduais e para um terço do Senado, poderão impedir por completo a expressão dessa vontade popular. Não tanto nos resultados eleitorais, que estarão profundamente falsificados, mas no aproveitamento do período eleitoral para uma mais ampla e aberta acção das forças de esquerda, dos trabalhadores organizados.

A exigência de restabelecimento das liberdades, surge dos mais diversos sectores: do movimento dos trabalhadores, nas manifestações estudantis, da Igreja, nomeadamente através da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros, da Ordem dos Advogados, que recentemente aprovou uma declaração em que se exige a restauração das liberdades democráticas, mesmo de elementos anteriormente ligados ao poder. A convocação de uma Assembleia Constituinte, uma ampla amnistia, surgem como exigências nacionais, que englobam sectores muito diversificados.

Os períodos eleitorais não são os momentos determinantes na vida política dos povos. Têm significados diferentes quando vividos numa democracia burguesa, na democracia socialista, ou sob o fascismo. Têm significados diferentes até em função dos momentos em que têm lugar. Hoje, no Brasil fascista, representam uma possibilidade de maior acção política legal, uma pequena abertura para a expressão legal das massas trabalhadoras, mais ampla, ainda que profundamente limitada e também sujeita ao peso da repressão. Um momento que as forças de esquerda, em particular os comunistas, certamente saberão utilizar para enfraquecer mais a ditadura, mobilizar e consciencializar as massas trabalhadoras, base social determinante de qualquer transformação revolucionária.

A FORÇA DA OPINIÃO PÚBLICA «ADIA» A BOMBA DE NEUTRÕES

Têm-se sucedido reuniões secretas, reuniões formais, encontros multi e bilaterais, aos mais diversos níveis, entre os parceiros da NATO, para decidir do sim ou não à bomba de neutrões, ao seu fabrico em massa, ao seu armazenamento em diversos países da Europa. Em todas estas reuniões e encontros, uma constante: a insistência, por parte dos Estados Unidos, na «utilidade» de tal bomba, as reticências, mais ou menos acentuadas, de diversos outros países da NATO, mesmo da RFA, de que parecia esperar-se uma posição mais «aberta».

Porque é que a bomba de neutrões não obteve ainda a aprovação da NATO? Porque é que a propaganda habilmente fomentada pelo capital, da «ameaça russa», não está a atingir os seus fins, concretizando-se num novo passo na corrida aos armamentos?

Uma única resposta — que não é dada por nós, que não depende da interpretação política dos factos pelas forças de esquerda, antes está contida nas afirmações dos líderes dos países da NATO — a pressão das forças progressistas, da opinião pública mundial, e em particular a pressão da opinião pública dos próprios países da NATO, que se afirmou e continua a afirmar massivamente contra a corrida aos armamentos, contra a bomba de neutrões.

Os parceiros dos Estados Unidos no grupo de planeamento nuclear da NATO, em reunião secreta realizada em Evre, perto de Bruxelas, adiaram o exame deste problema, temendo «eventuais consequências de ordem política e ideológica». Na conclusão de dois dias de conversações sobre planeamento nuclear, ministros da Defesa dos Estados Unidos e da NATO, reunidos em Bari, na Itália, não chegaram também a acordo quanto à utilização da bomba



tenebroso, podem contabilizar sobre números de mortos e de áreas destruídas. A ameaça nuclear é um facto que se impõe — que leva ao caminho do realismo político dirigentes do mundo capitalista que noutras circunstâncias se inclinariam com mais facilidade a entrar pelo recurso à guerra, às agressões armadas.

A bomba de neutrões continua a ser sistematicamente defendida pela «humana» administração Carter. Foi já apoiada, militarmente, pelo general Alexander Haig, comandante aliado na Europa Ocidental e pelo secretário-geral da NATO, Joseph Luns. A bomba de neutrões insere-se num processo de militarização, que continua a ser uma realidade quotidiana, e que passa pela venda rotineira de armamentos, grande negócio em que os EUA continuam empenhados, apesar das declarações de Carter de 19 de Maio, de que só seriam transferidas armas convencionais para o estrangeiro quando isso contribuísse para o «interesse nacional» dos Estados Unidos. Não há razões para o optimismo fá. A batalha da paz continuará a ser uma batalha muito dura.

ESPAÑHA: QUE LEIS SE DISCUTEM EM MONCLOA?

Três leis — aprovadas ou em negociação nos encontros entre governo e oposição em Moncloa — determinam e reflectem muito da vida política espanhola neste momento: o decreto da amnistia, que entrou há dias em vigor, o programa económico elaborado entre governo e oposição, a proposta de lei contra o terrorismo.

O decreto da amnistia, apesar de algumas limitações, sobretudo no que respeita à reintegração de militares, é um passo positivo, representa de facto a libertação dos presos políticos, culmina uma

luta persistente do povo espanhol. O programa económico, em que assentaram governo e oposição, mas depende ainda da concordância de sindicatos e organizações patronais, enferma

O QUE É LEGAL NA RFA

O Comité Executivo do União Socialista Cristã (CSU), ramo bávaro da democracia cristã da RFA, reunido sob a presidência do chefe do partido, Franz-Joseph Strauss, votou por unanimidade apresentar ao Tribunal Constitucional um pedido de ilegalização do Partido Comunista Alemão. Argumento: as actividades dos comunistas são hostis ao Estado e, deste modo, ilegais.

O voto do partido do sr. Strauss não representa, em si, um perigo para os comunistas da RFA, não obstante a sua luta se processar em condições francamente difíceis, mesmo no quadro das «liberdades» da social-democracia alemã. Mas o simples levantar da questão é significativo. Coaduna-se aliás com uma política oficial de repressão das forças de esquerda e protecção à direita.

Pouco antes da decisão do CSU, o porta-voz da política externa do FDP, da coligação governamental da RFA, Martin Bangemann, no decurso de uma conferência de imprensa realizada o mês passado em Bona, convidou os países capitalistas a manter «contactos a todos os níveis da vida política e social» com a África do Sul, tendo-se pronunciado também contra a suspensão de investimentos e a aplicação de sanções económicas contra o regime racista de Vorster. O sr. Bangemann tinha então regressado de uma visita à África do Sul e à Namíbia, onde teve contactos com Vorster, com o ministro dos Negócios Estrangeiros e com o ministro da Justiça, da Polícia e das Prisões da RSA.

O ataque à esquerda, a defesa das forças da direita, está dentro da lógica dos monopólios, está dentro da lógica da social-democracia alemã. Mas, tal como a defesa do «apartheid» e do regime racista de Vorster, não está dentro da lógica da história. O que a condena a um fracasso irremediável. Mas não exige por isso menos vigilância das forças progressistas. Antes a impõe. Antes implica uma solidariedade redobrada.

de vícios e limitações sérias, podendo considerar-se como lesivo dos interesses dos trabalhadores, a despeito de um outro aspecto positivo. A reacção por parte das centrais sindicais espanholas demonstra isso mesmo e exprime o descontentamento dos trabalhadores face a um acordo que não passou por um debate com a sua participação. Nesse sentido Marcelino Camacho, secretário-geral das Comissões Obreras, destacou que «não há solução válida se as centrais sindicais nela não participam». Por seu lado, a União Geral dos Trabalhadores e a Confederação Geral dos Trabalhadores também manifestaram as suas reservas quanto ao acordo económico, nomeadamente pelas «consequências que dele podem derivar para os trabalhadores».

Dois cláusulas do plano são particularmente denunciadas pelas centrais sindicais: o limite estabelecido para os aumentos salariais e a abertura ao livre despedimento. De acordo com a plataforma estabelecida em Moncloa, em 1978, os aumentos salariais não poderão ultrapassar os 22%, o que não corresponde de facto à taxa de inflação. Assim, embora falando-se de aumentos de salários paralelos aos aumentos da inflação, o novo acordo imporá novos baixamentos no nível de vida dos trabalhadores espanhóis. Por

DECLARAÇÃO DO MPLA SOBRE O ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

«A existência da União Soviética, a ideologia marxista-leninista fundada nos princípios do internacionalismo proletário e da solidariedade internacional são factores decisivos do reforço da luta anti-imperialista e da unidade dos países que optam pela orientação socialista», afirma uma declaração do Bureau Político do CC do MPLA publicada em Luanda a propósito do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

«Fiel aos princípios do Grande Lénine, a União Soviética foi sempre uma fortaleza da luta pela paz e a segurança internacional, apoiou sempre a luta dos povos explorados e oprimidos pela liberdade e independência».

«A Grande Revolução de Outubro deu um poderoso impulso ao movimento operário revolucionário dos outros países e abriu novas perspectivas à luta de libertação nacional».

«Desde os primeiros dias da sua existência a URSS tem sido um sólido reduto das forças da paz e do progresso no combate contra as imposições políticas, económicas e territoriais do imperialismo mundial».

«A unidade dos nossos pontos de vista acerca dos problemas fundamentais da política internacional, a fraternidade e a solidariedade combativa entre a União Soviética e Angola remonta aos tempos em que a URSS auxiliava o povo angolano na luta de libertação nacional».

«A recente visita de amizade feita à União Soviética por Agostinho Neto, presidente do MPLA e presidente da RPA, é uma nova prova da solidariedade existente entre o PCUS, o governo e o povo soviético e o MPLA, o governo e o povo da RPA».

«O Bureau Político e o CC do MPLA, todo o povo angolano, aprovam sem reservas a política de paz levada a cabo pelo PCUS e o governo soviético, política nascida nas chamas do Grande Outubro, cujo aniversário é celebrado por toda a Humanidade progressista», conclui a declaração.

REFORÇADA A COOPERAÇÃO ENTRE CUBA E MOÇAMBIQUE

Terminou no sábado passado a prolongada visita oficial que Samora Machel, presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, fez a alguns países das Caraíbas.

Esta digressão, que terminou em Cuba, onde foi acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Joaquim Chissano, e da Indústria e Comércio, Mário da Graça Machungo, foi celebrado entre os dois países um tratado de Amizade e Cooperação por vinte anos e decidido o apoio

à convocação duma sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas a favor do desarmamento geral.

Este acordo estabelece as bases da assistência militar e económica mútua ao longo daquele período e prevê, igualmente, a cooperação nos domínios económico, técnico e científico, nomeadamente a assistência cubana à Educação, Saúde e Economia, com particular destaque para a indústria da pesca. Também se prevê para o período de Outubro, a realização de um encontro de técnicos cubanos e moçambicanos, ascendendo de trezentos para quatrocentos, incluindo especialistas de indústria açucarieira.

No comunicado conjunto, que foi emitido no final da visita do presidente moçambicano, onde se saudou o 60.º aniversário da Grande Revolução de Outubro, é referida ainda a necessidade de aprofundar a solidariedade já existente entre os países socialistas, os países progressistas, os movimentos de libertação nacional e todas as forças amantes da paz.

Os «dissidentes» nos EUA

Encerraram há pouco, em Geneve, os trabalhos da Conferência Internacional de Solidariedade com os povos indígenas da América. Representantes de 15 países das Américas do Norte, Central e do Sul denunciaram a situação desastrosa dos autóctones e a política de genocídio e discriminação racial praticada pelos diversos poderes oficiais.

Só nos Estados Unidos há meio milhão de índios distribuídos por 100 reservas, com um rendimento familiar médio 4 vezes mais baixo que o índice geral da população e notavelmente inferior ao «limiar de miséria» oficial; por outro lado o desemprego, entre os índios válidos para trabalhar, ronda os 60% e a esperança de vida não ultrapassa os 46 anos. Para um país que pretende ser o paladino incansável dos direitos humanos, não está nada mal... e isto sem falar das campanhas de esterilização feminina, da separação violenta das crianças índias do seio da sua família, das prisões arbitrárias e sem qualquer apelo judicial, etc., etc.

Quando o governo norte-americano fala dos «pobres» dissidentes da União Soviética, que saem (não precisam de fugir...) do seu país para se vendarem ao imperialismo (por muito mais que trinta dólares), deveria ter vergonha (por muito menos, a noção do ridículo em que se atola. De facto gritar protestos internacionais em defesa de indivíduos que, por cupidize, abandonaram a sua pátria (onde não há desemprego, nem racismo, nem miséria, nem genocídios) enquanto na sua própria casa se cometem as maiores atrocidades e atropelos à dignidade humana, já não é uma questão de má-fé — é, isso sim, uma mistificação grosseira de quem, para esconder a sordidez pessoal, não tem outro recurso senão a calúnia sobre os que, sendo dignos, projectam com a própria imagem a mais implacável das acusações. O senhor James Carter que pergunte à população negra, índia e porto-riquenha, que se encontra espalhada, aos milhões, em «ghettos» e «reservas» pelo território dos estados Unidos, o que pensam dos direitos humanos... Então veremos o que são, de facto, «dissidentes»...

RFA: os facistas confraternizam

Os antigos membros da Divisão fascista SS «Das Reich» (tropas nazis de elite formada essencialmente por voluntários) reuniram-se entre 30 de Setembro e 2 de Outubro em Ulm, no «lander» Oeste-alemão de Baden-Wurtemberg. O «encontro» destes SS, que deixaram um rasto sangrento por toda a Europa e cometeram inúmeras crimes de guerra, desenrolou-se no âmbito da autodenominada Organização de Socorros aos Antigos SS, «HIAG», e foi apresentado oficialmente como um «encontro tradicionalista»; de referir que a «HIAG» é uma organização legal na RFA.

A Divisão «Das Reich» cometeu os seus crimes atrozes, durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente na Polónia, União Soviética e França; foram membros desta Divisão que em Junho de 1944 fecharam dentro duma igreja 643 habitantes da localidade francesa de Oradour, entre os quais 500 mulheres e crianças, incendiando-a a seguir. O principal responsável deste crime foi o Comandante da Unidade, general Lammerding, das divisões SS. Apesar de condenado à morte em 1951, graças à persistência dum tribunal francês, este criminoso viveu tranquilamente até ao fim dos seus dias (1971) em Dusseldorf, na RFA, onde possuía uma empresa de construções.

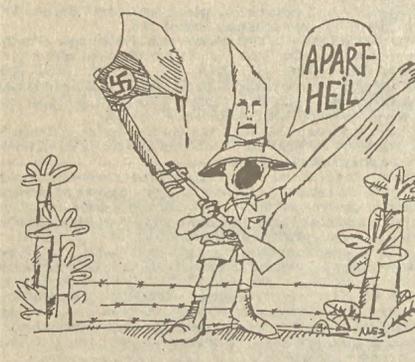
«Logo em 1945 se começaram a perdoar os criminosos nazis e isso continuou a ser feito até aos nossos dias», escreveu a revista «Konkret», da Alemanha Ocidental. Apontando numerosos exemplos de protecção a criminosos nazis pela Justiça da República Federal Alemã, a revista comenta: «Para estes juizes todo o crime contra a propriedade é mais grave que o genocídio».

Todavia este proteccionismo aos criminosos de guerra nazis não fica por aqui, na Alemanha Federal... É assim que, ainda segundo a revista Oeste-alemã «Konkret», dos 12882 processos instaurados neste país contra os criminosos nazis entre 1945 e 1963, 7437 foram absolvidos e os 5445 restantes condenados a penas bem mais leves que as impostas a qualquer crime vulgar!!! Finalmente, no período de 1970/74, 120 dos 196 acusados foram absolvidos ou beneficiaram de comutação da pena, chegando-se ao extremo de, nos casos onde não era possível evitar uma condenação, acordar-se posteriormente sobre a brandura das detenções ou até mesmo o perdão, puro e simples.

Nazis e mercenários no Exército sul-africano

No primeiro semestre deste ano 13830 pessoas abandonaram a República da África do Sul, o que corresponde ao dobro do mesmo período do ano passado; entretanto durante o mês de Agosto, na Rodésia, a emigração atingiu um número recorde: 1604 indivíduos deixaram o país.

Todavia não se julgue, por este êxodo, que os regimes racistas da África austral estão a perder a «base de apoio» que legitimam: a minoria branca colonialista e timorata. Para compensar esta «sangria de cidadãos» (que parece estarem cada vez menos interessados em permanecer no «seu» paraíso) o governo de Pretória tomou medidas



imediatas e evidentemente compensadoras, se bem que de certo modo originais: nem mais nem menos que integrar no Exército uma nova unidade militar especial, «Germanischer Freikorps» de sua graça, a qual virá a reforçar notavelmente o «apoio popular» do regime, como se compreende...

Sem dúvida que substituir cidadãos por soldados não é grande novidade, como o não é «subsistir» à base de soldados quando a maioria dos cidadãos não está pelos ajustes (que o digam os povos do Brasil, Argentina, Uruguai, etc). Original, sim, é que esses soldados sejam recrutados entre antigos elementos da «Whermacht» (exército nazi) e mercenários de profissão provenientes da RFA, Suíça, Holanda e outros países do Ocidente, como é o caso deste «Germanischer Freikorps».

Mas uma dúvida subsiste: estes «cidadãos de espingarda» vêm apenas ocupar o lugar dos que abandonaram a República da África do Sul, ou impedir que os que restam fujam também?

Importante reunião de quadros do sector camponês

OS PROBLEMAS DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES ANALISADOS NO PORTO POR ÁLVARO CUNHAL

Cerca de 180 camaradas dos cinco distritos a norte do Douro participaram numa reunião de quadros do sector camponês, realizada no passado domingo no Pavilhão da sede da Rua Aníbal Cunha, no Porto, para debater os grandes problemas dos agricultores do norte, os seus objectivos e lutas, analisar as diferentes formas que assume o movimento camponês e estabelecer as direcções fundamentais do trabalho dos comunistas no sector.

Assistiu aos trabalhos o camarada Álvaro Cunhal, acompanhado pelo camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, e de numerosos dirigentes da DORN e de organizações distritais e locais.

A reunião prolongou-se das 10 às 20 horas, com um intervalo para o almoço, tendo sido feitas algumas dezenas de

para que o Estado dê apoio para a produção de milho, com calagens, adubos convenientes e cultivo de milhos híbridos; para que se limite o abate e a comercialização de gado pelos marchantes; para que seja aceite a inscrição directa do gado pelos pequenos agricultores em qualquer matrícula; para que se ponha fim ao leite C, se faça uma justa classificação do leite, se pague pelo preço respectivo e se estabeleça o funcionamento democrático das cooperativas leiteiras.

Estas são medidas imediatas para que os pequenos e médios agricultores não sejam levados à ruína, para assegurar a produção e consumo dos produtos da agricultura e pecuária, para contribuir para a recuperação da economia portuguesa que o Governo tanto fala, mas para a qual nada faz.

Mas, a par destas medidas, são necessárias ainda outras medidas de fundo, ou seja, uma política agrícola que deixe de ter como agora tem, o objectivo de defender os interesses dos ricos proprietários e dos capitalistas contra os trabalhadores agrícolas e contra os pequenos e médios agricultores.

No domínio do crédito, do apoio técnico, da melhoria das técnicas de cultivo, do fornecimento de sementes, do preço dos adubos, do fabrico de rações, do cultivo de forragens, da garantia dos preços, dos circuitos de comercialização e escoamento de produtos, há que dar uma viragem decisiva na política do Governo com vistas ao aumento da produção agrícola, florestal e animal e à defesa dos interesses dos pequenos

alterados os contratos firmados ao abrigo da lei de 1975, para que não haja despejos por simples decisão dos senhorios, para que sejam garantidas as benfeitorias ou justas indemnizações e para que, nas parcerias uma vez que a lei estabeleça as «meias» como o máximo autorizado, sejam reduzidas a «meias» todas as prestações dos rendeiros que actualmente são superiores.

Nos últimos tempos, os senhorios e os caciques reaccionários têm multiplicado golpes de mão, violências e atentados contra os pequenos rendeiros, procurando atomizá-los, esbulhá-los das terras.

O PCP é inteiramente solidário para com os rendeiros vítimas do despolimento dos senhorios ricos e dos caciques reaccionários.

E lutará sem descanso até que sejam reconhecidos os justos direitos dos pequenos rendeiros e até que a reacção cesse as constantes violações das liberdades dos cidadãos que fazem parte integrante do regime democrático consagrado na Constituição.

Previdência Rural e carências das populações

A população trabalhadora dos campos encontra-se ainda quase totalmente desprotegida na doença, na velhice, nos acidentes, nos partos, no justo repouso. A previdência rural é praticamente inexistente.

As pensões, quando existem, são uma miséria. A assistência médica é rara e ineficaz. Os postos clínicos são raros e alguns dos existentes não funcionam. Na administração dos escassos fundos da Previdência há muitas irregularidades e (como camaradas aqui referiram) até crimes por parte dos caciques que controlam as Casas do Povo a quem cabe essa função. E as populações rurais, em geral, particularmente as mulheres (como aqui um camarada referiu) nem sequer têm conhecimento dos poucos direitos que as leis lhes conferem.

O PCP está firmemente ao lado dos pequenos agricultores, proprietários e rendeiros, na luta pela Previdência Rural. Apoiamos a luta pela actualização das pensões e o fim dos atrasos no seu pagamento. Apoiamos a justa reclamação de que a Previdência Rural seja progressivamente integrada no regime geral da Previdência.

Abordando-se neste encontro a situação dos pequenos e médios agricultores do Norte, não podemos deixar de referir problemas de ordem geral que afectam as populações trabalhadoras das zonas rurais.

Refiro-me às péssimas condições de habitação, à insuficiência de estradas e caminhos, ao abastecimento de águas, à electrificação rural, à falta de escolas, aos péssimos serviços de transportes e a outras carências que afectam gravemente os pequenos e médios agricultores em vastas zonas do Norte do país. As autarquias têm a este respeito um importante papel a desempenhar, como alguns camaradas aqui referiram.

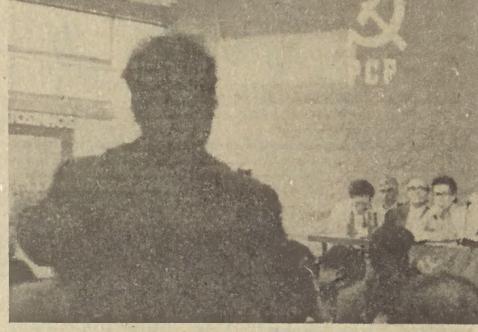
O PCP luta para que estes problemas sejam resolvidos.

Os verdadeiros amigos

A propaganda reaccionária (designadamente do CDS, do PPD, dos caciques locais e de certo clero que abusa das suas funções religiosas para espalhar venenosas mentiras) procura apresentar os comunistas como inimigos dos pequenos e médios agricultores. Todos conhecem melhor do que eu todas as histórias e historietas do roubo das terras, das casas, das mulheres e das crianças.

Há porém cada vez menos gente que acredita nessas histórias e historietas, porque os factos, a vida, mostram dia a dia que os comunistas são os melhores defensores, os únicos defensores consequentes e abnegados, dos interesses dos pequenos e médios agricultores, tanto rendeiros como proprietários.

E os factos, a vida, mostram também dia a dia que os inimigos dos comunistas — os partidos reaccionários, os chefes do CDS, do PPD e da CAP, os caciques locais, os ricos proprietários, os grandes armazenistas e intermediários — são também os piores inimigos dos pequenos e médios agricultores.



e médios agricultores, aos quais se deve uma parte considerável da produção nacional, cuja contribuição é indispensável para a recuperação da economia portuguesa.

O Arrendamento Rural

A Lei do Arrendamento Rural aprovada em 1975 (Dec.-Lei 201/75) melhorou radicalmente a situação dos pequenos rendeiros.

A obrigatoriedade do contrato por escrito e do pagamento em dinheiro, a liquidação dessa forma de exploração feudal e despotismo que são as parcerias, o direito às benfeitorias e a garantia da continuidade do contrato corresponderam aos interesses e aspirações de mais de 200 000 pequenos rendeiros do país e deram uma base legal para que os pequenos rendeiros se libertassem da exploração e das exigências arbitrárias dos senhorios ricos, verdadeiros tiranetes tanto dos assalariados rurais, como dos pequenos agricultores.

A Lei do Arrendamento Rural era uma boa lei. E porque era boa criaram-se e desenvolveram-se grandes movimentos de pequenos rendeiros para exigir a sua aplicação.

Dezenas de milhares de contratos foram reduzidos a escrito. Os pequenos rendeiros conseguiram melhorar a sua situação e ver mais garantidos os resultados do seu trabalho.

Precisamente porque a lei era boa para os pequenos rendeiros, os senhorios ricos fizeram-lhe guerra aberta e procuraram por todas as formas impedir a sua aplicação.

E qual foi a atitude dos partidos políticos?

O PCP deu uma valiosa contribuição para que essa lei fosse elaborada e adoptada e apoiou firmemente a luta dos pequenos rendeiros pela sua aplicação.

Mas os outros partidos — o CDS, o PPD e o próprio PS — mostrando bem claro que estão ao serviço dos exploradores daqueles que trabalham a terra, combateram a Lei do Arrendamento Rural e acabaram por fazer aprovar na Assembleia da República, contra os votos dos comunistas, uma nova lei que retira aos pequenos rendeiros a maior parte dos direitos que tinham alcançado depois do 25 de Abril e procura restituir aos senhorios ricos os seus privilégios de antes do 25 de Abril.

apasantando os gados, colhendo lenhas e matos, e mesmo, em alguns casos, semeando.

No tempo da ditadura, como alguns camaradas aqui referiram, os ricos proprietários e os caciques locais protegidos pelo aparelho repressivo, roubaram aos povos numerosos baldios, apropriando-se de boas terras nuns campos, violando-as para uso próprio outros construindo por vezes nelas habitações, em resumo tirando ilegalmente para proveito próprio um bem comum de todo o povo.

O governo fascista, pela sua parte, roubou também às populações numerosos baldios, promovendo a sua venda, pelas câmaras municipais e as juntas do freguesia fascistas, cedendo-os a afilhados ou instaurando neles o regime florestal e os serviços florestais, sem respeito pelos interesses e a vontade dos povos.

Nesses anos sombrios de tirania fascista, o PCP lutou sempre para que fossem respeitados os direitos e a vontade dos povos a administração e pleno aproveitamento dos baldios.

O PCP apoiou e em muitos casos organizou as corajosas lutas das populações em defesa da posse e uso dos baldios que legitimamente lhes pertencem.

No Programa do PCP, aprovado no VI Congresso realizado na clandestinidade em 1965, entre os objectivos da revolução democrática e nacional colocava-se a «restituição ao uso dos povos respectivos das terras baldias e outras usurpadas pelo Estado fascista e grandes agrários».

Este objectivo manteve-se no Programa do PCP aprovado no VII Congresso realizado em Outubro de 1974, portanto já depois do 25 de Abril.

Os comunistas deram grande contribuição para a Reforma Agrária, para a Lei do Arrendamento Rural, para a Lei da entrega dos baldios aos povos, para a Lei da extinção dos foros. Estas leis eram boas leis e os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores lutaram pela sua aplicação. E foram o CDS, o PPD, a CAP, o Governo PS, os capitalistas e os ricos proprietários que aprovaram a lei Barreto, que fizeram uma nova lei do Arrendamento Rural que lesa profundamente os interesses dos pequenos rendeiros e que procuram esbulhar os baldios aos povos.

Os comunistas deram também grande contribuição para que, depois do 25 de Abril, fossem tomadas medidas favoráveis aos pequenos e médios agricultores, como o desmantelamento do aparelho corporativista, o crédito agrícola de emergência, o preço bonificado de adubos, o começo de um apoio técnico.

E são o CDS, o PPD, a CAP, o Governo PS, os capitalistas e os ricos proprietários que procuram retirar aos pequenos e médios agricultores tudo quanto alcançaram com o 25 de Abril.

Logo não são apenas palavras. São factos. E por isso, os pequenos e médios agricultores do Norte cada vez compreendem melhor quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos, cada vez vêem melhor que os seus melhores amigos e defensores são os comunistas.

Graves problemas

As dificuldades e problemas dos pequenos e médios agricultores começam na preparação das terras e acabam na venda dos produtos. Desde o momento em que decide cultivar a terra até ao momento em queapura o dinheiro pela venda do que produziu, o agricultor tem de vencer umas dificuldades atrás das outras. Nada é fácil para ele. Tudo são problemas.

Começa pelos factores de produção. Os preços dos adubos, das sementes, dos insecticidas e herbicidas, das rações, do gasóleo, das máquinas agrícolas, não param de subir.

Foram aqui referidos numerosos exemplos das dificuldades que daí resultam para os pequenos agricultores, sejam proprietários, sejam rendeiros.

O PCP apoia a justa reivindicação de que sejam estabelecidos preços mais favoráveis para os pequenos e médios agricultores, de que sejam dadas facilidades às suas cooperativas e de que seja estabelecido o controlo efectivo, em benefício da economia nacional, das importações de sementes e outros factores de produção.

Também no que respeita ao crédito e à assistência técnica a situação dos pequenos e médios agricultores é verdadeiramente angustiosa.

A taxa de juro do Crédito de Emergência subiu para 7,5% em 1976 e agora, com o 2.º Pacote, sobe para mais de 11%.

A assistência técnica é praticamente nula. Foram aqui referidos numerosos exemplos. Citou-se o caso de coneilhos que não têm um único veterinário.

O PCP apoia a justa reivindicação dos pequenos e médios agricultores para que lhes seja concedido crédito a juros baixos e para que a assistência técnica do Estado se torne uma realidade.

Talvez de todos os problemas, o mais grave e aquele que carece de medidas de fundo imediatas por parte do Governo é o do escoamento e do preço dos produtos agrícolas.

É para muitos pequenos e médios agricultores, uma questão de vida ou de morte. Se semeiam e cultivam as terras à custa de enormes sacrifícios, se gastam nos trabalhos agrícolas tudo quanto têm e depois ficam com os produtos em casa, ou pagos a preços que não pagam o que gastaram, ficam empobrecidos e a ruína é certa.

A situação é particularmente grave para os pequenos e médios agricultores, sejam proprietários ou rendeiros, não têm muitas vezes onde armazenar os produtos e têm pressa onde apurar dinheiro para as despesas. Por isso, ou vêem os produtos apodrecerem (como tantas vezes sucede por exemplo com a batata) ou caem nas mãos dos intermediários e os vendem no pior momento e a preço não compensador.

Os camaradas referiram aqui o que sucede com a batata, o vinho, o leite, a carne e outros produtos.

Que aconteça com a batata? Os pequenos e médios agricultores não têm quaisquer garantias, nem possibilidades de escoamento. A batata está a ser paga a baixo preço ao produtor.

Que aconteça com o vinho? Os custos de produção são muito elevados, não há garantia de preços, os grandes proprietários controlam o mercado. Os pequenos e médios agricultores são forçados a vender a preços de ruína vinho que depois é vendido ao consumidor a altos preços, enchendo assim a burra dos grandes proprietários e armazenistas.

Que aconteça com o leite? Há atrasos no pagamento. Há vigiaricos na classificação. É agora restaurado o leite C pago aos pequenos a 3500 mesmo que de boa qualidade enquanto os grandes lavradores vendem em muitos casos o seu leite se fosse sempre leite A.

Que se passa com a carne bovina? Os grandes negociantes, os seus desintervenção da maioria dos matadouros, tomaram novamente conta do controlo dos preços e do escoamento e são eles que tiram os lucros da criação de gados.

O PCP apoia as justas reivindicações dos pequenos e médios agricultores para que haja garantia dos preços e do escoamento dos produtos; para que se proceda à democratização das Adegas Cooperativas, que actualmente se encontram na maior parte dos casos nas mãos dos grandes vitivinicultores; para que haja limitação da batata de semente importada e protecção à batata de semente nacional;

o preço do leite e a vontade dos povos.

Nesses anos sombrios de tirania fascista, o PCP lutou sempre para que fossem respeitados os direitos e a vontade dos povos a administração e pleno aproveitamento dos baldios.

O PCP apoiou e em muitos casos organizou as corajosas lutas das populações em defesa da posse e uso dos baldios que legitimamente lhes pertencem.

No Programa do PCP, aprovado no VI Congresso realizado na clandestinidade em 1965, entre os objectivos da revolução democrática e nacional colocava-se a «restituição ao uso dos povos respectivos das terras baldias e outras usurpadas pelo Estado fascista e grandes agrários».

Este objectivo manteve-se no Programa do PCP aprovado no VII Congresso realizado em Outubro de 1974, portanto já depois do 25 de Abril.

Gracias à luta das próprias populações interessadas, à luta dos comunistas e de outras forças progressistas, foi possível fazer aprovar, em 1975, a Lei da Devolução dos Baldios, que respondeu favoravelmente aos direitos e aspirações das populações.

A Lei dos Baldios (Dec.-Lei n.º 39/76 de 19 de Janeiro) decidiu a devolução do uso, fruição e administração dos baldios (incluindo os submetidos ao regime florestal) aos respectivos comarques, às suas assembleias e a conselhos directivos eleitos por estas.

A Lei dos Baldios aprovada em 1975 é uma lei progressista, que teve um amplo apoio das populações interessadas. Por isso mesmo, defrontou a resistência dos proprietários ricos e dos caciques reaccionários que pretendem, como no tempo do fascismo, apropriar-se dos baldios e roubá-los aos pobres.

Os camaradas certamente já sabem que, recentemente, numa sessão da Assembleia da República, o CDS e o PPD, ao discutir-se a lei das autarquias, deram uma golpe, propondo de súbito uma alteração à redacção de um artigo, provocando uma votação confusa, de forma a que lá ficou estabelecido (art.º 109) que a definição dos baldios passa a caber às assembleias municipais e de freguesia e a administração às câmaras e juntas de freguesia.

O que se pretende com este artigo é liquidar o fundamental da lei dos baldios de 1975, e entregar os baldios aos ricos e caciques do CDS, do PPD ou outros parciais.

Quero aqui informar os camaradas que a questão foi já discutida no Grupo Parlamentar do nosso Partido e que os deputados comunistas tornaram a iniciativa de propor a revogação deste artigo e farão tudo quanto estiver ao seu alcance para que tal disposição seja alterada e não vá para diante.

De qualquer forma, as populações da zona dos baldios podem estar absolutamente certas de que o PCP lutará sempre para que os baldios pertençam de pleno direito às populações e não lhes possam ser roubados por quem os explora e por oportunistas.

Desejo aqui confirmar, em nome do Comité Central do PCP, que o PCP continuará hoje, tal como no passado, a lutar firmemente para que os baldios sejam aproveitados e administrados pelas populações, de forma democrática, segundo a sua própria vontade e decisão.

Os baldios pertencem ao povo. Há grandes tradições de gestão colectiva dos baldios. O PCP defende firmemente tais tradições, que correspondem, na situação actualmente existente, aos interesses e aspirações das populações trabalhadoras das regiões respectivas.

No concreto defendemos e defenderemos que os baldios sejam entregues ao povo e administrados pelo povo.

No concreto defendemos e defenderemos que sejam as Assembleias e Comissões de Comarques e os Conselhos Directivos das populações ou a população interessada directamente e pela forma como entender, a decidir como e por quem devam ser aproveitados os baldios.

DECLARAÇÃO FINAL DA REUNIÃO

Ganha corpo nos campos do Norte uma profunda aspiração a mudanças estruturais da sociedade e da vida. Desperta todo o potencial revolucionário dum campesinato espoliado, espezinhado, explorado e desprezado. Vários factores apontam para grandes deslocamentos políticos de enorme significação, salienta a declaração final da reunião de quadros da Organização Regional do Norte do PCP sobre os problemas dos pequenos e médios agricultores, realizada no passado domingo.

Prosseguindo, o documento sublinha que «as forças sociais e políticas da direita reaccionária estão perdendo em Portugal a sua única (mas contraditória e movida) reserva de massas. As forças do progresso e da democracia ganham, dia a dia, um aliado imprescindível e poderoso».

A declaração começa por considerar que no último ano se agravou consideravelmente a situação económica e social dos pequenos e médios agricultores, sobretudo dos rendeiros por força da política do Governo PS — designadamente do MAP — que, de facto, levou a cabo a política do PPD e do CDS.

Caracterizando essa política, são apontados vários exemplos: entrega dos circuitos de comercialização aos grandes intermediários (gado bovino, batata, etc.); fixação tardia (quase sempre inferior ao custo de produção) dos preços de garantia; ausência de transportes e armazéns; estabelecimento de classificações arbitrárias e interesseiras (leite «C», gorduras dos bovinos); cumplicidade com os intermediários do Complexo Agro-Industrial do Cacho; importação de produtos agrícolas sem princípios e sem qualquer planificação (apodrecimento de milhares de sacos de batatas no Porto de Leixões; barcos de carne congelada importada com grandes demoras na descarga, etc.).

Por outro lado, registou-se uma brutal subida dos preços dos factores de produção (no mínimo: batata de sementes 100%, adubos 25%, pesticidas 20%, vacinas 500%, rações 20%; palhas 300%; taxas de aluguer de contadores, etc.); aumentou a especulação e o acambarco de que são exemplo a escassez e alteração do tipo de rações. No âmbito da mesma orientação reaccionária, o MAP acabou com a distinção entre pequenos e grandes agrários, para a atribuição do crédito, cuja taxa aumentou num ano de 6% para 11,25% e é canalizado fundamentalmente para os grandes senhores da terra.

No capítulo da assistência técnica, sublinha a declaração, o acto mais saliente do ministro Barreto foi a extinção do SADA e o saneamento sistémico dos técnicos progressistas. Além disso, pôs à frente do IFADAP homens directamente ligados à política colonialista do fascismo. Enquanto isto, o Governo não deu passos para a criação do Seguro Nacional Agro-Pecuário, previsto na Constituição, e não satisfaz as grandes reivindicações dos agricultores quanto à Previdência, continuando nas pensões de reforma em nível de miséria e pagas com atrasos. Continuam a ser completamente desprezadas a assistência médica, o funcionamento e o equipamento dos postos clínicos.

Relativamente à atitude do MAP face às associações de agricultores, a declaração considera que tem reforçado o domínio dos grandes proprietários e intermediários, dos caciques e dos fascistas, nas organizações de agricultores, fortalecendo as posições das forças reaccionárias — enquadradas no PPD e no CDS — nos meios rurais e dando-lhes, de novo, posições

onde tinham sido desalojados pelo 25 de Abril.

Depois de reiterar posições já divulgadas pelos comunistas face à lei dos senhorios ricos proposta pelo PPD e apoiada pelo PS e CDS, que revogou a lei dos rendeiros, a declaração da reunião de quadros considera um gravíssimo atentado à luta e às aspirações dos povos a recente revogação da Lei 39/76, que devolvera os baldios às populações, pela aprovação na Assembleia da República da lei da competência das autarquias, da autoridade do PPD, que devolve a administração dos baldios aos caciques e grandes proprietários.

Na segunda parte do documento, é assinalado o facto das fundamentais reivindicações dos pequenos e médios agricultores se inserirem e continuarem as grandes aspirações e as grandes batalhas travadas nas últimas dezenas de anos, no Norte e Centro do País, contra a política fascista. Mais adiante, é reafirmada a defesa intransigente do direito à propriedade do pequeno e médio agricultor feita pelos comunistas portugueses que, por isso mesmo, se têm oposto e continuarão a opor às causas que vêm conduzindo ao

esbulho e à penhora da terra dos pequenos agricultores.

Além disso, reafirmamos aquela posição de princípio dos comunistas o documento alerta para as manobras do MAP (lei Barreto) que, a pretexto da necessidade do redimensionamento das exportações, repõem em vigor a velha lei fascista do empacamento, abrindo a porta a expropriações e troca das melhores terras em favor dos grandes agrários.

Salientando que cada militante e toda a organização do nosso Partido darão o melhor do seu esforço às grandes reivindicações dos agricultores do Norte e Centro do País que, através das suas organizações e lutas reclamam:

Um regime de arrendamento rural de acordo com a Constituição; fim da parceria agrícola e garantia da estabilidade e da defesa dos legítimos interesses dos cultivadores; garantia do escoamento com preços compensadores e conhecidos previamente para os principais produtos agrícolas; abastecimento regular com preços controlados (pelo Estado e pelas organizações da lavoura) dos principais factores de produção (adubos, rações, pesticidas); fornecimentos preferenciais para as cooperativas; directiva a preços diferenciados; severa actuação do Estado pondo cobro a situações de especulação e adulteração desses produtos; existência de assistência técnica, crédito e seguros em condições vantajosas e bonificadas para os pequenos e médios agricultores; rápida resolução dos problemas mais urgentes da previdência rural; actualização das pensões e fim dos atrasos no seu pagamento; integração progressiva da Previdência Rural no esquema geral da Previdência; administração dos baldios nos termos do Decreto-Lei 39/76 que garante a gestão directa e democrática pelos povos que deles tradicionalmente usufruem; total liquidação dos restos da organização corporativa e entrega rápida do seu património às associações económicas dos pequenos e médios agricultores; participação de todas as organizações de pequenos e médios agricultores na definição da política agrícola nacional e seu acesso aos órgãos de informação, incluindo RDP e RTP, para a divulgação das suas posições e das suas actividades.